

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ANDERSON CLEYTON BORGES CORDOVIL

INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ESTUDO DA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA NA AÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM CRAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM-(PA)

BELÉM-PA

2014

ANDERSON CLEYTON BORGES CORDOVID

**INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL: ESTUDO DA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA NA
AÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM CRAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE
BELÉM-(PA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará como requisito à obtenção do título de mestre em Serviço Social.
Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes.

BELÉM-PA

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Cordovil, Anderson Cleyton Borges, 1976-
Intervenção profissional em serviço social na área
da assistência social: estudo da dimensão
técnico-operativa na ação de assistentes sociais em cras
na região metropolitana de belém-(pa). / Anderson
Cleyton Borges Cordovil. - 2014.

Orientador: Reinaldo Nobre Pontes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais
Aplicada, Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social, Belém, 2014.

1. Assistência social - Belém (PA). 2.
Assistentes sociais - Belém (PA). 3. Ação social
- Belém (PA). 4. Serviço social. I. Título.
CDD 23. ed. 361.98115

ANDERSON CLEYTON BORGES CORDOVIL

INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ESTUDO DA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA NA AÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM CRAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM-(PA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA como requisito à obtenção do título de mestre em Serviço Social.
Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes.

Banca examinadora:

Aprovado em: 25/ 08/ 2014

Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes (Orientador)
Universidade Federal do Pará - UFPA

Profª. Dra. Joana Valente Santana
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof. Dr. Helder Boska Sarmento de Moraes
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

BELÉM-PA

2014

A meus pais, Maria Cordovil e Albino Cordovil, pela força, pela compreensão, pelos carinhos dedicados durante todos esses anos.

A minhas irmãs Simone, Vanda, Karina e Rita, pelos momentos de afeto e descontração.

Aos meus mestres da UFPA pelo incentivo constante durante toda minha vida acadêmica.

Aos assistentes sociais que colaboraram com a pesquisa, bem como a todos os companheiros de profissão, que como eu, fazem do Serviço Social uma profissão que faz a diferença.

AGRADECIMENTOS

Durante a trajetória no mestrado, conhecemos pessoas e estabelecemos relações de afinidades e de afetividades, marcando assim muitos momentos de alegria e satisfação, nesse sentido, são muitas as pessoas a agradecer, portanto, aqui são lembradas apenas algumas, mas que com certeza representam todas.

Primeiramente, agradeço à Deus, pelas energias positivas enviadas constantemente, quando, muitas vezes pensei em desistir.

Aos meus pais, Maria Cordovil e Albino Cordovil, que indiretamente contribuíram para a conclusão desta fase em minha vida.

Agradeço também aos meus queridos mestres, que muito contribuíram com a finalização deste trabalho: A professora **Heliana Evilin Sória Bahía**, que sempre me incentivou e acreditou em minha capacidade de ser aprovado no mestrado, a professora **Joana Valente Santana** (olha tenho cinco minutos), pelos momentos que “roubei” dela e que foram preenchidos com muita energia positiva emanados por ela, quando estava p/ “baixo”, a professora **Andréa Pontes**, pelos seus breves e significativos ensinamentos, ao professor **Reinaldo Nobre Pontes**, que sem dúvida, me orientou com maestria, e a todos os outros professores do PPGSS.

Também, agradeço aos assistentes sociais que aceitaram o desafio de revelar e compartilhar seus saberes materializados nos resultados desta pesquisa.

A todos os meus amigos pelo afastamento temporário, para que eu me dedicasse mais a essa etapa, mas que sempre torceram por mim.

LISTA DE SIGLAS

CAPs -	CAIXAS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES
CEP -	CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL
CRAS -	CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
CAS -	CENTRO DE AÇÃO SOCIAL
GEPSS -	GRUPO DE ESTUDOS DE POLÍTICA, SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
IAPs -	INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES
LBA -	LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA
LOAS -	LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
NOB RH -	NORMA OPERACIONAL BÁSICA DE RECURSOS HUMANOS
NOB SUAS -	NORMA OPERACIONAL BÁSICA / SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
PAIF -	PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA
PCB -	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
PNAS -	POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RMB -	REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
SENAI -	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
SESI -	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
TCLE -	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

RESUMO

A dissertação ora apresentada, se propõe ao estudo crítico da intervenção profissional, no campo particular da política de Assistência Social, no interior da concepção da dimensão técnico-operativa, ao qual participaram 05 assistentes sociais que trabalham nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, localizados geograficamente na Região Metropolitana de Belém-Pa, dimensão técnico-operativa essa, situada dentro da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, haja vista que, esse estudo foi viabilizado a partir da compreensão desses assistentes sociais sobre o uso dos instrumentos técnicos que mais apareceram na fala desses sujeitos, ou seja, durante suas intervenções profissionais no ano de 2013, com vista a identificar, possíveis dificuldades de compreensão teórica e a sua relação com a prática profissional, na perspectiva de compreender como se dá o uso dessa instrumentação técnica dentro da articulação orgânica entre a relação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Tem como base de análise a teoria Dialética e o método adotado, foi a técnica de Análise de Discurso, com vista a qualificar mais a pesquisa, bem como, a consulta em bibliografias, artigos e revistas da área do Serviço Social; a pesquisa se deu por meio de entrevistas semi-estruturadas, orientadas pelo instrumento denominado de roteiro de entrevista. Buscou-se evidências a partir da compreensão desses sujeitos expressos através das falas analisadas, de como essa dimensão técnico-operativa, assim como os instrumentos utilizados, comparecem nas ações práticas dos assistentes sociais no momento das intervenções profissionais, bem como, saber o porquê da dificuldade de compreensão da relação teoria e prática nesses espaços sócio-ocupacionais. Como resultados preliminares, verificou-se que nas intervenções profissionais, os assistentes sociais vêm apresentando dificuldades de compreensão a cerca da teoria social crítica, impactando dessa forma, no uso da instrumentação técnica, ora tendendo para a concepção tecnicista, ora tendendo para a concepção teorista, reproduzindo-se assim, a polêmica histórica no interior do Serviço Social.

Palavras-chave: Técnico-operativa. Instrumentos. Relação teoria-prática. CRAS.

ABSTRACT

The thesis presented here, proposes the critical study of professional intervention, particularly in the field of social assistance policy, within the design of the technical-operative dimension, where 05 social workers who work in the Centres of Reference for Social Welfare attended - CRAS, geographically located in the Metropolitan Region of Belém-Pa, this techno-operative, located within the National Policy for Social assistance - PNA / 2004 study made possible through the use of technical tools that appeared in the speech of the subjects of this research, ie in their professional interventions in 2013 in order to identify possible inconsistencies arising from the tension within the category, concerning the controversy about the relationship between theory and practice involved in the absence of debates on the articulation of theoretical and methodological relationship, ethical-political and technical-operational by these professionals. It is based on analysis of the Dialectic theory and the method adopted was the technique of content analysis to support the qualitative research, which took place in a semi-structured interviews, guided by an instrument called a structured interview. We sought evidence from the speeches analyzed, how this technician-operative dimension, as well as instruments attend the practical actions of the social workers at the time of professional interventions, as well as knowing why the difficulty of understanding the relationship between theory and practice these spaces socio-occupational.

Keywords: Technical and operative instruments. Theory-practice. CRAS.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL	14
2.1	Perspectivas de gênese do serviço social	14
2.2	Principais entidades/instituições assistenciais e suas características: breves considerações	23
2.2.1	A Legião Brasileira de Assistência – LBA	26
2.2.2	O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI	30
2.2.3	Serviço Social da Indústria – SESI	35
2.2.4	A Fundação Leão XIII	41
2.2.5	Previdência Social e a relação com o Serviço Social	45
2.2.6	As atuais configurações do espaço sócio-ocupacional dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS	52
3	A CATEGORIA INSTRUMENTALIDADE E A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA	57
3.1	O conceito de racionalidade no capitalismo	62
3.2	A articulação da técnica associada ao instrumento	69
4	ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DOS SUJEITOS	78
4.1	Aspectos metodológicos	78
4.2	A compreensão da relação teoria e prática no processo interventivo	88
4.3	Instrumental técnico-operativo: concepção e utilização	102
4.4	A dimensão técnico-operativa e a compreensão das entrevistadas	119
4.5	A assistência social na visão das entrevistadas	129
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
	APÊNDICES	143

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada, se fundamenta a partir das vivências teórico-práticas, que originaram questionamentos, surgidos do campo das relações profissionais referente à intervenção profissional no campo particular da política de Assistência Social, advindas, em especial, dos espaços sócio-ocupacionais dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, tendo como lócus da pesquisa, os CRAS geograficamente localizados na Região Metropolitana de Belém-Pa, tais questionamentos foram construídos ao longo da trajetória profissional e amadurecidas durante o processo de avanço dessa pesquisa, ou seja, durante aproximadamente oito anos, e que, não serão respondidas em sua totalidade, em decorrência das limitações deste estudo, mas que, se aproxima de evidências científicas com possibilidade de proporcionar a categoria profissional, a academia e outras instituições, maiores reflexões, com o intuito de fornecer elementos para o aperfeiçoamento das ações desenvolvidas por esses profissionais no interior desses e de outros espaços.

Um primeiro momento questões como: teoria e prática e o entendimento dicotômico, que ainda alimentam falácias reproduzidas junto a categoria profissional na atualidade, falácias advindas de profissionais que atuam nos vários espaços de trabalho, além dos espaços dos CRAS; esses foram questionamentos mais gerais, que levaram a presente pesquisa a se desenvolver junto aos assistentes sociais trabalhadores dessa política de Assistência Social, bem como, de questionamentos referente a vivência profissional no interior dessas e de outras instituições.

A partir desse questionamento maior, foram reelaboradas várias outras questões referentes à prática desses assistentes sociais e a relação teórica no uso da instrumentação técnica dentro da concepção desses, porém, a partir da minha inserção no grupo de pesquisas GEPSS no ano de 2012, Grupo de Estudos de Política, Serviço Social e Formação Profissional, vinculados a UFPA, no âmbito de estudos sobre os Fundamentos do Serviço Social, foi delineada as linhas da presente pesquisa, linha de estudo essa, vinculado Política Social e Desenvolvimento.

Nesse sentido, o estudo em destaque, tem a proposição de saber, como vem sendo compreendido pela categoria profissional a concepção da relação teórica com a relação prática, especialmente no uso da instrumentação técnica, que por sua vez,

está organicamente vinculada a dimensão teórico-metodológica e ético-política, ao qual, tais dimensões não serão aprofundadas nesse estudo, pois a ênfase é dada na análise da prática profissional a partir do uso dos principais instrumentos mais mencionados durante a intervenção profissional pelos assistentes sociais entrevistados, com isso, a pesquisa se deu da seguinte forma: foram realizados cinco entrevistas com cinco assistentes sociais da Região Metropolitana de Belém-Pa, ou seja, foram entrevistadas cinco assistentes sociais em quatro CRAS de quatro municípios da RMB, a saber, CRAS Belém (02 assistentes sociais), CRAS Marituba (01 assistente social), CRAS Ananindeua (01 assistente social), CRAS Benevides (01 assistente social).

A opção pela escolha dos diversos CRAS na RMB, se deu por conta da especificidade que cada município apresentou, especificidade essa, relacionada ao desenvolvimento da Política Municipal de Assistência Social, ou seja, o estudo intenta compreender como em cada CRAS, os assistentes sociais sujeitos da pesquisa, compreendem sua intervenção, numa perspectiva teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, ao qual, essas três dimensões interligadas, formam a instrumentalidade, a partir do uso da razão que as fundamentam; para tanto, foram amadurecidas e delineadas dessas experiências supracitadas, quatro categorias, categorias essas que nortearam a pesquisa, a saber: Relação Teoria e Prática, Instrumentos, Dimensão Técnico-operativa e Assistência Social.

Assim, foram desenvolvidos os objetivos da pesquisa, quais são:

Objetivo Geral: Compreender a dimensão técnico-operativa, com ênfase na instrumentação técnica da intervenção profissional do assistente social no espaço sócio-ocupacional dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, da Região Metropolitana de Belém-Pa – RMB.

Objetivos específicos: Identificar a configuração recente do espaço sócio-ocupacional da área da Assistência Social em particular o CRAS; Identificar e analisar a dimensão técnico-operativa, com ênfase nos instrumentos do assistente social dos CRAS; Verificar a compreensão e ação da relação teoria-prática entre os assistentes sociais dos CRAS; e Avaliar se a dificuldade que o assistente social apresenta no uso dos instrumentais técnico-operativos está relacionada a uma formação acadêmica deficitária.

As participantes da pesquisa, concordaram em conceder entrevistas referente aos questionamentos circunscrito na proposta deste estudo, assim, as falas foram

relacionadas às principais categorias de análise mencionadas acima, ou seja, Relação teoria e prática, Instrumental técnico, Dimensão Técnico-operativa e Assistência Social.

Para análise das falas, levou-se em consideração, a verbalizações mais significantes para este estudo através da técnica de Análise do Discurso (BARDIN, 1977), ressaltando-se a originalidade e a autenticidade das transcrições das entrevistas, ou seja, técnica de análise, que leva em consideração o contexto das falas do sujeito signifiante, imerso em um contexto sócio-político, econômico e cultural portadora de historicidade materializado na linguagem, que por sua vez, expressa a própria experiência, através do qual nasce o próprio conteúdo, conforme entendimento de Silva (2004, p. 19):

Nesta opção está implícita a sua concepção de linguagem ao considerá-la a estrutura portadora de história humana. A linguagem não é só o veículo do conteúdo, mas a forma da própria experiência, através da qual nasce o conteúdo. Isso implica o como interpretar os textos originais nos quais os autores se revelam.

Ressalta-se também que os resultados da presente pesquisa, apontados a partir das falas dos sujeitos significantes durante o processo de entrevista, não foram analisadas com fins de julgamento, mas foram construídas dentro do contexto dialético crítico, cujo conteúdo das verbalizações encontram-se dentro de condições determinadas pelo mundo do trabalho, caracterizadas pela imediatividade da prática profissional, pelas contradições nos processos de trabalho e pelas limitações impostas por estas instituições ao trabalho do assistente social, operador desta política pública; sabe-se que para que a prática tenha mais qualidade, há a necessidade de qualificar essa ação profissional, porém a realidade que estão submetidos esse grupo de trabalhadores da Assistência Social, dentro da relação capital e trabalho, caracteriza-se como precárias, determinadas e condicionadas pelo processo sócio-histórico e político reveladores de relações sociais de exploração.

A motivação maior ao desenvolver o estudo, além dos questionamentos ora mencionados acima, se deram, pela lacuna documental de estudos referentes à intervenção profissional com enfoque nos instrumentos utilizados pelos assistentes sociais, no contexto técnico-operativo, ao qual, viabilizam a materialidade da prática profissional, bem como, a necessidade de se construir alternativas e propostas que

mediatizem um direcionamento profissional com mais qualidade e que possam garantir possibilidades de superação de ações fragmentadas, tendo como ponto de partida a realidade social reconstruída pela ótica da dialética.

A pesquisa desenvolvida se organizou da seguinte forma:

Primeiramente, foram realizados, levantamento bibliográfico em livros, revistas da área, artigos, depois, realizou-se contatos telefônicos com os sujeitos da pesquisa, ou seja, as assistentes sociais, posteriormente foram agendadas visitas institucionais nos espaços, lembrando-se que, antes da visita, foram protocolados ofícios, explanando os objetivos da entrevista, foram dadas também, orientações com relação a ciência pelas mesmas, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCE, este para fins éticos, onde o mesmo foi lido e assinado com os sujeitos dessa pesquisa.

Durante as entrevistas foram usados dois gravadores, para registrar as falas, com vistas, a garantir a autenticidade e originalidade das falas, no momento das transcrições.

Ressalta-se que, durante o processo de construção da pesquisa, houveram dificuldades, que foram sendo contornadas, a exemplo, das entrevistas concedidas, pois foram marcadas pela resistência de alguns profissionais em colaborar com a mesma, tendo em vista, que alguns colegas de profissão, não se sentiram a vontade em conceder tais entrevistas que pudessem, segundo eles, comprometê-los, ou colocar seus conhecimentos em cheque, fato esse lodo contornados ao longo desse processo, porém, no geral, o processo se deu de forma satisfatória.

Para facilitar a compreensão do leitor, foram organizadas para fins didáticos, a seguinte estrutura de texto: **1 INTRODUÇÃO; 2 A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL; 2.1 Perspectivas de gênese do serviço social**, aqui nesta seção, são resgatados historicamente, em linhas gerais, a constituição do Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho coletivo a partir da produção e reprodução das relações capitalistas; **2.2 Principais entidades/instituições assistenciais e suas características: breves considerações**, nessa discussão, são apresentadas as principais instituições surgidas no contexto histórico do Estado Novo, que absorveram o corpo profissional; 2.2.1 A Legião Brasileira de Assistência – LBA; 2.2.2 O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; 2.2.3 Serviço Social da Indústria – SESI; 2.2.4 A Fundação Leão XIII; 2.2.5 Previdência Social e a relação com o Serviço Social;

2.2.6 As Atuais configurações do espaço sócio-ocupacional dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, nas subseções 2.2.1; 2.2.2; 2.2.3; 2.2.4; 2.2.5; 2.2.6, são discutidos, o panorama sócio-político e econômico em que essas instituições surgiram, no contexto da produção e reprodução das relações sociais capitalistas, bem como os influxos sofridos no campo de trabalho em que atuavam esses profissionais, refrações essas ainda determinantes no espaço profissional dos CRAS na atualidade; **3 A CATEGORIA INSTRUMENTALIDADE E A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA**, nesse debate, a categoria instrumentalidade se constitui como elemento de reflexão para a compreensão da dimensão técnico-operativa, esta última, componente do processo de construção dessa instrumentalidade; **3.1 O conceito de racionalidade no capitalismo**, essa discussão da racionalidade, se desenvolve numa perspectiva de se esclarecer os conceitos da racionalidade que permeia a prática profissional, no sentido de compreender as categorias estudadas durante o processo de pesquisa; **3.2 A articulação da técnica associada ao instrumento**, aqui nesse debate, são tratadas conceitualmente a técnica e o instrumento, dentro da lógica desenvolvida em Marx sobre a relação homem natureza, constituinte da práxis social, com vista a se entender como se dá a correlação desses elementos na intervenção profissional; **4 ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DOS SUJEITOS**; **4.1 Aspectos metodológicos**; **4.2 A compreensão da relação teoria e prática no processo interventivo**, esta discussão, intenta compreender, como a polêmica histórica encontra-se situada na compreensão dos assistentes sociais entrevistados; **4.3 Instrumental técnico-operativo: concepção e utilização**, a concepção dos sujeitos sobre esse tema, está marcado por consensos e dissensos, apresentando reflexos nas ações práticas dos assistentes sociais inseridos nos CRAS da Região Metropolitana de Belém-Pa – RMB, ao qual, na atualidade apresenta-se como tema urgente a ser debatido e aprofundado; **4.4 A dimensão técnico-operativa e a compreensão das entrevistadas**, aqui as reflexões são dirigidas a compreensão que esses sujeitos apresentaram sobre esse tema, considerados não muito familiar ao cotidiano da prática no campo particular dos CRAS; **4.5 A assistência social na visão das entrevistadas**, esse foco de discussão, se configurou como categoria necessária ao desvelamento das condições objetivas e subjetivas em que esses profissionais desenvolvem sua prática, no contexto de política de orientação neoliberal, visando compreender assim, os impactos dessa, no processo interventivo dos profissionais

inseridos nos CRAS; **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

2 A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

2.1 Perspectivas de gênese do serviço social

Antes de partirmos para a análise da emergência do Serviço Social no contexto do aprofundamento das relações sociais capitalistas, e conseqüentemente dos espaços sócio-ocupacionais dentro das políticas sociais, há de se deixar claro o posicionamento nesse estudo, da concordância com as teses desenvolvidas pelos autores Iamamoto e Carvalho (2013), Netto (1999) no que se refere à emergência do Serviço Social como produto das relações sociais de produção na sociedade capitalista, e não como, evolução, organização e profissionalização dos processos de ajuda, benemerência, da caridade ou da filantropia, denominado de perspectiva endogenista, demarcado nos estudos de Carlos Montaña (2011, p.19,20): “A perspectiva endogenista: a primeira das teses sustenta a origem do Serviço Social na evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na ‘questão social’”.

Carlos Montaña (2011) em seu livro discorre sobre o tema gênese do Serviço Social, desenvolvendo suas reflexões, a partir de duas teses, tendo em vista, as produções teóricas da categoria profissional.

Pensadores da tese endogenista, segundo Montaña (2011, p.20):

Herman Kruse, Ezequiel Ander-Egg, Natálio Kisnerman, Boris Alexis Lima, Ana Augusta de Almeida, Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas, entre outros. É uma tese que tem, portanto, plena repercussão na atualidade, aparecendo como a única, a oficial ou a natural interpretação sobre a gênese do Serviço Social na maioria das instituições de ensino e dos profissionais.

Montaña (2011, p.26) identifica diferentes matrizes teórico-metodológicas dos mais variados autores, referências teóricas essas, justificando a gênese do Serviço Social; todas segundo o mesmo, convergindo para a mesma tese, verifica que:

todas essas análises representam, na verdade, diferentes matizes e distintas ênfases da mesma tese: o Serviço Social é a profissionalização, organização e sistematização da caridade e da filantropia. No entanto, esta tese sobre a gênese não congrega, como já foi dito, um conjunto harmônico e homogêneo de profissionais; muito pelo contrário, aqui participam autores das mais variadas concepções político-ideológicas e teórico-metodológicas,

e de extratos sócio-econômicos diversos: desde Boris Lima, passando por Ander-Egg, até outro extremo numa Ottoni Vieira.

Segundo Carlos Montaña (2011), os autores acima citados, estudaram o tema de forma descolada da realidade sócio- histórica e política, ou seja, nos estudos demarcados por esses autores da tese endogenista, não se deu ênfase, na perspectiva econômica capitalista também determinante de dada realidade, bem como a situação das relações sociais produzidas pelo aprofundamento do processo capitalista e etc, conforme identifica o referido autor Montaña (2011, p. 27):

Não se analisa, porque não se percebe, a existência de atores coletivos, de atores e relações sociais vinculados a categorias socioeconômicas e políticas e condicionados por um contexto sócio-histórico: a classe política dominante, a burguesia, a mulher, o trabalhador assalariado etc, dentro da ordem burguesa (ou, na Reconceituação: o movimento estudantil, o profissional/docente, o profissional/militante, vinculados ao movimento operário).

Montaña (2011, p. 30) traz os seguintes pensadores da tese histórico-crítica:

Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho, Manuel Manrique Castro, Vicente de Paula Faleiros, Maria Lúcia Martinelli, José Paulo Netto, entre outros entende-se o assistente social como um profissional que desempenha um papel claramente político, tendo uma função que não se explica por si mesma, mas pela posição que o profissional ocupa na divisão socio-técnica do trabalho.

A partir desses esclarecimentos mais gerais, trabalha-se no presente estudo, a partir do recorte histórico proposto por Iamamoto e Raul de Carvalho, recorte histórico realizado a partir da década de 1930 a década de 1960, quando então, foi desenvolvida a proposta histórico-metodológica em que a profissão Serviço Social foi analisada a luz da teoria Marxista, ao qual emergiu a partir das relações sociais produzidas pelo processo de produção e aprofundamento do capitalismo no Brasil.

Pois, segundo Iamamoto e Carvalho (2013, p. 11):

O objetivo básico do projeto matriz de ambas as investigações foi efetuar uma análise da profissão no Brasil e no Peru, inicialmente explicitando as articulações entre a gestação e desenvolvimento da profissão de Serviço Social e a dinâmica dos processos econômicos, sociais e políticos nesses países. Isto é, entender nossa profissão – sua natureza, seu posicionamento, sua função nas relações sociais vigentes em nossa sociedade – era também a proposta específica desta investigação.

Para os seguintes autores o Serviço Social enquanto profissão legitimada e

reconhecida socialmente, bem com o seu significado sócio-histórico está atrelado ao surgimento da questão social num contexto mais geral, tendo em vista o aprofundamento do sistema capitalista e as implicações sócio-econômica política e cultural para conjunto de trabalhadores imersos nas relações sociais de produção, tais relações sociais está ligada as transformações sociais da sociedade capitalista e seu modo de produção, ao qual o Serviço Social está inserido, tendo em vista que a profissão emerge a partir da divisão sócio-técnica do trabalho, ou seja, como especialização do trabalho coletivo que responde a determinada necessidade social, conforme aponta Iamamoto e Carvalho (2013, p. 20) quando se refere a superação da orientação metodológica funcionalista inerente a estudos anteriores:

A tentativa de superação dessas orientações metodológicas implicou considerar que a apreensão do significado histórico da profissão só é desvendada em sua inserção na sociedade, pois ela se afirma como instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho. Como a profissão só existe em condições e relações sociais historicamente determinadas, é a partir da compreensão dessas determinações históricas que se poderá alcançar o significado social desse tipo de especialização do trabalho coletivo (social), mas além da aparência em que se apresenta em seu próprio discurso, e, ao mesmo tempo, procurar detectar como vem contribuindo, de maneira peculiar, para a continuidade contraditória das relações sociais, ou seja, do conjunto da sociedade. O Serviço Social só pode afirma-se como prática institucionalizada e legitimada na sociedade ao responder a necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada.

O modo de produção capitalista tem como uma das suas funções, garantir lucros para as classes dominantes em detrimento do crescimento da miséria imposta ao conjunto de trabalhadores na sociedade. A forma como se organizou a sociedade capitalista dividida entre classes sociais proprietárias dos meios de produção, da tecnologia, da força de trabalho, esse último, capturada para o exercício do trabalho em fábricas, empresas e diversos espaços ocupacionais dentro das sociedades, e do trabalhador que não teve muitas opções, a não ser a de vender sua força de trabalho, possibilitou o surgimento de muitas contradições, ao qual se configurou como campo fértil para a rearticulação da classe trabalhadora de uma forma geral, que passou a reivindicar direitos, bem como de ser reconhecida como sujeitos participantes dos processos históricos.

Os conflitos produzidos dentro do sistema capitalista, induziu a classe dominante a desenvolver mecanismos institucionais que garantissem o controle

social e a manutenção do próprio sistema de desenvolvimento capitalista, ao qual se articulou ao Estado para coibir qualquer movimento que colocasse tal processo em risco.

Tais mecanismos e instrumentos, conformam também, as práticas desenvolvidas pelo Serviço Social, ao qual foram demandados em um primeiro momento, pela própria classe capitalista no sentido de intervir junto a classe trabalhadora para o exercício constante do poder e dominação, e em um segundo momento, através da mesma ação, a prática social do Serviço Social, participa também da criação de outros mecanismos que garantam a sobrevivência da classe trabalhadora explorada, ação essa compreendida pelos autores Yamamoto e Carvalho (2013, p. 27, 28) como:

A prática institucional do Serviço Social, demandada pela classe capitalista e por seus representantes no Estado para intervir junto aos trabalhadores, é apreendida como atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia dominante. Atua, ainda, pela mediação dos serviços sociais, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho. Sendo o exercício profissional polarizado pela luta de classes, o Serviço Social também participa do processo social, reproduzindo as contradições próprias da sociedade capitalista, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades pelas quais é chamada a reforçar as condições de dominação. Se, de um lado, o profissional é solicitado a responder à exigência do capital, de outro, participa, ainda que subordinadamente, de respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora.

O sistema de produção capitalista impôs a toda à sociedade a divisão técnica do trabalho, ao qual o trabalho humano se tornou atividade humana, cuja característica é social, ou seja, a produção torna-se cada vez mais social e o trabalho privado é apropriado pelo capital numa relação de alienação, tendo vista a necessidade de produção, de resultados para a satisfação das necessidades sociais, pois só assim, a partir desse contexto sócio-econômico e político é que pode-se identificar a produção e reprodução dessas relações sociais numa sociedade de classes, modo de produção esse, que depende do avanço do capitalismo enquanto sistema social predominante.

A divisão do trabalho numa sociedade capitalista, dividiu a classe trabalhadora, fragmentou produção do trabalho, alienou os trabalhadores do processo de compreensão do processo produtivo, impôs ritmos de trabalhos coletivo, socializou as relações sociais como coisas, escamoteando a contradição

entre capital e trabalho, raiz dos problemas surgidos a partir das expressões da questão social, contribuindo assim para a implantação da cultura do individualismo, determinado pela relação entre coisas, estabelecido pelo capital e pela deflagração de sua ideologia, em que são historicamente determinadas, de acordo com o entendimento de Yamamoto e Carvalho (2013, p. 36):

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as idéias e representações que expressam estas relações e as condições materiais que as produzem, encobrendo o antagonismo que as permeia.

O produto do trabalho, agora mais social, contribuiu para que as massas de trabalhadores, alimentassem cotidianamente o sistema capitalista de produção, produzindo ao mesmo tempo as condições da reprodução de sua própria força de trabalho, produzindo sua vida matéria e espiritual, também produzindo modos de vida em cada contexto histórico social.

Nesse sentido, os autores Yamamoto e Carvalho (2013), partem da idéia do homem enquanto sujeito que está em constante relação com a natureza, produzindo e se reproduzindo seu modo de vida e de trabalho, e nesse contexto de práticas sociais o homem dá significado às coisas, criando conceitos e representações, expressas em relações sociais.

Para entender o surgimento do Serviço Social enquanto profissão no contexto das relações sociais é necessário lançar mão da história do ser humano, enquanto sujeito imerso na mesma, enquanto produtor da sua historicidade, tendo em vista a relação homem natureza, o seu significado a partir da relação de trabalho que o homem está inserido, possibilitando assim a compreensão do significado da profissão Serviço Social para o conjunto da sociedade capitalista de produção.

A partir desse contexto, em que as relações sociais são construídas pelos homens se relacionando mutuamente, os autores trazem evidências sobre a importância que se dá a compreensão do capital, enquanto elemento determinante da produção das relações sociais em que o Serviço Social está imerso também, como uma relação, haja vista, que o capital, produz a dinâmica social e dá inteligibilidade a vida em sociedade, bem como mystifica essas mesmas relações, e fazendo parecer como uma relação entre coisas, esvaziadas de história, num

contexto de alienação, de acordo com a compreensão dos autores lamamoto e Carvalho (2013, p.37) acima citados:

Na sociedade em que se trata, o capital é a relação social determinante que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social... Capital não é uma coisa material, mas uma determinada relação social de produção, correspondente a uma determinada formação histórica da sociedade, que toma corpo em uma coisa material e lhe infunde um caráter social específico. O capital é a soma dos meios materiais de produção produzidos. É o conjunto dos meios de produção convertidos em capital, que, em si, tem tão pouco de capital como o ouro e a prata, como tais, de dinheiro. É o conjunto dos meios de produção, monopolizados por uma determinada parte da sociedade, os produtos e as condições de exercício da força de trabalho substantivados frente à força de trabalho viva a que este antagonismo personifica como capital... Ao mesmo tempo em que as expressam, as encobrem, pois as relações aparecem invertidas naquilo que realmente são: aparecem como relação entre mercadorias, embora não sejam mais que expressões de relações entre classes sociais antagônicas. As relações sociais aparecem, pois, mistificadamente, como relações entre coisas, esvaziadas de sua historicidade.

Fazendo um breve levantamento bibliográfico de autores que debatem o tema da emergência do Serviço Social na sociedade capitalista, seu significado sócio-histórico para o conjunto da sociedade capitalista, encontramos polêmicas e estudos que se apresentam até certo ponto como divergentes, tendo como fundamento metodológico leituras com visões diferentes, onde, de um lado, há a visão endógena de que a profissão surgiu a partir da sistematização imposta pela profissionalização, com enfoque nas técnicas, instrumentos, teorias que embasavam um fazer profissional a partir da teorias funcionalista e positivista, e por outro, temos autores, como José Netto (1996), que defendem a o surgimento da profissão a partir da necessidade de dar respostas para as mazelas produzidas pelo processo de acumulação capitalista, bem como das expressões da questão social, numa visão de totalidade ao qual implica a profissionalização para formar um técnico qualificado e habilitado para desenvolver seu trabalho nas políticas públicas tendo por referencial a concepção teórica Marxista.

Dentre os autores que estudaram a profissão de Serviço Social numa perspectiva de totalidade, ou seja, dentro de um contexto sócio-histórico, político e cultural a partir da conjuntura do desenvolvimento capitalista como uma relação social de produção e reprodução das condições de vida e de trabalho, temos: lamamoto, Carvalho, Netto, Montañó, Castro dentre outros autores.

Para o autor José Paulo Netto, contemporâneo de lamamoto e Carvalho, o Serviço Social no Brasil surge a partir das contradições produzidas pelo capitalismo

monopolista, contradições essas, que se expressam pelo aumento dos níveis do pauperismo, e das mazelas sociais extensivas a toda sociedade, num contexto de reconfiguração das diversas expressões da questão social, do acelerado crescimento da economia capitalista, da migração campo-cidade, do crescimento da população urbana e do ressurgimento do Estado capitalista como agente social, agora responsável pela construção de políticas sociais públicas voltadas para a massa de trabalhadores concentrados nas cidades.

Para Netto (1996, p.15):

As profundas modificações sofridas então pelo capitalismo – que, enquanto tendências, foram objeto da prospecção teórica marxiana – não infirmaram nenhuma medida substantiva as análises elementares de Marx sobre o seu caráter essencial e o da ordem burguesa: o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação, transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana.

Tal cenário sócio-histórico, proporcionou as bases para a luta e reivindicação de direitos sociais dos trabalhadores proletariados ou da classe que vive do trabalho¹ (ANTUNES, 1999), ao qual o Estado, incorporou as demandas da sociedade civil, numa relação tensa tendo como protagonista a classe operária, que lutava pela implementação de mais políticas sociais, propulsoras do movimento de institucionalização e ampliação das instituições sociais voltadas para a assistência das camadas sociais de trabalhadores.

Tais espaços sócio-ocupacionais, criados pelo Estado, via políticas públicas, inscritos na divisão sócio-técnica do trabalho, possibilitaram o desenvolvimento da prática do profissional de Serviço Social.

O contexto sócio-histórico de surgimento da profissão Serviço Social está articulado diretamente com o surgimento dos vários espaços sócio-ocupacionais em que os assistentes sociais desenvolvem a sua prática, ou seja, para a ampliação da compreensão do surgimento da profissão e dos espaços de trabalho num contexto das relações sociais entre as classes sociais antagônicas, se faz necessário também

¹ Segundo o autor Antunes (1999): Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho, em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, trabalhadores terceirizados... os trabalhadores de desempregados... o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural.

pensar esses espaços ocupacionais como imersos na dinâmica dessa mesma relação social que demandou e demanda o surgimento desses mesmos espaços, tendo em vista, a necessidade de dar respostas, as expressões da questão social produzidas pelo processo capitalista, embasados pela teoria social crítica.

Nesse sentido, o Serviço Social, desde o seu surgimento no seio do desenvolvimento capitalista brasileiro, passou por diversas fases em diversos contextos históricos desde a sua institucionalidade como profissão na divisão sócio-técnica do trabalho, pois entre as décadas de 1930 a 1960, período de efervescência no Brasil de vários acontecimentos, vemos o surgimento incipiente de várias políticas de cunho social, bem como de várias instituições sociais e assistenciais que possibilitaram o desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão executado por trabalhadores especializados nessa área específica.

Para José Paulo Netto (1996), o surgimento do Serviço Social, como profissão, legalmente sancionada e institucionalizada, está vinculado ao contexto histórico social da emergência do capitalismo monopolista datada segundo esse autor, do fim do século XIX e início do século XX (1890-1940), em um cenário marcado por grandes transformações sociais no modo de produção capitalista, a qual, as contradições desse sistema se tornaram mais agudas, produzindo/reproduzindo sequelas nefastas para o segmento populacional que vive do trabalho, parte do período histórico esse, também estudada por Yamamoto e Carvalho (2013).

Assim sendo, continuando no debate do contexto de emergência do Serviço Social, temos o Serviço Social, como uma profissão eminentemente interventiva e o profissional, como uma força de trabalho especializado e requisitado pelo sistema capitalista, haja vista, que a profissão sempre esteve atrelada a questão social, questão social essa, produzida pelas contradições do processo capitalista, que por sua vez, estava atrelado a um contexto macroeconômico vinculado às economias centrais e aos modelos de desenvolvimento capitalista adotados por essas economias, lógica capitalista amplamente reafirmado pelo Estado como sistema produtivo capaz de gerir as desigualdades sociais produzidas e reproduzidas por essa questão social de acordo com a leitura de Yamamoto e Carvalho (2013, p.84):

É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada "questão social", a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado.

A "Questão Social" não é senão, as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.

Também nesse contexto, o surgimento dos espaços sócio-ocupacionais, enquanto instituição pública ou privada, estão vinculados também, ao entendimento de que essas instituições sociais e assistenciais, se caracterizam como instrumentos que respondem as contradições geradas pela relação capital/trabalho, bem como pela questão social, ao qual, estes espaços são mediatizados pela ação do próprio Estado, entendidos como meios legais por ele adotado, aos quais passou a intervir nos conflitos, numa perspectiva de tentar responder aos problemas advindos dessas relações sociais conflituosas, objetivando manter sob controle a categoria de trabalhadores e manutenção das relações sociais de produção e reprodução social; este entendimento também está demarcado na leitura de Yamamoto e Carvalho (2013, p. 84):

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma relação jurídica do mercado, através da legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da Questão Social.

Para Paulo Netto (1996), também compartilhando desse pensamento sobre a necessidade de reconfiguração do Estado, vemos que, somente no contexto capitalista monopolista, é que o surgimento da profissão de Serviço Social se efetiva, como prática institucionalizada, haja vista, que, o desenvolvimento econômico-social, político e cultural, bases históricas de sustentação do sistema capitalista, agora sob novas configurações, passa a demandar respostas para as contradições sociais por ele produzidas, ao qual, o sistema capitalista, demandou ações extra-econômica, ou seja, houve, a articulação orgânica com o Estado no sentido de proporcionar a continuidade do seu desenvolvimento.

O Estado, enquanto instituição capturada pela lógica do capitalismo monopolista passa, a desenvolver/criar/reorganizar políticas sociais, como forma de se legitimar junto à sociedade impactada pelas grandes transformações das mudanças do capital, tais reconfigurações societárias proporcionou, as bases para a continuidade do processo em andamento, em que, a exploração da massa de trabalhadores se torna mais acirrada, no qual, o capital tende a controlar ainda mais a massa ocupada, bem como a massa popular desempregada, estabelecendo assim

a dominação completa da vida social.

Nessa concepção, o Estado, como instituição controladora, opera no sentido de organizar a vida sócio-política e econômica da sociedade, desenvolvendo a articulação do seu papel econômico com o seu papel político, tendo em vista as demandas apresentadas pelos impactos das mudanças na sociedade junto às classes populares, demandas pelo reconhecimento de direitos do segmento trabalhador e pela melhoria da qualidade de vida das massas populares, ao qual possibilitou o fortalecimento do sistema capitalista e garantindo dessa forma, o seu pleno desenvolvimento, alcançando essa maturidade com a criação de instituições sociais e assistenciais, que também foram necessárias para dar respostas a esses conflitos.

A análise sobre o papel do Estado nesse cenário reconfigurado está demarcada nas leituras de Netto (1996, p.23):

O Estado – como instância da política econômica do monopólio – é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido, (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como, instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização a alocação em função das necessidades e projetos do monopólio.

Dentro desse contexto sócio histórico, produzido pelo capitalismo monopolista, ao qual possibilitou a institucionalização de vários espaços sócio-ocupacionais para os agentes sociais, e legitimando várias profissões, está também, o Serviço Social, instituído mediante a criação/reorganização das políticas sociais.

Tendo em vista o debate estabelecido acima pelos autores - Yamamoto, Carvalho, Netto, Montaño - no aspecto da conjuntura política social e econômica da emergência do Serviço Social, passa-se ao debate de forma mais específica sobre o contexto sócio-histórico antecedente ao surgimento das principais instituições sociais criadas no contexto do Estado Novo, cenário esse, permeado por contradições internas, ao qual influenciaram diretamente nas instituições recém criadas, conseqüentemente na ação dos agentes sociais executores e atualmente gestores das políticas públicas.

2.2 Principais entidades/instituições assistenciais e suas características: breves considerações

No contexto sócio-econômico e político a partir da década de 1937, observa-se no Brasil e em outros países a implantação de ditaduras e de políticas econômicas que incentivam o crescimento da indústria urbana em articulação com setores da agro-exportação, bem como a implantação de um modelo corporativo de desenvolvimento, a qual proporcionou o crescimento das massas trabalhadoras nos principais centros urbanos, e com esse crescimento urbano-industrial, também há o crescimento em maior proporção das precárias condições de vida da população, segundo, lamamoto e Carvalho (2013, p.248, 249):

Observa-se, a partir desse momento, uma política econômica que se coloca nitidamente a serviço da industrialização, procurando reverter para esse pólo os mecanismos econômicos naturalmente voltados para a sustentação da agro-exportação. O estado busca de diversas formas incentivar a indústria básica – tornando-se em ultima instância produtor direto através de empresas estatais e de economia mista – que viabilizem a expansão do setor industrial, organizando o mercado de trabalho, assim como a partir das políticas financeira e cambial, apoiar a capitalização e a acumulação desse setor.

Esse momento histórico em que há o crescimento populacional e o aumento também dos problemas sociais decorrentes da precarização das condições de trabalho e de vida das massas de trabalhadores, implicou na rearticulação do aparelho do Estado e dos grupos de industrialistas donos dos meios de produção em desenvolver estratégias de controle social, com claro objetivo de manter intocados o modelo de desenvolvimento capitalista em andamento, já que houve a necessidade de incorporar as reivindicações desses setores por meio das políticas públicas, conforme aponta os autores lamamoto e Carvalho (2013, p. 249):

Essa peculiaridade da estrutura corporativa, que aparecerá com maior intensidade a partir de 1945, mas cuja existência se faz notar – pelo menos enquanto projeto – desde 1930, se origina do crescimento do proletariado urbano que lança no quadro político amplo contingente de população. Como foi visto, a pressão desses setores emergentes sobre o Estado, cuja contribuição para a queda do antigo regime, não pode ser esquecida, cria uma nova dimensão política, que se traduz na necessidade de absorver e controlar esses novos setores que crescem aceleradamente a partir de sucessivos surtos de industrialização e da consolidação progressiva do pólo industrial, como centro motor da acumulação capitalista.

O aumento da classe trabalhadora advinda do afluxo de massa popular do campo para os centros urbanos, provocou preocupações a classe de proprietários dos meios de produção, ou seja, preocupação para a burguesia industrial e para o Estado, haja vista, a insubordinação e o permanente clima de insatisfação instalado nesses centros urbanos, ao qual o Estado foi induzido a implementar políticas para adaptar essa população a nova relação de trabalho imposta pelo desenvolvimento capitalista, de acordo com os autores lamamoto e Carvalho (2013, p. 250):

O afluxo continuado de populações não adaptadas à disciplina e condição de vida e de trabalho industrial-urbano, ao alterar continuamente a composição política e social da cidade, contribuirá para pôr constantemente sob novas bases o problema da hegemonia. A integração dessas novas camadas é um elemento dinâmico que a estrutura corporativista procurará canalizar para o fortalecimento de seu projeto, neutralizando seus componentes autônomos e revolucionários.

Os vários mecanismos desenvolvidos pela burguesia industrial para controlar a classe operária, caracterizam como instrumentos que vão se readaptando, no sentido de garantir e manter o próprio desenvolvimento e avanço do capitalismo, segundo lamamoto e Carvalho (2013, p. 251):

No entanto, mais do que algum pacto de classes, trata-se no essencial de readaptar os mecanismos de exploração econômica e dominação política às necessidades do aprofundamento capitalista. A legislação social se constitui de dispositivos legais que coíbem os maiores excessos e formas "primitivas" de extração de trabalho excedente, mas, em última instância, representa a reafirmação da dominação do capital e nunca o seu contrário.

O surgimento de legislações e instituições, aparecem nesse contexto sócio-político como respostas as mazelas produzidas pelo sistema capitalista, e pelas expressões da questão social, dentro de um panorama de contradições da relação capital/trabalho, essas instituições são materializadas através de serviços e benefícios sociais no sentido de manter o equilíbrio das relações de forças, de acordo com lamamoto e Carvalho (2013, p. 252):

A paz social do Estado corporativo pressupõe, assim, o surgimento constante de novas instituições – Seguro Social, Justiça do Trabalho, Salário Mínimo, Assistência Social etc. - que aparecem em conjunturas determinadas como respostas ao desenvolvimento real ou potencial das contradições geradas pelo aprofundamento do modo de produção que atinjam o equilíbrio das relações de força. O desenvolvimento da Legislação Sindical e as Instituições de Previdência e Assistência Social são ilustrativos

desse processo.

As políticas previdenciárias e assistenciais materializadas através da concessão de benefícios indiretos se apresentam com a função de deslocamento das contradições surgidas no interior do processo de acumulação capitalista e as instituições sociais e assistenciais são convertidas em espaços para a dissipação dos possíveis conflitos surgidos dentro dessas relações, de acordo com o entendimento de lamamoto e Carvalho (2013, p. 256):

As políticas sociais, ao pretenderem atuar sobre as sequelas da exploração capitalista através de benefícios indiretos impostos e organizados burocraticamente através do Estado, atuam como deslocadoras das contradições que se dão no nível das relações de produção, reproduzindo e projetando essas contradições ao nível das instituições assistenciais e previdenciárias, isto é, do próprio aparelho do Estado.

Assim as várias instituições que são criadas (LBA, SENAI, SESI e Fundação Leão XIII) aparecem caracterizadas como instrumentos de controle social e político das massas trabalhadoras inseridas no processo de acumulação capitalista, já que tem sua funcionalidade a partir da necessidade do capital e do Estado de dar respostas aos conflitos surgidos com a politização das massas de trabalhadores, no sentido destes se tornarem uma ameaça ao processo de acumulação e do processo de exploração desses trabalhadores.

Na leitura de lamamoto e Carvalho (2013, p. 256) temos:

As instituições sociais e assistenciais, convertem-se em instrumento de controle social e político dos setores dominados e de manutenção do sistema de produção, tanto por seus efeitos econômicos, como pela absorção dos conflitos sociais e disciplinamento das relações sociais vigentes. Através da fetichização dos direitos e benefícios – que representam uma parcela ínfima do valor produzido pela classe operária e apropriado pelo capital e pelo Estado – regulamentado pelas políticas sociais, o Estado corporativo conseguirá estabelecer mecanismos eficazes de enquadramento de parcelas das massas urbanas, principalmente dos seguimentos recentemente incorporados ao mercado de trabalho industrial, para os quais a interiorização da ideologia da outorga teria o efeito de impedir o avanço de sua identificação enquanto classe e de fazê-los massa de manobra da ditadura, ampliando sua base social.

Nesse sentido, passa-se agora a análise das principais entidades surgidas durante o Estado Novo.

2.2.1 A Legião Brasileira de Assistência – LBA

Esse contexto social de crescimento da industrialização interna, provoca o aumento da taxa de exploração capitalista, apesar do aumento do emprego urbano, ao qual, tal cenário, veio corroer paulatinamente o regime da ditadura, e a partir desse contexto social o Estado lança grandes campanhas nacionalmente, com o objetivo de atrair a população para o apoio e o "esforço de guerra", campanha essa, que se corporifica a partir da criação da LBA, como instituição encarregada de lidar com as camadas populares lançadas na pobreza, intensificando a "política" assistencialista, momento esse, que surge também o SENAI, dentre outras instituições como SESI, Fundação Leão XIII, com a responsabilidade de controlar e dominar a classe operária, de acordo com Yamamoto e Carvalho (2013, p. 259, 260):

Essa realidade conflitiva para o proletariado e pequena burguesia-urbana, que corrói a base de sustentação da ditadura dentro dos setores populares, verifica-se uma resposta que procura obscurecê-la. O Estado lança uma campanha propagandística que busca ganhar o apoio da população para o "esforço de guerra", ao mesmo tempo que procura mostrar que esse esforço é de toda a sociedade, não recaindo seu peso sobre nenhum segmento em particular. É nesse momento – a pretensão do engajamento do país na guerra – que surge a primeira campanha assistencialista de âmbito nacional, que tomará forma através da Legião Brasileira de Assistência (LBA). O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) surge nesse mesmo ano – 1942 – respondendo, no entanto, à necessidade básica de qualificação da Força de Trabalho necessária à expansão industrial, expressão da outra face da mesma questão que se traduz na pressão, sobre o mercado de trabalho industrial, de novos contingentes da população urbana.

Esses espaços institucionais que emergiram nesse período, são os primeiros espaços profissionais no Brasil que absorveram o Serviço Social enquanto profissão, e conseqüentemente são os primeiros espaços sócio-ocupacionais em que os assistentes sociais desenvolveram suas incipientes práticas profissionais.

O surgimento da Legião Brasileira de Assistência – LBA estava vinculada diretamente a necessidade do Estado e da burguesia industrial em cooptar os segmentos sociais da classe trabalhadora para a adesão a essa lógica capitalista, no aspecto da garantia desse modelo de desenvolvimento baseado na exploração da própria classe trabalhadora e da acumulação do capital em detrimento do

aumento da miséria das massas populares.

Nesse contexto a LBA se caracteriza como a primeira instituição assistencial que proporcionou a expansão do serviço Social a nível nacional, marcada pelo caráter assistencialista, já que em um primeiro momento, surgiu com a função de auxiliar as famílias cujos chefes foram mobilizados pela guerra, bem como, auxiliar também o Estado na condução operacional das demandas advindas da classe trabalhadora, análise essa demarcada pelos estudos de Iamamoto e Carvalho (2013, p. 265):

A primeira grande instituição nacional de assistência social, a Legião Brasileira de Assistência, é organizada em sequência ao engajamento do país na Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo declarado será o de promover as necessidades das famílias, cujo, os chefes hajam sido mobilizados, e, ainda prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao "esforço de guerra". Surge a partir de iniciativa de particulares logo encampada e financiada pelo governo, contando também com o patrocínio das grandes corporações patronais (Confederação Nacional da Indústria e Associação Comercial do Brasil) e o concurso das senhoras da sociedade.

Segundo os objetivos da LBA (art. 2º de seu Estatuto):

1 – executar seu programa, pela fórmula do trabalho em colaboração com o poder público e iniciativa privada; 2 – congregar os brasileiros de boa vontade, coordenando-lhes a ação no empenho de se promover, por todas as formas, serviços de assistência social; 3 – prestar, dentro do esforço nacional pela vitória, decidido concurso ao governo; 4 – trabalhar em favor do progresso do Serviço Social no Brasil. (BRASIL, 2004).

Tal contexto em que a LBA desenvolve seus trabalhos sociais, fica caracterizado o seu estreito relacionamento com os objetivos do governo ditatorial naquele momento histórico, já que, uma das linhas de ação dessa instituição são as várias campanhas sociais desenvolvidas com o sentido de granjear o apoio da classe operária para o processo em desenvolvimento, ou seja, o modelo capitalista de desenvolvimento, que tem como base o aumento da exploração trabalhista sobre a classe operária, o acúmulo constante do capital em sua forma total em contraposição ao aumento da precariedade das condições de vida e de trabalho das classes populares, encobrendo as contradições desse modelo capitalista, conforme o entendimento de Iamamoto e Carvalho (2013, p. 266):

Nesse sentido sua organização estará profundamente legada ao preço a ser pago pelo esforço de guerra – evidente queda do poder aquisitivo do proletariado e pequena burguesia urbana – e as profundas transformações decorrentes do colapso do comércio internacional, que acelerarão o processo de aprofundamento do capitalismo.

Paulatinamente a LBA vai espreado-se a nível nacional, se institucionalizando através de órgãos (municipais, estaduais e centrais), possibilitando a organização da assistência social em nível de Brasil, marcadas por ações assistencialistas, desenvolvidas por ações com famílias, através de serviços sociais de lazer, atividades médicas, com encaminhamentos, racionalizando aos poucos as várias ações da assistência social, dinamizando também iniciativas privadas, e ampliando suas ações para além do trabalho com famílias, esse cenário, é retratado nos estudos de lamamoto e Carvalho (2013, p. 266):

Da assistência as "famílias dos convocados", progressiva e rapidamente a LBA começa atuar em praticamente todas as áreas de assistência social, inicialmente para suprir sua atividade básica e em seguida visando um programa de ação permanente. Nesse sentido se constituirá como mecanismo de grande impacto para a reorganização e incremento do aparelho assistencial privado e desenvolvimento do Serviço Social como elemento dinamizador e racionalizador da assistência.

A LBA, e a sua campanha nacional será de extrema importância para a ampliação do Serviço Social e para a formação técnica dos profissionais que irão trabalhar nos recém espaços sociais criados por essa instituição, bem como pela contribuição significativa da ampliação das escolas especializadas que irão formar o perfil dos agentes sociais absorvidos no interior das instituições, conforme apontam lamamoto e Carvalho (2013, p. 267):

Constituindo-se na primeira campanha assistencial de nível nacional, a Legião Brasileira de Assistência será de grande importância para a implantação e institucionalização do Serviço Social, contribuindo em diversos níveis para a organização, expansão e interiorização da rede de obras assistenciais, incorporando ou solidificando nestas, os princípios do Serviço Social, e a consolidação e expansão do ensino especializado de Serviço Social e do número de trabalhadores sociais.

As instituições da LBA, marcadas pelo caráter de um fazer assistencialista junto às classes populares, marcam também o exercício profissional dos assistentes sociais, ao qual, naquele momento eram influenciados pelo pensamento positivista/funcionalista, no que se refere ao atendimento imediato das demandas,

com objetivo predominante de controle político da classe trabalhadora, bem como garantir o enquadramento e engajamento dessa mão de obra as determinações do capital e de sua dinâmica contraditória.

O fazer profissional caracteriza-se pela fragmentação e pela pulverização das ações, ou seja, suas ações eram marcadas pela determinação de auxílios financeiros, encaminhamentos para serviços médicos, internação de crianças, obtenção de empregos, regularização de documentos, regularização de vida conjugal, dentre outras ações e atividades; tais ações são demarcadas também nos estudos de lamamoto e Carvalho (2013, p. 267):

No que se referem às técnicas do Serviço Social, os relatos de práticas desenvolvidas parecem mostrar que estas se mantêm basicamente dentro dos padrões preexistentes. Inquérito e pesquisa social, as visitas domiciliares, e entrevistas continuam sendo o fundamento do Serviço Social de casos individuais. Este será utilizado para a determinação de auxílios financeiros, encaminhamentos para serviços médicos.

Dando continuidade a análise das principais instituições surgidas no centro do desenvolvimento capitalista brasileiro, temos ainda a entidade SENAI, SESI, Fundação Leão XIII, dentre outras criadas para atender as demandas emergidas da relação capital/trabalho, que também serão objeto de estudos críticos deste estudo.

2.2.2 O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI

Uma outra entidade de porte nacional surgida em 1942 no contexto histórico da Segunda Guerra Mundial, é o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, ao qual, se caracteriza também, como uma das instituições que absorverá o Serviço Social, conseqüentemente, a mão de obra do assistente social, com objetivos claros de contribuir na qualificação da mão de obra urbano industrial, necessária para a adaptação e ajuste da classe operária ao processo produtivo industrial em desenvolvimento, análise essa também verificada nos estudos de lamamoto e Carvalho (2013, p. 268):

Ainda em 1942 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com a incumbência de organizar e administrar nacionalmente escolas de aprendizagem para industriários. Essa instituição surge através de um Decreto-lei Federal, que atribui a uma entidade de classe, a Confederação Nacional da Indústria, a função de geri-la. Será um grande empreendimento de qualificação da Força de Trabalho – especialmente a

juvenil – que rapidamente incorporará o Serviço Social em seu esquema de atuação. Certamente estará entre as primeiras grandes instituições a incorporar e teorizar o Serviço Social não apenas enquanto serviços assistenciais corporificados, mas enquanto “processos postos em prática, para a obtenção de fins determinados”, utilizando para tal as técnicas de caso e grupo.

Os autores também informam que, o Estado capitalista, vai assumir paulatinamente a responsabilidade de implementar outras estratégias políticas para continuar mantendo o equilíbrio da acumulação capitalista em andamento, ao qual, também, assume a educação popular voltada para a capacitação operária no sentido dessa mão de obra estar apta ao mercado de trabalho urbano recém desenvolvido, bem como, fomentar iniciativas para que a classe de industriários assumam a educação técnica da mão de obra, para que os custos dessas políticas sejam compartilhados com esse Estado, de acordo com o entendimento de lamamoto e Carvalho (2013, p.269):

Neste sentido, como criador de economias externas para o empresariado industrial, o Estado assume progressivamente a educação elementar da população, assim como financia atividades educacionais profissionalizantes e subvenciona outras, de caráter privado, que se destinam a esse fim, no sentido de prover as necessidades a curto e médio prazo. Os problemas do equilíbrio orçamentário, a escassez de recursos, levam a que o Estado procure “interessar” o empresariado industrial na qualificação da Força de Trabalho, em atividades não exclusivamente relacionadas às unidades individuais de produção. Atuará, assim, também como agência de pressão sobre o empresariado industrial, no sentido que este assuma diretamente, isto é, com recursos próprios – encargos no processo de adensamento tecnológico da Força de Trabalho Coletiva.

O SENAI enquanto instituição fomentadora da mão de obra operária, se constituiu como instrumento coletivo da classe burguesa, com propósitos claros de garantir a continuidade do aprofundamento do sistema como modelo capitalista, bem como, assegurar o processo de acumulação do próprio capital, haja vista, que o investimento na educação profissional da classe do operariado se torna ínfimo no horizonte de valorização do próprio capital e da mais valia advindos da exploração dessa mesma Força de Trabalho, conforme lembra os autores lamamoto, Carvalho (2013, p. 270):

O adiantamento realizado pelo empresariado (treinamento em serviço, SENAI etc.) é visto, essencialmente, através da ótica de seus rendimentos futuros, em que a Força de Trabalho deve passar a reproduzir seu valor agora acrescido e a produzir outro quantum também acrescido a ser apropriado pela empresa.

Com o processo produtivo em andamento, a exploração da Força de Trabalho se torna mais acirrada, tendo em vista o desgaste físico e mental que era submetido à classe operária naquele momento histórico, com isso, se vê uma mudança no comportamento do Estado e do empresariado, mudança na concepção de conduzir o processo do capitalismo, tendo em vista, manter a classe popular sob controle, desvirtuando focos de tensões e conflitos; com isso, as ações assistenciais, vão ganhando outros contornos, contornos de políticas sociais de caráter mais gerais, e, em decorrência desse processo, há a necessidade de investimento em ações de saúde e educação, que passam a ser concebido como produtos necessários ao capital, pensamento esse socializados pelos autores lamamoto e Carvalho (2013, p.271):

Há, aí, uma mudança qualitativa no comportamento assistencial do Estado e do empresariado em relação ao proletariado. As atitudes aparentemente paternalistas – absolutamente não desprovidas de interesse econômico – que geralmente procurava responder, até mesmo, preventivamente, e desvirtuar em seu conteúdo a pressão reivindicatória, devem ceder lugar a uma política mais global, representativa de uma nova racionalidade. Educação e saúde, principalmente, aparecem como consumo produtivo na produção, conservação e reprodução de homens enquanto Força de Trabalho do capital.

Dentro desse contexto social e político, o capital enquanto impulsionador do processo de aprofundamento do capitalismo necessita manter seus objetivos de qualificar, preparar, domesticar a Força de Trabalho necessária para a reprodução social, e, a partir da disseminação de sua ideologia, requisita em seu quadro técnico, profissionais habilitados a treinar e colaborar com socialização de suas ideias, afim de concretizar suas metas, e dentro desse quadro de profissionais, aparece o assistente social, como mão de obra qualificada necessária para o desenvolvimento do trabalho junto a classe operária, principalmente o segmento juvenil, de acordo com os autores lamamoto e Carvalho (2013, p.273):

O SENAI será assim um misto de dois processos históricos de qualificação da Força de Trabalho. Combinará - para a reprodução de Força de Trabalho enquanto tal - a violência simbólica do sistema escolar com a coerção e o autoritarismo das unidades de produção. O empresariado confiará aos verdadeiros educadores a tarefa de aprimoramento dos atributos morais e cívicos da juventude operária. Estes deverão – juntamente com a qualificação técnica – tentar inculcar os requisitos psicossociais necessários à reprodução da ordem capitalista industrial, isto é, produzir o operariado

ajustado a esse estágio de desenvolvimento da formação econômico-social brasileira. Dentre os diversos quadros técnicos que serão cooptados para o empreendimento, o Assistente Social, apesar de um pequeno número, terá um lugar de destaque.

O trabalho do assistente social nesse momento, ou seja, na atuação dentro do SENAI, aparece como uma ação subordinada ao capitalismo, com o claro objetivo de cooptar a mão de obra operária aos ditames do ajustamento do capital, através da ação ideológica de controle a adequação, informações essas, também sinalizados nos estudos de Lamamoto e Carvalho (2013, p. 273): “Sobressairão aí dois elementos, a ação ideológica de ajustamento e a coordenação da utilização dos serviços assistenciais corporificados”.

O Serviço Social inserido nesse contexto histórico social de formação urbano-industrial foi conduzido a adequar o seu discurso ao discurso da burguesia industrial, esta, teria como finalidade, justificar ideologicamente a necessidade da exploração do segmento social trabalhador, o aumento da miséria, das precárias condições de vida e de trabalho, como condições naturais do processo de acumulação capitalista em nome do crescimento sócio-econômico, como bem lembra os autores Lamamoto e Carvalho (2013, p. 277):

Nota-se esse processo, por exemplo, na consideração do desenvolvimento capitalista – formação de grandes centros urbano-industriais – como sendo um processo cuja consequência nefasta, o agravamento do problema social deixam de ser responsabilidade de seus promotores e beneficiários. As representações produzidas pela burguesia de base agrária e anteriormente veiculada por importante parcela dos pioneiros do Serviço Social, quanto às indústrias artificiais e suas consequências tanto no que se refere à exploração do consumidor, como na redução do proletariado a uma situação de indigência, serão abandonadas e substituídas por um discurso determinista em que o progresso da sociedade se faz acompanhar, inevitavelmente, da miséria do proletariado.

Os autores apontam também, que o Serviço Social, em suas incipientes ações profissionais aqui no Brasil (1930-1960), desenvolveram dentro das escolas do SENAI, pesquisas de caráter teórico em que tinham como objeto de estudo as condições sociais em que estavam submetidas à classe operária, principalmente o segmento juvenil que estava em formação, ao qual, foram sendo preparadas paulatinamente a se adaptar ao trabalho no interior das empresas e indústrias, havendo necessidade também de adequá-los como força de trabalho por meio da ideologia propagada pela classe proprietária dos meios de produção, ideologia essa,

revestida por ideias de caráter moral que aparecerá sob uma capa psicologizante, ao qual o assistente social também absorveu e que, necessariamente precisou desenvolver meios para continuar garantindo o ajustamento da classe operária ao bom andamento do desenvolvimento capitalista.

Essa reflexão também está demarcada nos estudos de Iamamoto e Carvalho (2013, p.278):

As práticas que serão teorizadas e desenvolvidas tendo em vista essa finalidade, a terapêutica social, tomará por base o fato de tratar-se, o aprendiz do SENAI, de um menor operário, filho de uma família operária. Estará, pois, sujeito a dois tipos de influências negativas a sua formação adequada: proceder de sua família "que não prima quase nunca pela organização" e frequentar um ambiente "que costuma ser hostil á formação física e mental dos adolescentes". Tratar-se-á pois, de, sem subtraí-los a esses dois meios, "conduzir sua personalidade" para que se tornem esses menores "elementos de eficácia para as famílias e a profissão", ao mesmo tempo em que alcancem o máximo de bem estar". Ressalta que, se ocorre uma modificação no discurso em relação a burguesia industrial, persiste o julgamento moral do proletariado, que aparecerá explicitamente ou sob uma capa psicologizante: a "influência niveladora do trabalho" concorre para o surgimento de um tipo de adolescente para quem "as barreiras de idade não tem sentido", portador de uma "personalidade precocemente amadurecida" e de um "espírito de independência determinado por um ganho próprio. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.278).

Mais uma vez, os autores Iamamoto e Carvalho (2013), sinalizam a subordinação explícita do Serviço Social ao programa desenvolvido pelo capital e a produção de suas relações na sociedade capitalista, relações que rebatem diretamente no fazer profissional dos assistentes sociais dentro das instituições, apontando para uma prática profissional normatizadora e reprodutora da ideologia dominante, ou seja, da ideologia da subordinação da classe operária as regras dos patronais das indústrias, práticas essas incidentes nas ações profissionais do próprio assistente social, parametradas também por teorias transplantadas para o Serviço Social, como a teoria pedagógica do ajustamento de indivíduos de Baden Powell, com a clara finalidade de incutir na psique da classe proletária as regras gerais da divisão social do trabalho, de acordo com as reflexões de Iamamoto e Carvalho (2013, p. 280):

A recuperação da "pedagogia" de Barden Powell, tradicionalmente incorporada pelos educadores para a ação sobre crianças desajustadas, aponta para outro aspecto da imbricação do Serviço Social com a organização industrial. Além da marca ideológica dessa metodologia, a

exaltação da personalidade, a educação baseada nas qualidades humanas, nas virtudes e energias morais, na lealdade, que traduzem um mal obscurantismo anti-intelectual, a organização social que se propõe, assim como as qualidades que se pretende despertar, estão intimamente relacionadas não só ao inculcamento do respeito às regras da divisão social do trabalho, como também a adequar a Força de Trabalho em formação às modalidades em que se realiza o processo técnico de trabalho no interior das grandes unidades de produção: o trabalho em turmas, o comando e vigilância de um mestre ou contramestre também de origem operária etc.

Assim, o resultado do trabalho do assistente social no interior dessa instituição, aparecerá não diretamente como produto que gere valor diretamente ao capital, mas indiretamente quando desenvolve as várias ações e atividades reproduzidas pelas práticas sociais no contexto do desenvolvimento capitalista, ou seja, trabalhando basicamente com a classe que vive do trabalho (ANTUNES, 1999), assume a característica de valor produtivo, através de seus serviços produzidos para a atenuação, minimização das contradições produzidas dentro da relação capital/trabalho, como bem lembra Iamamoto e Carvalho (2013, p. 281):

As práticas sociais desenvolvidas pelos técnicos e educadores cooptados pela instituição estarão assim voltadas – em diferentes graus de intencionalidade – para a suavização dos aspectos contraditórios (antagônicos) desse ajustamento, reforçando, objetivamente, a dominação de classe. As técnicas sociais que acompanham e fazem parte desse "investimento no fator humano" estão assim voltadas para a inculcação e reforço das determinações subjetivas do trabalho e do trabalhador para a sua produção, conservação e reprodução enquanto mercadoria Força de Trabalho. O Assistente Social, integrante desse quadro de técnicos manipuladores de técnicas sociais englobadas no processo educacional, aparecerá, teoricamente, na estrutura do SENAI como coordenador e reforçador dessa prática social e como explicitamente encarregados dos casos de desviança mais aparentes verificados no âmbito da instituição.

Continuando a análise sobre as instituições e suas características, passa-se a análise segundo os autores Iamamoto e Carvalho da instituição denominada Serviço Social da Indústria – SESI.

2.2.3 Serviço Social da Indústria – SESI

O Serviço Social da Indústria – SESI, também é instituído no ano de 1946, através do Decreto-lei nº 9.403, de 25/06/1946 (Presidente da República Eurico Gaspar Dutra), com propósitos claros de estabelecer mecanismos de controle das massas populares, em especial da classe operária, que naquele momento,

apresentava ânimos acirrados, em decorrência da radicalização do pauperismo e da precarização das condições de vida da população, tendo em vista, as refrações da questão social no Brasil, em decorrência da crise do pós-guerra nas nações industriais, crises essas, que preocupavam a burguesia industrial, cuja solução, seria desenvolver e ampliar mais ações e serviços para a população, no intuito de manter a ordem estabelecida pelo processo capitalista, bem como, com propósito de estabelecer também um espírito de cooperação entre empregado e empregadores, como bem lembra Iamamoto e Carvalho (2013, p.283):

O Serviço Social da Indústria (SESI) é oficializado em 1946, por intermédio do mecanismo de decreto-lei ainda vigente, durante o período de elaboração da nova Constituição. Seus considerados partem da constatação das dificuldades do pós-guerra da premissa de dever do Estado em concorrer não só diretamente como em incentivar e estimular a cooperação das classes em iniciativas tendentes a promover o bem-estar, além da consideração de que a Confederação Nacional da Indústria dispõe-se a, com recursos próprios, proporcionar assistência social e melhores condições de habitação, nutrição, higiene ao operariado e, dessa forma, desenvolver o esforço de solidariedade entre empregados e empregadores. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.278).

Com isso, são determinadas ao SESI, as atribuições de estudar, planejar e executar medidas que garantam o bem estar do operariado e de sua família, medidas a ser materializadas em serviços, projetos e benefícios; o SESI assumiu claramente um posicionamento em defesa da melhoria das condições de vida dos industriais explorados pelo processo de acumulação capitalista, posicionamento esse, entendidos como a ampliação da melhoria das condições de habitabilidade, nutrição e higiene, acesso a educação e a cultura, como forma de valorizar a mão de obra, a fim de manter a classe de trabalhadores produtivos e adaptados as mudanças da sociedade capitalista.

O Estado, articulado a fração da burguesia industrial, mais uma vez, assume o papel de articulador desse processo, ou seja, de institucionalizar o SESI como mecanismo de controle e dominação social, entendido naquele momento histórico pelos agentes acima supracitados como forma de dar resposta as refrações da questão social, considerado, também, como parte da evolução do posicionamento da classe empresária as consequências sociais dessa mesma questão social, reflexões essas desenvolvidas por Iamamoto e Carvalho (2013, p. 283):

Dessa forma, o Estado institucionaliza a iniciativa da burguesia industrial – da fração dominante – para que essa classe organize e gerencie

mecanismos assistenciais unificadores das iniciativas já existentes em inúmeras empresas, num grande complexo assistencial, extrapolando sua ação das unidades de produção para o cotidiano da vida do proletariado. Tendo por base a experiência pioneira do SENAI, o surgimento do Serviço Social da Indústria faz parte da evolução da posição do empresariado relativamente à "questão social", que se aprofunda no pós-guerra.

Nesse período (1940-1946), em decorrência do agravamento da crise, a classe burguesa vinha desenvolvendo ações através dos serviços das instituições recém-criadas, na tentativa de manter o rumo do processo capitalista, e, nesse sentido a classe trabalhista, também vinha reivindicando melhorias das condições de vida e de trabalho, através da melhoria real do salário, movimento esse, considerado preocupante para o Estado capitalista; esse contexto proporcionou o desenvolvimento de debates dos vários agentes políticos envolvidos nesse processo, a tônica das discussões girava em torno da melhoria da renda nacional, conseqüentemente da renda dos trabalhadores, além de outros conteúdos como, aumento da pobreza, democracia e justiça social, tão bem lembrados pelos autores lamamoto e Carvalho (2013, p.285):

Os principais temas debatidos estarão relacionados ao: combate ao pauperismo, aumento da renda nacional, desenvolvimento das forças econômicas, democracia econômica e justiça social. Aparecerá claramente, nessa reunião, uma até então insuspeitada preocupação com as condições da vida do proletariado e em "como assegurar a cada habitante do país um conjunto mínimo de recursos, capaz de lhe permitir uma existência digna".

Os custos do processo de melhoria das condições de vida e de trabalho da população serão assumidos principalmente pelo Estado, ao qual, receberá determinações da classe empresarial para instituir ou ampliar mais serviços sociais para a população (educação, cultura, lazer, saúde etc.), como forma de garantir o processo de aprofundamento do capitalismo, solução essa necessária teoricamente para o enfrentamento da questão social, como afirma lamamoto e Carvalho (2013, p. 287):

O enfrentamento da "questão social" aparece, assim teorizada, sob uma ótica revolucionária. Sua solução depende do prosseguimento da industrialização e da racionalização da agricultura, viabilizando o fortalecimento do mercado interno a partir do qual tanto o proletariado urbano quanto o rural – que precisa ser integrado a esse mercado – surge com nova importância.

Nesse período, há a participação da Igreja Católica, agora adotando outra postura política a partir do Segundo Congresso Brasileiro de Direito Social (1946), no qual, assume a posição claramente em favor da melhoria da qualidade de vida das massas de trabalhadores, ao qual, desenvolve um discurso e uma prática de apaziguamento entre capitalistas e trabalhadores, discurso marcado pela concepção de que seria possível o crescimento econômico com desenvolvimento social, ou seja, em favor do bem comum; nesse momento histórico, há uma explícita linha de trabalho ideológica da igreja católica com a prática adotada pela classe empresarial no que se refere ao progresso social do processo capitalista e da exploração do classe operária, em detrimento do aumento dos índices de pobreza, momento esse, em que o Serviço Social, mais uma vez é desenvolvido na perspectiva de harmonização da difícil relação entre capital e trabalho, entendimento esse, encontrado nos estudos de Iamamoto e Carvalho (2013, p. 287, 288): “O Serviço Social será reafirmado como elemento essencial para a harmonização entre capital e trabalho, atuando no sentido de conscientizar o patronato e preparar uma elite de trabalhadores que viabilize aquele tipo de comunhão”.

Há aí, uma clara rearticulação entre igreja, empresariado e Estado no que se refere ao apoio ao desenvolvimento capitalista e as mudanças societárias (NETTO, 1996) impostas pelo capital a toda a sociedade, ou seja, a continuação do controle social dos trabalhadores, a sua adaptação ao movimento desencadeado pelo processo capitalista de produção, bem como, no aplacamento do movimento comunista junto aos trabalhadores.

A implantação do SESI, com seus vários serviços, projetos e benefícios indiretos, caracteriza-se como uma medida política mais significativa da classe burguesa no que se refere a iniciativa de elevação da renda da classe trabalhadora, como bem lembra Iamamoto e Carvalho (2013, p. 289):

Essa colaboração estará intensamente presente na idealização e implantação do Serviço Social da Indústria, instituição que representará a contribuição mais significativa da burguesia industrial àquele esforço de elevação da renda das camadas populares através de benefícios indiretos.

O SESI tem como objetivos claros se contrapor a qualquer forma de insubordinação da classe operária ao processo do capital em andamento, bem como, impedir a total falta de controle sobre o segmento trabalhador, tendo em vista o avanço do movimento político do comunismo junto às massas trabalhadoras das

empresas e fábricas, entendimento esse, também observado nos estudos de lamamoto e Carvalho (2013, p. 290):

Explicita-se, aí, também de forma objetiva o sentido mais amplo e direto da instituição: contrapor-se, na nova conjuntura marcada pela ampliação das liberdades democráticas, ao fortalecimento da organização autônoma do proletariado através de uma ampla política assistencial. Para tal, será necessário unificar e ampliar os esforços dispersos e socializar seus custos. Nesse último aspecto, reaparece uma situação já observada quando da análise da criação do SENAI. A fração dominante da burguesia industrial institucionalizada, através do Estado, uma forma de ação política baseada no assistencialismo – tipo de atividade que não era estranha à grande empresa – repartindo seu custo entre a totalidade do empresariado industrial. Sem dúvida, será ela a principal beneficiária dos eventuais frutos do novo instrumento, tanto por dominá-lo como por concentrarem-se os movimentos contestatórios na empresa de maior porte ou número de empregados. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.290).

Vale lembrar que apesar da iniciativa de frações da classe burguesa em criá-lo como instrumento de controle social, o Estado foi um dos agentes que contribuiu em grande parte para a sua institucionalização, haja vista, os mecanismos de recolhimento de contribuição imposta ao empresariado como um todo, de acordo com as reflexões de lamamoto e Carvalho (2013, p. 290,291):

Para funcionamento das atividades da instituição o empresariado fica obrigado a uma contribuição mensal equivalente a 2% da folha de pagamento... Sua existência só pode se tornar viável através da intervenção do Estado, que estatui a compulsoriedade da contribuição, realizando ele mesmo – por meio de mecanismos de coleta previdenciários - o recolhimento e fiscalização do novo encargo.

A instituição SESI proporcionará ao Serviço Social a ampliação do raio de suas ações, subordinado aos ditames do capital, ao qual, as ações do assistente social dentro do SESI, conseqüentemente estarão também subordinadas as diretrizes da empresa, ações essas, que não vão se diferenciar tanto em relação as outras instituições sociais, haja vista, do ponto de vista, do produto do trabalho do assistente social entendido como uma mercadoria dentro da divisão sócio-técnica do trabalho, requisitado pela conjuntura social da empresa, assim temos segundo lamamoto e Carvalho (2013, p. 293):

Dentro dessa estrutura de serviços e pesquisas, a Divisão de Serviço Social teria por função atuar em todos os setores, "promovendo ou facilitando a adaptação das atividades às necessidades dos operários", no sentido de que elas "sejam utilizadas na verdadeira educação e formação social do operário", afim de conseguir o melhor rendimento possível do SESI". Terá assim a função de "coordenação das atividades da obra", atuando nos serviços de plantão (primeiro contato e encaminhamento), na divisão médica (aspecto moral, social e psicológico da doença), na divisão econômica (principal área de atuação do Assistente Social, centrando-se nos estudos para a concessão de auxílios, orientação para o equilíbrio orçamentário, orientação quanto aos recursos oferecidos etc.), na divisão legal (seleção de casos para o encaminhamento, procurando previamente conciliar as situações e prevenir os dissídios), na divisão de lazeres e movimentos sociais e nos trabalhos de ligação com as empresas e em seu interior. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 293).

O SESI se constituirá como uma entidade, ao qual, foi permitido se desenvolver um Serviço Social, de forma mais técnica, como caráter de uma medida de cunho política, em decorrência do volume de recursos injetados nos vários serviços sociais disponibilizados a classe operária, ao qual manteve uma continuidade nas ações, portanto, proporcionou aos assistentes sociais, desenvolver ações diretas com as classes populares de trabalhadores, embora de forma subordinada ao capital e atingindo um quantitativo de trabalhadores diminuto, mas permitindo também o desenvolvimento de ações dentro da relação capital/trabalho, concretizando de fato o controle social de forma extensa, como bem lembra lamamoto e Carvalho (2013, p. 293,294):

Observa-se, inicialmente, a possibilidade da institucionalização do Serviço Social tendo por objeto (teórico) um amplo espectro social. A partir da infraestrutura de serviços assistenciais relativamente amplas que se vai montando (suportada por uma grande capacidade financeira), isto é, tendo uma sólida base de auxílios materiais como alicerce de sua prática social principal pesquisa, classificação e aconselhamento, se tornará possível uma intervenção real junto a uma parcela – se bem que diminuta – do proletariado urbano...O arcabouço institucional e o trabalho coletivo que se realiza em seu âmbito, viabilizarão a transformação, melhor dizendo, a passagem das técnicas sociais utilizadas pelo Assistente Social, de forma dispersa e sem solução de continuidade, a mecanismos de controle social e político de uso extensivo...O Serviço Social deixará de se ater quase exclusivamente – no interior das empresas – às atividades de coordenação dos serviços assistenciais, concessão de benefícios, ao incentivo e organização de associações de ajuda mútua e cooperativismo etc. (que também fazem parte das relações industriais), para se vincular mais profundamente ao confronto direto entre capital e trabalho.

Tendo em vista o movimento crescente do operariado em suas reivindicações, organizações, fica claro segundo lamamoto e Carvalho (2013) que um dos objetivos

precípua da classe dominante burguesa foi coibir a ação desses grupos de trabalhadores no que se refere à radicalização do movimento, mantendo-os sobre o controle do segmento empresariado, e para isso, o SESI tornou-se, em seu primeiro momento de criação, um instrumento político-repressivo, de combate a ideologia comunista tão presentes naquele momento, vindo na classe operária um possível agente protagonista dessa ideologia, análise essa, demarcada nos estudos dos autores lamamoto e Carvalho (2013, p. 297):

A incorporação e institucionalização do Serviço Social pela burguesia industrial, como resposta a uma conjuntura marcada pela liberalização do regime político e pelo crescimento do movimento operário, aponta para um dos extremos que o compõe: seu funcionamento declarado e explícito como instrumento político-repressivo.

Fica claro também, a ação subordinada dos assistentes sociais as diretrizes do empresariado e suas frações burguesas, onde, ao assistente social não era dada a autonomia necessária para o efetivo trabalho com a classe de trabalhadores, haja vista, que o mesmo, como trabalhador, agora assalariado e cooptado pelos ditames do capitalismo em desenvolvimento, tinha sua ação subordinada a esses mesmos ditames do capital.

2.2.4 A Fundação Leão XIII

Dando continuidade as instituições surgidas no período de 1930 a 1960, temos a Fundação Leão XIII, criada também no ano de 1946, mediante o Decreto Lei da presidência da República, considerada como uma das primeiras grandes entidades a desenvolver seus trabalhos junto ao segmento populacional residente nas favelas dos grandes centros urbanos, favelas que se concentravam grandes bolsões de miséria e problemas sociais, que preocupavam o Estado capitalista, sobretudo, por se caracterizar como uma área territorial propícia a expansão da ideologia comunista, onde, na cidade do Rio de Janeiro (capital do Brasil naquela época -1946), ou melhor, nas favelas crescentes dessa cidade, essa instituição iniciou seus trabalhos sociais com a massa de trabalhadores, com os desempregados, subempregados e etc., considerados populações vulneráveis aos ideais do Partido Comunista do Brasil, reflexões essas, desenvolvidas dentro da leitura crítica dos autores lamamoto e Carvalho (2013, p. 298):

A Fundação Leão XIII surge em 1946 – oficializada por Decreto-lei da presidência da República – como primeira grande instituição assistencial que tem por objetivo explícito uma atuação ampla sobre os habitantes das grandes favelas, que já nesse momento concentram parcela importante da população pobre dos grandes centros urbanos industriais. O âmbito de atuação dessa instituição – resultado do convênio entre a Prefeitura do Distrito Federal, Ação Social Arquidiocesana e Fundação Cristo Redentor – serão as favelas da cidade do Rio de Janeiro (capital federal à época), principal grande centro urbano onde o Partido Comunista do Brasil se torna força política majoritária nas eleições de 1946. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 298).

Mais uma vez, a entidade recebe apoio do Estado Capitalista e dos setores da hierarquia católica, ao qual, as ações, atividades e serviços, são desenvolvidos por meio da parceria com outras entidades sociais.

Nesse contexto há a implantação dos Centros de Ação Social (CAS), agora espalhados nas várias favelas da cidade do Rio de Janeiro (1946), as quais demandaram o trabalho técnico dos profissionais de Serviço Social, com claros objetivos de materializar os ideais predominantes dessas entidades junto ao segmento populacional que viviam nessas favelas.

Ressalta-se que o Serviço Social se ocupava das ações e serviços fora do campo médico, ao qual segundo relato de Iamamoto e Carvalho (2013, p.299) o Serviço Social tinha como linha de atuação nessa instituição as seguintes atribuições:

Serviço dos Casos Individuais (matrícula, triagem, inquéritos, visitação, seleção, orientação e tratamento), Auxílios (assistência jurídica, encaminhamento – emprego, situação civil, hospitais etc. - caixas beneficentes, creche, merenda escolar etc.), Recreação e Jogos (Adultos e Crianças) e Educação popular. Além dessas modalidades, o Serviço Social de Grupo deverá ser aplicado para além de seu campo tradicional – lazer e educação – através da constituição, a partir dos CAS, de Associações de Moradores, teorizadas enquanto forma de aferir a penetração da instituição no meio, devendo permanecer sob sua tutela. Projeto de prática institucional que também não se diferencia em seu conteúdo das experiências anteriores, destacando-se mais pelo âmbito de atuação e amplitude do apoio oficial que mobiliza.

A ação do Estado capitalista junto ao apoio a entidade Leão XIII, se dá, a partir da ideia de aplacar mais uma vez, o movimento do Partido Comunista Brasileiro - PCB, ao qual, naquele momento histórico, se estendia para as favelas e subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, haja vista, que essas massas populacionais,

poderiam se tornar suscetíveis as novas ideias propagadas pelo Comunismo, nesse sentido, a ação da entidade Leão XIII, através dos Centros de Ação Social - CAS, se caracterizariam como instituições que teriam o papel significativo de manter o controle social e estabelecer a dominação do capital sobre as massas insubordinadas, de acordo com o entendimento de Yamamoto e Carvalho (2013, p. 300):

A constatação de que as grandes favelas dos morros cariocas (assim como das baixadas de periferia e subúrbios) poderiam transformar-se em redutos eleitorais do Partido Comunista do Brasil, leva a mobilização pelo Estado e hierarquia de seu aparato assistencial para contrapor-se e consolidar seu controle sobre aquela população.

As favelas e subúrbios periféricos dos centros urbanos são marcados pelos problemas sociais que apresentavam problemas como: a falta de serviços de saúde, educação, cultura, lazer e outros equipamentos urbanos de uso coletivo.

As favelas eram marcadas por essas problemáticas de cunho social, e naquele momento histórico o Serviço Social em sua teorização, desenvolveu o entendimento de que o problema das pessoas que ali viviam, estariam relacionados a problemas de falta de educação, logo, o Serviço Social, assumiu uma postura de ação educativa junto às massas populares, justificando as mazelas do processo de aprofundamento do capitalismo, justificativa essa, também do ideário liberalista excludente, conforme afirma Yamamoto e Carvalho (2013, p. 301):

Posições que são também fundamento ideológico do liberalismo excludente, que nega a cidadania política aos analfabetos e condiciona a ampliação da democracia formal a um estágio não definido de educação e formação ética e moral da população... As bases de atuação do Serviço Social estarão assim centradas nos casos individuais, nos lares educativos e principalmente na educação popular e formal: "estamos certos de que o problema da favela é eminentemente o problema da falta de educação (...) doenças, analfabetismo, ideologias exóticas, crimes, contravenção e etc., são males de uma população que vem vivendo anos a fio sem o benefício de uma palavra esclarecedora e amiga, que só a escola, na sua mais alta expressão, pode dar (...) pela educação princípio da regeneração dos indivíduos, poderá o Serviço Social atingir os mais altos fins, pois que acreditamos que, pela educação, e só por ela, conseguiremos construir algo de duradouro.

A educação como uma política social pública foi percebida pelos movimentos da classe trabalhadora, como um instrumento capaz de promover sua própria "libertação", e nesse contexto de expansão dos descontentamentos da população

trabalhadora, sempre foi um dos elementos reivindicados por essa classe, bem como pela própria classe burguesa industrial, que necessitava de instrumentos para adestrar os trabalhadores ao processo necessário do desenvolvimento capitalista, reivindicações essas dirigidas ao próprio Estado capitalista, que nesse momento, já assumia a tarefa de desenvolver equipamentos urbanos educativos, mesmo que educação não formal, para que as classes populares pudessem se adaptar as novas transformações sociais impostas pelo capital.

Nesse sentido a criação da Fundação Leão XIII, por meio dos Centros de Ação Social (CAS), mediados pela ação do Serviço Social, assumiram o papel de promover socialmente esse segmento populacional marginalizado, por meio da educação popular, ideologia impregnada na teorização do próprio Serviço Social da época, mais uma vez, utilizado como justificativa para o estado de coisas postas, ação essa que marcou a atuação do Serviço Social da Fundação Leão XIII, como bem lembra os autores Yamamoto e Carvalho (2013, p. 303):

A educação popular, como instrumento principal da atuação do Serviço Social da Fundação Leão XIII, incorporará diversos desses elementos, aos quais acrescentará novos. Tendo por objeto uma população tradicionalmente abandonada e carente de qualquer infraestrutura social ou assistencial e vivenciando em níveis diversos de pauperismo, o analfabetismo será percebido como a causa fundamental de sua marginalização social. Afastando-se em seu conteúdo global da educação formal – apesar de incorporá-la em seus programas – o projeto de educação popular da Fundação Leão XIII assume o sentido de levantamento moral das populações faveladas. Projeto ao qual não é estranha – dentro do quadro da nova conjuntura política existente – a perspectiva do controle das massas semi-escolarizadas, tendo em vista a necessidade de legitimação do poder via processo eleitoral.

Vale ressaltar que a preocupação do Estado capitalista em desenvolver as várias ações e serviços voltados as massas populares das várias favelas dos centros urbanos em desenvolvimento nesse período, tinham como uma das principais metas, disciplinar a classe trabalhadora junto ao processo de ajustamento ao contexto das relações sociais capitalistas, que exigiam disciplinamento a produtividade e o adestramento às diretrizes do capital, em sua totalidade, ou seja, tornar o lazer e a educação não formal, um instrumento de consumo pela própria mão de obra empregada, desempregada, no subemprego e populações desocupadas em geral (ANTUNES, 1999).

Através do Serviço Social, ou seja, o assistente social, requisitado como mão

de obra especializada, influenciada pela ideologia da classe do empresariado burguês, operou seu trabalho com objetivos claros de ajustamento e enquadramento dessas populações a esse processo industrial em desenvolvimento, essas reflexões são tratadas também por Yamamoto e Carvalho (2013, p. 305):

Diante do perigo que cercam os momentos livres da existência do proletariado, será necessário ocupá-lo de uma forma inofensiva, ajustadora, que não marque um antagonismo aberto com o restante do seu tempo subordinado ao autoritarismo do capital. Em vez de senhor de seu tempo livre, é necessário tornar o trabalhador um consumidor passivo de distrações, lazeres educativos, da contemplação do belo. E utilizar esse mesmo tempo para procurar aumentar sua produtividade (tanto através da "racionalização" de seu repouso, como de cursos de instrução formal ou profissionalizante), e para uma ação de ajustamento às relações sociais vigentes, de caráter religioso ou outras formas de inculcação que tenham por objetivo a mudanças de atitude.

O cenário da atuação prática dos primeiros assistentes sociais nesse período é marcado por uma ação subordinada ao processo do capitalismo, pela burguesia industrial e pelo Estado capitalista, ao qual, o Serviço Social da Fundação Leão XXIII é exemplo explícito, nesse sentido, o presente estudo, segue, mesmo que brevemente, na análise das principais instituições, assim temos o surgimento da Previdência Social e a relação com o Serviço Social, como campo demarcatório para a análise do espaço profissional dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS como espaços profissionais, agora reconfigurados.

2.2.5 Previdência Social e a relação com o Serviço Social

O Seguro Social como ação pública, é iniciado ainda na República Velha a partir da Lei Eloy Chaves, aprovada no ano de 1923, ao qual, se materializava através da concessão de benefícios a setores específicos da Força de Trabalho, ligados ao Estado e a agro exportação, e se definia pela disponibilidade de quatro benefícios específicos: medicina curativa; aposentadoria por tempo de serviço, velhice ou invalidez; pensões para dependentes e ajuda para funerais; esse modelo de Seguro Social, a princípio foi orientado tendo como referência, o modelo desenvolvido na Argentina, cuja base financeira se deu, pelo princípio da contribuição social de três agentes sociais, como: o empregado, o empregador e o próprio Estado.

Essas afirmações são resgatadas a partir das reflexões dos autores

Iamamoto e Carvalho (2013, p. 307):

A partir da Lei Eloy Chaves, aprovada pelo Parlamento em 1923, lançam-se as bases para a futura política de Seguro Social, cujos princípios fundamentais permanecem válidos até 1966 quando da unificação das instituições de previdência. Semelhante ao modelo em uso na República Argentina, terá por características orientar-se para setores específicos da Força de Trabalho, englobando a totalidade dos assalariados daquele setor ou empresa, a partir de quatro benefícios principais: medicina curativa; aposentadoria por tempo de serviço, velhice, invalidez; pensões para dependentes e ajuda para funerais. A diferença da Sociedade de Ajuda Mútua partirá dos princípios da contribuição tripla (empregador, empregado e Estado) e da filiação obrigatória. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.307).

Em um primeiro momento, tais benefícios sociais do Seguro Social estarão diretamente voltados a segmentos sociais de trabalhadores ligados a empresas ferroviárias, de acordo com o projeto que o implantou e implementou, conforme afirma Iamamoto e Carvalho (2013, p. 307):

O projeto de lei que tomará o nome de seu apresentador no Parlamento – que por sinal ocupava o cargo de secretário de Justiça de São Paulo na ocasião das grandes greves de 1917 – tem origem na iniciativa de alguns empresários do setor de ferrovias (Ferrovia Paulista), que propõem ao Parlamentar paulista um modelo de Seguro Social por empresa para a aplicação institucionalizada em todos os estabelecimentos do setor.

A história mostra que durante a República Velha, o Seguro Social, se desenvolveu de forma bastante lenta, porém, a partir da década de 1930, esse setor, com o apoio do Estado e do empresariado, o Seguro Social, como política, vai progressivamente se expandindo com a institucionalização dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs e com as CAPs (Caixas de Aposentadorias e Pensões), instituições essas, que abrangeram, maiores contingentes de trabalhadores ligados as empresas e ao Estado.

Essas afirmações, também estão contidas nos estudos de Iamamoto e Carvalho (2013, p. 308):

As CAPs (Caixas de Aposentadorias e Pensões) deixam de ter por âmbito as grandes empresas tomadas individualmente, para abrangerem as chamadas categorias Profissionais (1933), que paulatinamente – conforme capacidade de pressão de barganha de cada setor – passa a englobar grandes parcelas de assalariados urbanos do setor privado e estatal. Dessa forma, em 1938, através de 99 CAPs e 5 IAPs, estavam sob cobertura de diversas instituições previdenciárias mais de 3 milhões de assalariados urbanos e seus dependentes diretos, constituindo uma ampla diversificada estrutura administrativa, profundamente marcada por sua vinculação ao Ministério do Trabalho e à burocracia alimentada pelo sindicalismo corporativista.

A partir do contexto de implantação do Seguro Social, através dos IAPs e CAPs, o processo de incorporação do Serviço Social, e conseqüentemente do assistente social, se deu de forma, mais lenta, tendo em vista os movimentos de avanço e recuo dessa política, num contexto marcado por interesses de certa forma antagônicos entre as frações da burguesia, do Estado e da massa de trabalhadores a ser beneficiada, ao qual, segmentos do Estado e do grupo de proletariados ansiosos por reformas na operacionalização do Seguro Social, se enfrentavam para implementar um projeto de Seguro Social, com caráter mais universal, na prática, esse processo de reforma sofreu críticas a ponto de ser arquivado, nesse sentido, o processo de implantação do Serviço Social, também se deu de forma lenta e progressiva, na medida que a sociedade capitalista ia se desenvolvendo e requisitando essa mão-de obra especializada (assistente social) para atuar dentro dessas instituições de acordo com as demandas das populações trabalhadoras.

Tais reflexões também são evidenciadas nos estudos de Yamamoto e Carvalho (2013, p. 309):

A progressiva incorporação do Serviço Social nos diversos Institutos e Caixas de Pensões e Aposentadoria, apesar de institucionalizada em 1944 – Portaria n.º 45 do Conselho Nacional do Trabalho, que autorizava a organização de Serviço Social em todas as instituições de previdência – se fará de forma heterogênea e em ritmo bastante lento, assim como é desigual a estrutura, o desenvolvimento e os benefícios prestados por cada instituição. Dependerá, em parte, para a sua implantação, das características da burocracia de cada organismo e do campo e do espaço que os assistentes sociais serão capazes de abrir e ocupar.

O processo operacional desenvolvido pelo Seguro Social, em um primeiro momento, quando da sua implantação como uma incipiente política social voltada as frações da classe trabalhadora que reclamavam serviços, programas e projetos para melhorar suas condições de trabalho e de vida, e a forma que foi projetada, tendo por base o princípio do autofinanciamento por parte da classe trabalhadora, bem como a socialização dos custos com o Estado e com a classe burguesa industrial, impactou socialmente no descontentamento das populações trabalhadoras, no aspecto econômico, já que a própria classe que vive do trabalho (ANTUNES, 1999), pagava indiretamente pelos serviços recebidos que produzia descontentamentos gerais, compreensão essa, assimilada pelo Estado capitalista, um dos agentes mais interessados na implementação desse modelo desenvolvido.

A partir desse contexto político, o Serviço Social, em suas teorizações, desenvolveu críticas, por entender que o processo de implementação do Seguro Social, deveria ser conduzido de forma mais humanitária, ao qual, deveria prevalecer a dignidade da pessoa humana em contraposição a forma tecnicista que estava impregnada na ação operacional dos processos de concessão de benefícios junto a classe de trabalhadores, e com isso, o Serviço Social, reivindicou a inserção de assistentes sociais no interior dos IAPs e CAPs, a fim de operar essas ações de forma mais humanitária junto aos segurados, reflexões essas, também demarcadas por Iamamoto e Carvalho (2013, p. 330):

Dada a existência do fato consumado, esses pioneiros reclamarão a participação do Serviço Social na estrutura previdenciária. A fim de humanizá-la, dar-lhe conteúdo social, de reconciliar a máquina administrativa com a massa segurada, incorporando-a a instituição. Esta não deve apenas pretender o cumprimento das técnicas de seguro social, mas preocupar-se, também com o bem-estar social do associado, com o sentido social do seguro; deve almejar a aplicação do humanismo cristão às técnicas do seguro.

A história do Serviço Social mostra também que, uma das experiências oficiais do Serviço Social, se deu na implantação do mesmo em 1942 no Instituto de Pensões dos Comerciários, onde foi criada a Seção de Estudos e Assistência Social, ao qual, uma das ações desenvolvidas foram as pesquisas sobre as condições de vida e de trabalho do operariado, com objetivo de obter informações para melhor operar as ações junto a massa de segurados, bem como, a pretensão de harmonizar a relação social entre a previdência e os próprios segurados, além da possibilidade de ampliar o raio de ação dessa instituição para além do âmbito da mesma, utilizando para isso, as técnicas do Serviço Social, conforme lembra Iamamoto e Carvalho (2013, p. 311):

A principal atividade desenvolvida por aquela seção será a realização de ampla pesquisa sobre o "meio de vida" dos segurados. As conclusões dessa pesquisa permitirão ao núcleo pioneiro de Assistentes Sociais sistematizar uma série de contribuições que os métodos e técnicas do Serviço Social poderiam trazer como aporte ao Seguro Social: a fundamentação do seguro na consciência popular para que possa cumprir sua função de "integração social", a "reconciliação" entre os institutos e massa segurada; ampliação do raio de ação da Previdência, vinculada ao Serviço Social, para atingir de forma mais ampla a consciência e a reprodução material da Força de Trabalho.

Paulatinamente, o Serviço Social vai se incorporando definitivamente ao corpo dos IAPs e CAPs, em decorrência da necessidade crescente de aplacamento das insatisfações geradas pelo modelo de Seguro Social imposto, bem como, pela necessidade de manter e controlar a Força de Trabalho para o processo de aperfeiçoamento das relações capitalistas, e para isso, o IAPs e CAPs, realizaram investimentos na formação da mão de obra especializada (assistentes sociais), tendo em vista, o restrito contingente profissional do Serviço Social que na época, as escolas de Serviço Social formavam.

Nesse contexto, a formação do profissional do assistente social, foi incentivada pela Previdência, ou seja, a formação em escolas especializadas, formação profissional essa, necessária para continuar o trabalho com os segurados, numa perspectiva política de cumprimento da integração das massas populares ao sistema previdenciário em desenvolvimento, e para isso, o assistente social, como mão de obra especializada dentro da divisão técnica do trabalho, se caracterizava como o profissional mais adequado para essa tarefa, por meio da utilização de seus métodos e técnicas, que nesse momento, já desenvolvia suas ações para além dos IAPs e CAPs.

A atuação dos assistentes sociais por meio do Serviço Social começou a desenvolver ações complementares junto às diversas entidades e outros serviços, por entender que as concessões de benefícios deveriam ser trabalhadas em articulação com os serviços de saúde e assistência, compreensão essa também desenvolvida por Iamamoto e Carvalho (2013, p. 313):

No entanto, o seguro só se tornará eficiente na medida em que a rigidez e frieza puderem ser penetradas em todos os níveis por um novo espírito social, que dê uma face humana à burocracia e as técnicas atuariais. Nesse sentido se recomenda tornar obrigatória a formação em Serviço Social dos funcionários de maior responsabilidade ante os segurados, e a organização do Serviço Social nos conjuntos residenciais, em todas as seções de Assistência dos Institutos, e no meio social do segurado – em colaboração com outras obras e entidades. O Serviço Social deve estar junto aos departamentos médicos, hospitais, ambulatórios, atuando sobre aspectos sociais e morais da doença, na educação social quanto aos princípios básicos de higiene e puericultura e, principalmente, na readaptação à vida familiar e reintegração à produção. Proceder a uma ação complementar junto à concessão de pensões e aposentadorias, pois apenas os auxílios materiais não bastavam.

Aos poucos, os assistentes sociais vão desenvolvendo junto às instituições da Previdência, programas e projetos sociais dirigidos a massa popular de segurados, e

a partir das técnicas, métodos e referenciais teóricos do Serviço Social, que vão sendo incorporadas também ao Seguro Social, constituindo-se assim, num projeto maior de integração social dos segurados ao modo de produção capitalista, com claro objetivos de manter a Força de Trabalho ocupada sob tutela e controle do Estado capitalista; dessa forma a Previdência se torna uma das políticas sociais mais importantes para a economia capitalista, já que a Força de Trabalho necessitaria estar em condições física e mental apta à produtividade.

Com esse entendimento, o Serviço Social, foi requisitado para implementar esse projeto societário (NETTO, 1996) do Estado junto ao segmento da classe trabalhadora, através da Previdência, em que o Serviço Social reclamou vários serviços, dentre eles: 1. Trato diário com o público através do plantão e das técnicas de entrevista: triagem, informações e reclamações: – Orientação e execução de atos necessários para que o associado receba os benefícios devidos; - Casos que fogem à rotina ou não previstos pelo regulamento (casos que demandam maior estudo); - Encaminhamento para que o associado tenha alguma satisfação quando seus problemas estiverem fora do alcance do seguro; 2 - Reeducação sistematizada, educação social: 2.1 – Esclarecimento quanto a direitos e deveres em relação ao seguro; 2.2 – Orientação econômica e orçamento doméstico; 2.3 – Readaptação dos trabalhadores enfermos e acidentados; 2.4 – Orientação e conforto moral nos casos de morte ou invalidez; 2.5 – Adaptação aos imóveis e vida comunitária; 2.6 – Profilaxia e higiene; 2.7 – Orientação e apoio moral, evitar acomodações; 2.8 – Terapia ocupacional; 3 – Seleção econômico-social: 3.1 – Para a obtenção de benefícios pagos; 3.2 – Para distribuição de auxílios 4 – Distribuição de auxílios: 4.1 – Fornecimento de medicamentos gratuitos; 4.2 – Compra de aparelhos ortopédicos ou instrumentos de trabalho; 4.3 – Auxílios destinados à manutenção quando atrasam os benefícios; 4.4 – Auxílios diversos em dinheiro, para a regularização da situação civil, para a realização de tratamentos; 5 – Casos de desviação: 5. 1 – Recusa ou abandono de tratamento médico; 5.2 – Atrasos ou recusa no pagamento de prestações (imóveis); 5.3 – Problemas de "má vontade" ou exploração da instituição; 5. 4 – Contornar inconformismos.

Para Iamamoto e Carvalho (2013), a instituição previdenciária nesse contexto, tem como principal finalidade, garantir o processo de desenvolvimento e aprofundamento do capitalismo, tendo em vista, as próprias contradições que se dão dentro da relação do capital e do trabalho no interior do Estado, já que, a demanda

por serviços sociais é muito maior e a disponibilidade dos serviços, programas e projetos da Previdência é mais restrita, além do que, o processo de institucionalização dos IAPs e CAPs, caracteriza-se por atender de forma focalizada e seletiva, ao qual o Seguro Social, dentro dessa lógica, opera através do deslocamento dessas contradições e conflitos, bem como canalizador das tensões sociais.

A partir desse cenário de serviços sociais insuficientes para atender a imensa demanda, esse deslocamento das contradições produzidas pelo processo capitalista, refletirão diretamente na Previdência, gerando inconformismos por parte das massas populares, momento esse, em que o Serviço Social será reafirmado como componente necessário para a humanização e amortecimento dessas contradições, operando com ações por meio da triagem, educação e etc., a fim de adequar as populações ao novo sistema dos IAPs e CAPs.

Assim os encaminhamentos e parcerias com outras entidades e instituições, apresentam o objetivo também de legitimar a Previdência junto a classe trabalhadora operária, que se encontram insatisfeita e inconformada com as consequências do processo capitalista, como afirma Iamamoto e Carvalho (2013, p. 322):

Coloca-se aí a questão central da humanização do Seguro Social. De como amortecer as contradições que passam a se manifestar em seu âmbito, de como "recuperar" e enquadrar o usuário, de como preservar a instituição. Tornar-se necessário, inicialmente, dar algum tipo de satisfação àquelas demandas, demonstrar que de alguma forma o Estado se interessa pelos problemas apresentados. Clarifica-se aí o papel dos programas de caráter complementar e supletivo. Encaminhar a população sem "cidadania social" às obras caridosas da comunidade, encaminhar os usuários cujos problemas não se enquadram nos programas do seguro a instituições semelhantes, possibilitar algum tipo de auxílio que, acompanhando e como base do aconselhamento moral, procure neutralizar o inconformismo. A distribuição de auxílios – a partir da triagem econômica-social – passa a ser uma das atividades básicas do Serviço Social na Previdência. A redistribuição de parcela ínfima do excedente – que no total representa verbas vultosas – é controlada e ministrada em doses homeopáticas para atenuar os aspectos mais gritantes do pauperismo.

O estudo sobre a historicidade das principais entidades e de suas características no contexto sócio-político exposto até aqui, bem como, a compreensão de como se deu a ação prática dos primeiros assistentes sociais no interior desses espaços sócio-ocupacionais, possibilitou a categoria profissional

desenvolver suas críticas ao seu próprio contexto social de trabalho ao qual sofria constantes impactos advindos do modo de produção capitalista, e com isso, a partir de vários movimentos de debates e de embates por essa mesma categoria, através de congressos, fóruns, seminários, cursos durante os vários anos que seguiram, culminando com o movimento maior, que foi a Reconceituação nas décadas de 60, 70, foi possível o avançar técnico e científico, teórico-metodológico do Serviço Social, tendo como uma das consequências a ampliação dos espaços de trabalho dentro das várias políticas sociais públicas para os assistentes sociais.

Com isso, passam-se alguns anos para que a política de Assistência Social pudesse ser reconhecida como uma política social pública de direitos, trazendo em seu bojo, a responsabilização do Estado e a possibilidade de se tornar universal para atender a toda uma população marcada pela exclusão social, nesse sentido, passa-se nesse momento a análise dos novos espaços sócio-ocupacionais reconfigurados na atualidade, para que se possa compreender o sentido maior da presente pesquisa, ou seja, a intervenção do assistente social nesses espaços profissionais, com enfoque na dimensão técnico-operativa e os instrumentos que concretizam esse fazer, materializando assim, a prática profissional dessa categoria.

2.2.6 As atuais configurações do espaço sócio-ocupacional dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS

No contexto das políticas sociais setoriais do Estado, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, está a política de Assistência Social, que consiste em uma política componente da seguridade social brasileira, esta entendida como uma política que veio se aperfeiçoando desde o período da sua criação a partir do anos de 1930 a 1960, com a institucionalização dos IAPs e CAPs, quando da sua unificação em meados dos anos de 1966, chegando na atualidade de forma mais organizada para atender uma demanda maior de segurados, momento que se consagra mediante a institucionalização da lei maior, que é a Constituição de 1988: “Art. 194 – A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

Historicamente, política de assistência social, vinculada ao sistema de Seguridade Social, esteve marcada pelo signo do assistencialismo, de práticas

benevolentes e pelas ações de benemerência, porém, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, como sinalizados acima, o Brasil passa por grandes transformações de caráter político, econômico, social e cultural, ao qual, as massas populares influenciadas pelos movimentos sociais de luta pela melhoria da qualidade de vida, por habitação, por saneamento, por terras, pela democracia e liberdade, passaram a protagonizar lutas, com embates mais acirrados em defesa de seus direitos.

Tal cenário sócio histórico, possibilitou a criação da Constituição Cidadã de 1988, que congregou os vários direitos sociais fundamentais do cidadão, os reconhecendo como sujeito de direitos, responsabilizando o Estado pela implementação das políticas públicas no âmbito do direito à moradia, à saúde, à previdência, à educação e à assistência social.

Assim, segundo a Constituição Cidadã de 1988, a assistência social deverá ser prestada:

a quem dela necessitar, independente da contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo as crianças e adolescentes carentes; III – a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V – garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à sua própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme a lei dispuser.

Os direitos explicitados pela constituição, logo regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social – Lei 8.742/93 proporcionou a nível nacional, a produção de experiências na área da assistência social, tendo em vista a descentralização dessa política para os municípios.

Ressalta-se que somente a partir da Constituição de 1988 e com a regulamentação da LOAS/93, é que compreende-se mais claramente que a política de Assistência Social, se caracteriza como um política social pública de caráter universal, onde, os Estados e municípios brasileiros passaram a sistematizar suas ações no âmbito da Assistência, referenciados pelas matrizes dessas legislações.

Nos quase vinte anos de LOAS/93, com a descentralização, participação social, responsabilização pelo Estado pela implementação da política de Assistência Social, diversas experiências positivas e negativas foram sendo produzidas e reproduzidas nos municípios em todo o Brasil, porém, essas experienciais exitosas,

ainda não contemplavam as demandas sociais até então impostas pelo processo capitalista, demandas sociais em que os assistentes sociais lidavam cotidianamente em seus espaços sócio-ocupacionais.

Nesse sentido, a resposta para essas demandas, foi reconfigurada a nível nacional, pelas conferências municipais, fóruns, encontros profissionais em que a categoria profissional participou efetivamente, respostas que implicou na institucionalização da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, que trouxe para a Assistência Social novas propostas de trabalho, novas diretrizes, princípios e objetivos claros, numa perspectiva de direcionar, organizar e sistematizar a nível nacional a política de Assistência Social.

Uma das novidades propositivas é a institucionalização dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, conforme aponta a PNAS (2004, p. 35):

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social... Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócioassistenciais locais da política de assistência social.

Ainda: São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujo vínculo familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho, tais como: Programa de Atenção Integral à Família- PAIF; Programas de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; Centros de Convivência para Idosos; Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Centros de informação e educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos.

A partir desse elenco de compromissos sinalizados pela política de Assistência Social, em que o assistente social desenvolve sua prática interventiva cotidiana, a dimensão técnico-operativa necessita ser mais bem compreendida, dentro de um contexto teórico prático, logo, se faz necessário também dentro dessa dimensão, o entendimento e a compreensão dos instrumentos técnicos utilizados pela categoria nas suas diversas ações, que vão dar concretude e materialidade à prática profissional, esta, desenvolvida pela categoria no interior desses espaços sócio-ocupacionais, dentro da proposta redesenhada da PNAS/2004.

Com esse recorte sócio-histórico, político e econômico se desenvolvem a presente pesquisa, por entender, que esse espaço (CRAS) necessita de maiores investigações e sistematizações científicas.

Nesse sentido, o exercício profissional do assistente social, está inserido numa totalidade, ao qual está permeada pelas determinações de ordem histórica, articuladas as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que se entrecruzam, se implicam e se auto implicam, mas que possibilitam avançar na interpretação dos fenômenos apreendidos pela razão, possibilitando também a reelaboração de caminhos, meios para a concretização da operacionalidade dos projetos e ações protagonizados pelos assistentes sociais dentro ou fora das organizações ao qual estão vinculados, conforme o entendimento de Guerra (2012, p. 39):

Parte-se do pressuposto de que o exercício profissional do assistente social, recebendo as determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociedade burguesa e respondendo a elas, consiste em uma totalidade de diversas dimensões que se auto implicam, se auto explicam e se determinam entre si.

A dimensão técnica-operativa caracteriza-se como a forma de aparecer da profissão, portanto, os instrumentos técnicos utilizados pelos profissionais de Serviço Social constituem como elementos que traduzem a prática ou o exercício profissional junto às organizações e instituições, e caracterizando-se por sua vez como parte da dimensão técnico-operativa dotadas de intencionalidade, capazes de proporcionar mudanças nas relações sociais, já que a intervenção do assistente social não é neutra, assim entendido por Guerra (2012, p. 40):

O que se pretende enfatizar é que a intervenção de natureza técnico-operativa não é neutra: ela está travejada pela dimensão ético-política, e esta, por sua vez, encontra-se aportada em fundamentos teóricos, donde a capacidade de o profissional vir a compreender os limites e possibilidades não como algo interno ou inerente ao próprio exercício profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da realidade social.

Nesse sentido o estudo a partir do uso dos instrumentais utilizados pelos assistentes sociais junto as suas demandas nos CRAS da região metropolitana de Belém-Pa no campo teórico prático, constitui um desafio para compreender as nuances que permeiam as ações desses profissionais no interior dessas instituições, suas dificuldades, suas expectativas, suas contribuições para o avanço científico sobre a profissão e seu significado sócio-histórico na perspectiva de implementação dos conteúdos do nosso projeto ético político.

Porém, antes de continuar o estudo proposto nessa pesquisa, há a necessidade de discussão da categoria Instrumentalidade, pois esta categoria antecede a discussão dos instrumentos técnicos utilizados pelos assistentes sociais nesse novo espaço reconfigurado.

3 A CATEGORIA INSTRUMENTALIDADE E A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA

Para refletirmos sobre a categoria instrumentalidade, há que se referir à autora Yolanda Guerra, estudiosa dessa categoria, tendo como fundamentação teórico-metodológica a tradição Marxista.

A instrumentalidade no Serviço Social é compreendida como sendo a capacidade constitutiva que uma profissão tem de intervir na realidade levando em consideração o contexto sócio-histórico, tendo em vista a finalidade, a intencionalidade que o profissional possui no momento que lança mão de instrumentos, de técnicas, de procedimentos dentro do Serviço Social, tendo em vista a materialização de seus objetivos no enfrentamento das expressões da questão social.

Assim Guerra (1999, p. 53) define a Instrumentalidade no Serviço Social:

uma reflexão mais apurada sobre o termo instrumentalidade nos faria perceber que o sufixo idade tem a ver com capacidade, qualidade ou propriedade de algo. Com isso, podemos afirmar que a instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, instrumentação técnica), mas a determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico.

Ao se falar da categoria instrumentalidade, conseqüentemente se fala do trabalho, ou seja, do trabalho social, este, entendido como a relação homem natureza, ao qual, os homens interferem na natureza, e tudo que há nela, convertendo a mesma em instrumentos e meios para a sua sobrevivência, onde, há a intencionalidade subjacente a ação prática; com isso, todo trabalho, é portador de instrumentalidade, por proporcionar aos profissionais concretização de objetivos intencionados no momento da ação profissional, proporcionando também, a mudança das condições objetivas e subjetivas, provocando concomitantemente mudanças nas relações pessoais e sociais dentro de um contexto sócio-histórico, e, ao alterarem os condicionantes materiais e sociais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade as suas ações, conforme o entendimento de Guerra (1999, p. 53):

Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio da instrumentalidade que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. (GUERRA, 1999, p. 53).

A partir desse entendimento, há a necessidade de se esclarecer tais condições objetivas e subjetivas, dentro da concepção da autora Guerra (1999, p. 53):

Condições objetivas: São aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material. Por exemplo: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetivos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho.

Condições subjetivas: São às relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo teórico-metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outras.

No entendimento da autora, a ação humana (trabalho) é prático-reflexiva, tendo em vista o alcance de objetivos mentalizados no intelecto do ser humano, tendo as condições materiais e sociais como possibilidades de transformarem-se em instrumentos para a que se possa também, chegar a concreção das finalidades, numa perspectiva de satisfação das necessidades materiais, sociais, espirituais, dessa forma, a presente autora afirma:

Neste âmbito, o processo de trabalho é compreendido como uma atividade prático-reflexiva voltada para o alcance das finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sob as quais o trabalho se realiza modificando-os, adaptando-os em seu próprio benefício, para o alcance das finalidades. (GUERRA, 1999, p. 54).

Aqui a autora Guerra (1999), demarca a sua compreensão a cerca dos fundamentos dos seus estudos relacionados à instrumentalidade, haja vista, que a mesma, situa o Entendimento, sobre as condições objetivas e subjetivas em que os assistentes sociais estão submetidos no momento das suas intervenções nos vários espaços sócio-ocupacionais, ou seja, a autora faz referência à tradição Marxista e a sua concepção de mundo, dentro das relações sociais de produção e reprodução

material, implicando diretamente nos campos de intervenção profissional, no contexto da divisão sócio técnica do trabalho.

Essas referências tratadas pela autora proporcionam o esclarecimento, na atualidade, sobre os espaços recém-configurados dos CRAS, no interior da Política Nacional de Assistência Social, ou seja, da compreensão de como esses espaços foram se reorganizando para oferecer condições de articulação das ações profissionais no enfrentamento das expressões da questão social.

O panorama dos CRAS, mas especificamente os CRAS da RMB, estão também, localizados num contexto de contradições determinados pela economia, pela política, pela cultura, que também determinam, ou influenciam diretamente nas ações desenvolvidas pelo Serviço Social no momento da atuação profissional, impactando, diretamente no fazer dos assistentes sociais, quando da utilização dos instrumentos e técnicas, estes, componentes da dimensão técnico-operativa.

Segundo Guerra (1999) há a transposição da instrumentalidade para a relação de trabalho entre os seres, em condições sócio-históricas determinadas, ou seja, dentro das relações de exploração capitalista, ao qual, instrumentaliza pessoas, para servirem aos fins determinados por outros seres humanos, convertendo a instrumentalidade em instrumentalização de pessoas, onde os homens tornam-se meios/instrumentos de outros homens, numa relação desigual de produção e reprodução social. Dessa forma, a autora reflete:

O que ocorre com a instrumentalidade, com a qual os homens controlam a natureza e convertem os objetos naturais em meios para o alcance de suas finalidades, é que ela é transposta para as relações dos homens entre si, interferindo em nível da reprodução social. Mas isso só ocorre em condições sócio-históricas determinadas. Nestas, os homens tornam-se meios/instrumentos de outros homens. O exemplo mais desenvolvido de conversão dos homens em meios para a realização de fins de outros homens é o da compra e venda da força de trabalho como mercadoria, de modo que a instrumentalidade, convertida em instrumentalização das pessoas, passa a ser condição de existência e permanência da própria ordem burguesa, via instituições e organizações sociais criadas com este objetivo. (GUERRA, 1999, p. 55).

A autora também manifesta o seu entendimento sobre a instrumentalização de pessoas, assim:

Instrumentalização de pessoas: É o processo pela qual a ordem burguesa, por meio de um conjunto de inversões, transforma os homens de sujeitos em objetos, o trabalho de primeiro carecimento da vida em meio de vida e

força de trabalho em instrumentos a serviço da valorização do capital (GUERRA, 1999, p. 55).

Nesse sentido, dentro da lógica capitalista de produção e reprodução das relações sociais propulsoras das condições materiais da ordem burguesa, o processo produtivo capitalista, detém a propriedade de converter as instituições e as ações práticas em meios e instrumentos de reprodução do capital, na qual as políticas desenvolvidas nas instituições como os CRAS, também são influenciadas por essa lógica, ou seja, são convertidos assim em instrumentos de manutenção de condições subalternas junto à massa de trabalhadoras que buscam os serviços, programas e projetos que garantam sua sobrevivência.

Nessa perspectiva, verifica-se que no espaço de intervenção profissional existe a tensão entre a lógica capitalista que atravessa os espaços relacionais onde se dão as ações profissionais, mas também, é possível identificar dentro das mesmas condições materiais, possibilidades para que o profissional possa direcionar sua ação para atividades que levem em consideração a satisfação às necessidades dos segmentos de trabalhadores, tendo o atual projeto ético político do Serviço Social como elemento norteador.

O cenário histórico atual, em que estão os CRAS, caracteriza-se como espaços constituídos pela política social pública da Assistência Social, ao qual, estão marcados também pela lógica da legitimação da ordem social burguesa, já que, as profissões, inclusive o Serviço Social, foram sendo reconhecidos no contexto capitalista, a partir da necessidade de reconhecimento pelo próprio Estado, sobre a sua funcionalidade em eliminar conflitos, abrandar descontentamentos, administrar desigualdades, reproduzir comportamentos sociais compatíveis com a própria lógica do capital, além de outras necessidades, ao qual vem induzindo também, a direção da profissão, como bem lembra Guerra (1999, p. 56):

A funcionalidade do Serviço Social à ordem burguesa, como uma das direções da intervenção, está em eliminar os conflitos, modificar comportamentos, controlar as condições, abrandar as desigualdades, administrar recursos e/ou benefícios sociais, incentivar a participação do usuário nos projetos governamentais ou no alcance das metas empresariais. Neste caso, a profissão tem nos interesses da burguesia uma de suas bases de legitimidade.

A lógica capitalista atravessa as políticas e as instituições sociais criadas para desenvolver mecanismos de enfrentamento das expressões da questão social, como expressão das necessidades do capital em se ampliar junto à vida social, passam a

impor também, a direção social a essas mesmas políticas e as instituições em que os assistentes sociais desenvolvem suas ações práticas, lhe imputando papéis, que, vem proporcionando condições de trabalho atravessadas pelo imediatismo com que as demandas se apresentam ao profissional, ao qual, a prática profissional, sofre influxos diretos da lógica capitalista.

Tais reflexões, também são demarcadas por Guerra (1999, p. 56):

Com a instauração de um mercado de trabalho, os assistentes sociais, passam a desempenhar papéis que lhes são alocados por organismos e instâncias (...) próprios da ordem burguesa no estágio monopolista (NETTO, 1992, p. 68), aos quais são portadores da lógica do mercado.

Neste caso, os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, também se inserem no rol das instituições, que também, são necessárias para o controle dos conflitos sociais, já que, também, portam uma dada lógica institucional determinada pela lógica capitalista, que impacta também na ação profissional do assistente social, bem como na utilização dos instrumentos.

A tendência na conjuntura política da Assistência Social tem sido o aumento das várias demandas impostas pelo processo de aumento da pobreza, como consequência da política de orientação neoliberal, haja vista, que alguns dos programas sociais, têm convergido e se concentrado, nos CRAS, sem, contudo, como mostra os dados do terceiro capítulo, investirem nesses espaços sócio-ocupacionais, impactando na intencionalidade, condensada na instrumentalidade em que o assistente social lança mão, no momento da intervenção social.

Essa reflexão está clara também na concepção de Guerra (1999, p. 56):

Como resultado destas determinações no processo de constituição da profissão, a intencionalidade dos assistentes sociais passa a ser mediada pela própria lógica da institucionalização, pela dinâmica da profissão Serviço Social e pelas estruturas em que a profissão se insere, às quais, em muitos casos, fica submetido o profissional.

No decorrer de suas reflexões Guerra (1999) traz o significado sócio-histórico da instrumentalidade nas políticas sociais, já que se constituem como espaço profissional, impondo uma determinada forma ao exercício profissional, já que a política produz determinada dinâmica no terreno onde se movimenta o Serviço Social.

Com isso a autora demonstra que a forma de se expressar das políticas produzem refrações no exercício profissional do assistente social no interior dos espaços sócio-ocupacionais; a mesma nos informa esta concepção através de dois movimentos.

a) Se interdita aos profissionais a visão de totalidade das políticas sociais, expressão da articulação de diversas esferas e determinações (econômica, cultural, social, política, psicológica) na sua estrutura constitutiva, submetendo-os a uma intervenção microscópica, nos fragmentos, nas refrações, nas singularidades.

b) Exige-se dos profissionais a adoção de procedimentos, de manipulação de variáveis (GUERRA, 1999, p. 57).

Com a fragmentação das políticas sociais, o profissional é impulsionado a implementar ações, também fragmentadas e descontínuas, contribuindo assim para a reprodução do capital, já que, o profissional atende uma demanda social, que por sua vez requisita ações e serviços, também fragmentados pela lógica em que o Estado capitalista monopolista executa com essas mesmas políticas.

Para continuarmos a reflexão a cerca da Instrumentalidade nas ações do assistente social, das dificuldades que o profissional tem de compreender em que base ela se constroem no Serviço Social, há de se refletir a cerca da categoria racionalidade.

Racionalidade essa, que parece estar caracterizada pela racionalidade instrumental, ao qual permeia a ação profissional, sem que esse profissional, muitas das vezes, tenha a real consciência dessa categoria, principalmente no terreno técnico-operativo.

Racionalidade essa, que também pode ser construída e reconstruída tendo como base, um tipo de racionalidade dialética, considerada por esse estudo, uma categoria mais adequada na utilização pelo assistente social, de seus instrumentos técnicos, já que no terceiro capítulo da presente dissertação, há bastante dificuldade no entendimento dos sujeitos pesquisados sobre as categorias analisadas que revelam aspectos dessa racionalidade.

3.1 O conceito de racionalidade no capitalismo

Yolanda Guerra (1999), para continuar suas ponderações a respeito da categoria instrumentalidade do Serviço Social, faz referência à categoria razão, trazendo em um primeiro momento, para a reflexão, o conceito de razão, num sentido pleno em que essa palavra é entendida e compreendida, levando em consideração, cada momento sócio-histórico e cultural em que essa palavra significou, a partir de referenciais de teóricos e filósofos clássicos construídos à luz dos paradigmas subjacentes a cada época.

A categoria razão, segundo mesma autora foi alvo de polêmicas de autores clássicos, ao qual possibilitou ao homem a compreensão dos processos sociais e ontológicos, tendo em vista que o pensamento do ser homem foi se ampliando na medida em que o próprio homem se relacionou com a natureza por meio do trabalho, este entendido como práxis humana, e com isso, adquirindo características de ser auto criador, responsável pelos atos, compreendendo assim, a dinâmica dos diferentes fenômenos que estão na natureza, modificando-a, transformando-a, e ao mesmo tempo, se transformando, dentro de um contexto dialético de continuidade e rupturas.

Porém, os avanços em aspectos intelectivos, ontológicos, racionais, devem estar contidos na própria instrumentalidade como elemento balizador das ações humanas, o habilitando em termos científicos e técnicos.

Dessa forma a autora Guerra (1999, p. 41) traz a seguinte reflexão:

Pela via do pensamento foi possível ao homem liberar-se das concepções religiosas fundadas na razão divina, encetando uma nova maneira de conceber o mundo. Esta mesma razão indica ao homem seu horizonte e limites e porta a capacidade de explicitar os processos que constitui e são constitutivos e constituintes de uma estrutura social, iluminando suas condições e possibilidades de autonomia.

É atribuída a razão moderna o status de possibilidade de compreensão dos processos fenomênicos, ao qual, contém uma lógica de ser, com determinações de caráter histórico e sócio-cultural, com arsenal necessário para a compreensão da realidade social, possibilitando a transcendência de aspectos aparentes para o conhecimento racionalizado, através do conhecimento dialético, possibilitando também, o conhecimento da própria lógica que movimenta o objeto a ser analisado,

tais reflexões está contidas nos estudos de Guerra (1999, p. 42):

Estas três pilstras – humanismo, historicismo e razão dialética (cf. Coutinho, 1972) -, ao mesmo tempo que balizam uma determinada concepção de razão – a razão moderna -, garantem-lhe uma estrutura inclusiva. Agora, à razão é atribuída a possibilidade de fornecer o arsenal necessário ao conhecimento da realidade objetiva, já que ela concebe que os processos sociais podem ser racionalmente (re) conhecidos pelos sujeitos, os quais encontram nas categorias constitutivas da dialética o substrato que lhe possibilita transcender da aparência fenomênica à lógica que movimenta os fenômenos. Sob esse duplo aspecto, a razão dialética pode ser compreendida tanto quanto uma perspectiva quanto como o conteúdo do ser: se a realidade social constitui-se por meio do movimento do ser no sentido de sua auto reprodução, que engendra a reprodução da espécie humana, estes “modos de ser”, pelos quais o ser social se compõe, indicam os caminhos que a razão deve trilhar para galgar conhecimento. (GUERRA, 1999, p. 42).

Nos estudos de Guerra (1999) a autora lembra que o significado da palavra racionalidade está vinculado não apenas ao contexto sócio-histórico que produziu, mas também, vinculado a ideologias de uma determinada época, assim, a autora traz para sua reflexão o pensamento:

Não há ideologia inocente (...) porque a razão mesma não é nem pode ser algo que brota acima do desenvolvimento social, algo neutro ou imparcial, senão que reflete sempre o caráter racional (ou irracional) concreto de uma situação social, de uma tendência do desenvolvimento, dando-lhe clareza conceitual e, portanto, impulsionando-a entorpecendo-a. (GUERRA, 1999 apud LUKÁCS, 1968, p.05).

Nesse sentido, a razão é concebida como a via do pensamento para compreender determinado objeto, de acordo com determinada forma de análise, que por sua vez está relacionado ao método, dentro de uma relação entre sujeito cognoscente e objeto, de forma que o pensamento se processe no nível racional, sobre esse aspecto Guerra (1999, p. 43) nos esclarece:

Adotando uma determinada maneira de conceber a razão, vemos que ela é por si só determinante, não da realidade, mas de uma forma de apreensão e compreensão do real. É a via que (re) estabelece a unidade entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido. Esta concepção supõe uma unidade entre sujeito/objeto, que não se confunde com identidade, uma vez que a realidade é sempre mais rica de determinações que a capacidade do sujeito de apanhá-las. Mas este, dadas as possibilidades da razão, é capaz de (re)figurar, pela via do pensamento, a processualidade da realidade.

A autora ainda ressalta, que a razão é que dá inteligibilidade aos fatos, ou seja, por meio da processualidade do pensamento se chega à compreensão dos objetos postos na realidade, objetos esses, que estão dentro de determinações de caráter ontológico e histórico; dentro dessa perspectiva, a razão dialética conduz a compreensão da instrumentalidade, que por sua vez, aciona mediações dos instrumentos, portadores de potenciais transformadores dentro da atuação profissional em que os assistentes sociais estão envolvidos.

Dessa forma Guerra (1999, p. 43) nos esclarece:

A razão é o que dá inteligibilidade aos fatos e estes constituem-se nos seus fundamentos, ao mesmo tempo em que os fatos são constituídos, constitutivos e constituintes de relações racionais que obedecem aos princípios de causalidade e contradições.

O procedimento da razão é o “vir-a-ser” (GUERRA, p. 44), haja vista, que o processo de conhecimento é permeado pelo movimento da realidade, bem como por mediações diversas, até se chegar ao ápice, que segundo a autora é a substância dos processos reais, ou seja, a realidade.

Yolanda Guerra (1999) entende a razão humana como forma inclusiva, ou seja, a razão apreende informações do senso comum pelo pensamento e o supera-o através da reflexão da razão dialética, apreende a causalidade posta na realidade, e aqui nos referimos à realidade do modo de produção e reprodução capitalista, e compreende também, essa realidade, pelas mediações do conhecimento, a lógica desses processos constituintes do real, re(figurando) no intelecto, chegando a própria realidade ontológica, realidade essa que está em permanente movimento, cuja ação prática é que fundamenta a razão.

Reflexões essas que estão delimitadas também nos estudos da mesma autora.

A razão, entendida de forma “inclusiva”, incorpora tanto os elementos do senso comum, necessários às ações cotidianas, como aqueles fornecidos pelos procedimentos que o intelecto realiza, superando-o. Ela apanha as conexões causais da realidade, na própria práxis que, ao engendrar novas conexões na realidade, permite a (re) figuração da realidade pelo pensamento. É na ação que a razão encontra sua orientação e o seu caminho. (GUERRA, 1998 apud LUKÁCS, 1989, p. 35).

As reflexões da autora Guerra (1999) nos faz compreender melhor, sob que aspectos os assistentes sociais podem, trabalham ou tem a possibilidade de

trabalhar, dentro de um contexto estrutural adverso que se encontram muitos profissionais, nos seus espaços de trabalho, a exemplo do CRAS da Região Metropolitana de Belém-Pa, contexto marcado por limitações de toda ordem, marcados também pela lógica capitalista enquanto sistema que aliena, exclui, desconstrói direitos, altera relações sociais, mistificando-a, descaracterizando ações profissionais, as fragmentando, desarticulando-a em suas finalidades.

Dentro desse entendimento, a instrumentalidade alicerçada pela razão dialética possibilita a compreensão dos fatos sociais em seu caráter histórico, ontológico e real, fatos esses, marcados pela exclusão de direitos, pela desigualdade, pela subordinação e alienação.

A proposta profissional que vem se desenhando na atual conjuntura pela categoria profissional, tem como referência o projeto ético político da profissão, este, trazendo para o corpo profissional valores como a justiça, a liberdade, a democracia, a participação e o compromisso com as classes sociais historicamente excluídas dos processos sociais; para isso, há de se ter uma categoria profissional articulada e habilitada teórico e metodologicamente, ético e politicamente, técnico e operativamente para construir coletivamente respostas e propostas de intervenção profissional, capazes de proporcionar o enfrentamento as expressões da questão social.

Vale ressaltar que o Projeto Ético-Político – PEP foi construído a partir da recusa da categoria nas décadas de 1970 a 1980 ao modelo conservador instalado no Brasil, no sentido de romper e construir uma proposta que vislumbrasse compreender e atender o anseio das classes populares e de uma nova forma enfrentar as expressões da questão social em termos mais éticos, conforme aponta Pulo Netto (1999, p. 01): “É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontra as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando de projeto ético-político”.

Dessa forma, as reflexões desenvolvidas até aqui, tem a proposição de se compreender melhor os aspectos da realidade social dos fenômenos, para melhor intervir nesses mesmos aspectos da realidade social, porém, há de se reconhecer a dificuldade que os assistentes sociais têm, de compreender essa articulação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, tais afirmações tem como base de sustentação os resultados da pesquisa realizada com os assistentes sociais da

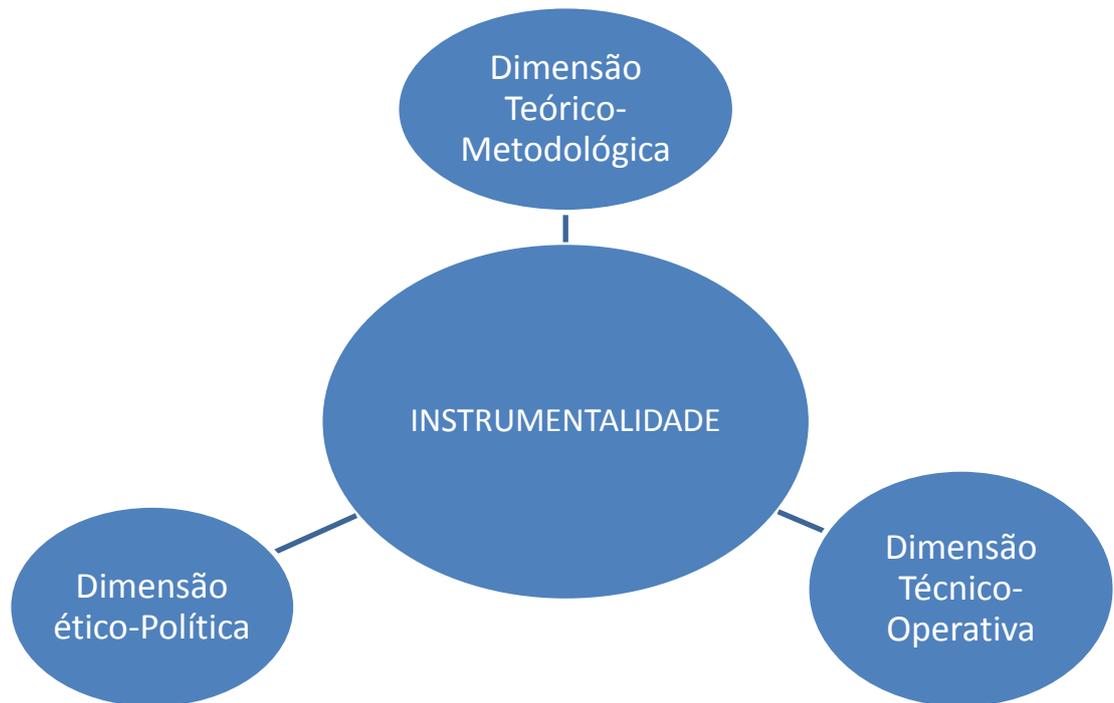
RMB, tratadas no terceiro capítulo.

O presente estudo também traz a reflexão sobre a categoria trabalhada pela autora Yolanda Guerra (1999) para demonstrar a importância que a categoria razão apresenta junto as nossas intervenções profissionais, o quanto ela pode direcionar e esclarecer os aspectos dos processos de trabalho profissional, a partir da utilização dos instrumentos técnicos utilizados pelos assistentes sociais nas suas ações cotidianas, tendo em vista, que o trabalho técnico do assistente social pode ter mais qualidade, quando se compreende que o processo da construção da instrumentalidade do Serviço Social, está atrelado de forma orgânica com as racionalidades dentro da profissão.

Essas racionalidades que por sua vez, determinam o modo de apreender a instrumentalidade da própria profissão, como os instrumentos, devem estar articulados e compostos pela articulação orgânica das dimensões (Teórico- Metodológica, Ético-Política e Técnico-Operativa), abaixo mencionadas.

Para a melhor compreensão dessas dimensões articuladas pela racionalidade da profissão, bem como a sua instrumentalidade, foi construído um diagrama com o intuito de melhor explicitar a presente concepção da razão dialética no Serviço Social, referindo-se de como poderia/deveria ser fundamentada a intervenção profissional:

Diagrama 1 - RACIONALIDADE DIALÉTICA



Fonte: Do autor (2014).

O diagrama acima demonstra que uma intervenção pautada por uma proposta de qualidade, deve estar assim conectadas e interligadas, e para o presente estudo, o enfoque é dado principalmente para a dimensão técnico-operativa, ou seja, se dá destaque maior a partir da utilização dos instrumentos técnicos, ao qual dão ao profissional possibilidade de uma intervenção mais qualitativa, pautada também pela capacidade de articular meios, instrumentos e formas, com possibilidade de instrumentalizar da melhor forma a categoria profissional.

As ideias contidas nas reflexões até aqui, intentam também, permitir a reflexão sob que aspectos a razão se dá numa perspectiva dialética, tendo em vista, que na atualidade, as demandas que chagam aos profissionais nos espaços sócio-ocupacionais caracterizadas pelas demandas atravessadas pela imediaticidade, impedindo aos profissionais, muitas vezes, de compreender os processos sociais numa perspectiva macro e micro social.

Porém, a partir desse entendimento, uma prática profissional que intente romper com essas demandas imediatistas, deve ser orientada por uma razão que tenha como horizonte, o movimento do real, a construção, a desconstrução dos fatos pela via do pensamento, para se chegar à síntese, conforme aponta Guerra (1999, p. 50): “A razão funciona no sentido de apreender a unidade dos opostos, num

movimento que parte da tese, incorpora a antítese e realiza a síntese”.

Nesse, sentido, há de se compreender também, com base na autora Guerra (1999), a concepção da razão instrumental incutida nas práticas da sociedade capitalista, logo, na prática profissional.

Conceitos segundo Guerra (1999):

Razão Instrumental – É uma dimensão da razão dialética (que é a razão substantiva e emancipatória), e como tal, limitada às operações formal-abstratas e às práticas manipulatórias e instrumentais, fragmentadas, descontextualizadas e segmentadas, por isso é funcional à reprodução social da ordem burguesa.

Razão dialética – É a razão substantiva e emancipatória. A razão humana é dialética, ou seja, incorpora a contradição, o movimento, a negatividade, a totalidade, as mediações, buscando a lógica de constituição dos fenômenos, sua essência ou substância. A razão dialética refere-se a uma lógica objetiva que os processos sociais portam e às condições que permitem a reconstrução desta lógica, pela via do pensamento. No capitalismo, esta razão é limitada a uma de suas dimensões: a razão instrumental. (GUERRA, 1999, p. 61)

Na sociedade capitalista, a razão instrumental é predominante, já que as necessidades e os interesses da classe burguesa são prioritários se relacionados às necessidades coletivas das classes populares, e com isso, tem reflexos diretos, nas práticas sociais e profissionais, produzindo/ reproduzindo ações também mediadas por essa categoria da razão instrumental, não permitindo aos profissionais, uma análise em sua totalidade dos fatos sociais e dos processos sociais, de forma a superar a visão imediatista do cotidiano.

A prática profissional apresenta a marca das ações fragmentadas e descontinuadas, práticas profissionais essas, que muitas das vezes, são/estão marcadas também, por essa modalidade de razão, porém, nesse processo de análise cotidiana, também, há a presença de elementos que apresentam a possibilidade de superar essa visão, quando se põe em prática a razão pautada na análise dialética, constituindo-se em desafio para a categoria profissional.

Até aqui, nos dispomos a refletir sobre a razão como um processo reflexivo, que é marcado pelo movimento do pensamento e a necessidade da ação (SARMENTO; 1994), num contexto teórico-prático, mas, há necessidade de se refletir também sobre a técnica e sobre os instrumentos a essa razão dialética articulada; técnica essa, que marca a ação profissional, em especial, a ação profissional do assistente social.

3.2 A articulação da técnica associada ao instrumento

Vejam os a partir desse momento, o entendimento de alguns autores, como Trindade (2001), Sarmiento (1994), Santos (2012) sobre a técnica e sobre os instrumentos, num contexto das relações capitalista de produção, e mais a frente, se tratará especificamente dos instrumentos em termos de conceitos formulados por esses autores.

Antes de se partir para a compreensão da técnica, há de se compreender que a ação e os procedimentos do assistente social, ou seja, o seu próprio fazer como trabalho, está inscrito dentro da divisão sócio-técnica do trabalho coletivo, como profissional especializado, que não produz valor diretamente para o capital, mas sim, desenvolvem ações e atividades cujos objetos, são as relações sociais dentro desse contexto de produção e reprodução social, contribuindo assim, para a regulação das relações sociais, de acordo com Trindade (2001, p. 01):

Ao atuar na prestação de serviços sociais, vinculados às diversas políticas sociais, o assistente social se insere na esfera das atividades que não estão vinculadas diretamente à produção material, já que participam de atividades que estão na esfera da regulação das relações sociais. Isto pode ser posto na medida em que podemos observar a participação dos profissionais de Serviço Social na criação de condições ao processo de reprodução social, através de ações que tanto incidem sobre as condições de vida dos trabalhadores (saúde, alimentação, habitação, lazer, dentre outros), quanto produzem efeitos ideológicos que reforçam (ou não) a aceitação das condições de compra e venda da força de trabalho. (TRINDADE, 2001, p.01).

Com isso, autora toma como referência para a sua concepção, essa compreensão ontológica da relação do homem-natureza, produzindo e reproduzindo as relações capitalistas de produção.

Dessa forma temos:

O conceito de técnica está marcado por uma complexidade e uma amplitude que podem ser verificadas na diversidade de concepções e classificações a ele atribuído. Aqui, tomamos a técnica associada aos instrumentos: enquanto estes são compreendidos como elementos mediadores e potencializadores do trabalho, a técnica pode ser definida no sentido de ser a “habilidade humana de fabricar, construir e utilizar os instrumentos”. (Vargas, 1994, p.15). Dessa forma, falaremos do instrumental técnico-operativo como a articulação entre instrumentos e técnicas, pois

expressam a conexão entre um elemento constitutivo dos meios de trabalho (os instrumentos) e o seu desdobramento – qualitativamente diferenciado – ocorrido ao longo do desenvolvimento das forças produtivas (as técnicas). Portanto, as técnicas se aprimoram a partir da utilização dos instrumentos, diante da necessidade de adequação às exigências de transformação dos objetos, visando o entendimento das mais variadas necessidades humanas. A técnica pode ser tomada, então, como uma qualidade atribuída ao instrumento para que se torne o mais utilizável possível, em sintonia com a realidade do objeto de trabalho. (TRINDADE, 2001, p. 03).

Durante a reflexão da autora é possível identificar a sua preocupação em pontuar sobre de que técnica se fala, ou seja, de como o assistente social, trabalha com suas habilidades nas relações sociais favorecendo a regulação social; a técnica que auxilia este profissional na sua intervenção cotidiana nos informa que essa técnica se caracteriza por ser mais processual do que instrumental, tendo em vista que, a técnica instrumental, está associada à ideia de produção material.

Já técnica processual, é empregada nas relações sociais entre os homens, no processo de mudança de hábitos, costumes e consciência para a contemplação dos anseios da ordem burguesa ao modelo de desenvolvimento econômico e social implementado por esta ordem, assim Trindade (2001, p. 05) nos traz sua reflexão:

No caso dos instrumentos e técnicas que medeiam as atividades produtoras de regulação das relações sociais – aqueles que servem de apoio para o estabelecimento e controle de determinados comportamentos sociais (baseados em normas sociais) – não são objetos concretos, não são meios materiais que potenciam a ação sobre os objetos materiais. Estes instrumentos possuem um caráter menos “instrumental” (no sentido de ser algo que utiliza para ajudar a atingir um resultado concreto) e mais processual, pois a mediação se constitui em procedimentos, atitudes, posturas que visam levar os homens a produzir novas atitudes.

Trindade (2001) nos informa que a técnica, não se constitui como um elemento neutro, já que, é utilizada como forma de controle dos conflitos sociais que demandam certa racionalidade, e, acionam instrumentos técnicos para a concretização dos fins, no sentido de satisfação dos interesses existentes na sociedade. Tais interesses são diversos e conflitantes, e o Serviço Social como parte do processo de reprodução social, também se utiliza da técnica para intervir na relação entre os sujeitos, ou seja, para modificar/influir ou transformar consciências dos homens dentro dessa relação.

Dessa forma, os assistentes sociais que trabalham nas várias instituições, acionam um arsenal de instrumentos articulados a técnica, para materializar sua ação, no sentido de participar dos efeitos concretos produzidos pelo trabalho

profissional coletivo, já que a utilização dos instrumentos pode potencializar a intervenção profissional, essas reflexões, também estão demarcadas nos estudos de Trindade (2001, p. 06):

Para a consecução do seu trabalho, os assistentes sociais acionam um instrumental técnico-operativo, que contribui para a viabilização da inserção da profissão em diversas formas de enfrentamento das manifestações da questão social. Dessa forma, os instrumentos e técnicas, ao mediar e potencializarem a intervenção profissional, participam da realização dos efeitos concretos produzidos pelo trabalho profissional nas relações sociais.

Para as autoras Noronha (2011), Santos (2011) o uso da técnica é importante, porém, o uso da técnica somente, não é capaz de garantir a competência profissional, devendo estar articulada ao projeto ético político da profissão, para que se tenha uma direção social na ação interventiva, portanto, ao se falar do projeto ético político da profissão, há de se focar as dimensões que compõem esse projeto, ou seja, a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Dessa forma temos:

O conhecimento das técnicas é muito importante no uso dos instrumentos, mas a técnica, em si, não garante uma competência profissional. É nesse contexto que o projeto ético-político da profissão enfatiza alguns elementos que se referem aos instrumentos e técnicas da intervenção. O primeiro é situar os instrumentos e técnicas da intervenção profissional como um dos elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa do Serviço Social. O segundo é ressaltar a relação de unidade, na diversidade, entre as dimensões da intervenção profissional, quais sejam: a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. O terceiro é negar a existência de neutralidade no uso das técnicas, o suposto caráter apolítico em seu uso (NORONHA, 2011; SANTOS, 2012; p. 49,50).

Para Sarmiento (1994) a técnica é o saber em movimento, ao qual, esse saber, advém da intervenção cotidiana, que possibilita o pensar crítico, e que o emprego da técnica, é que dá dinamicidade às ações, assim temos:

É na prática social de nosso cotidiano que podemos pensar criticamente. É aqui, que estamos produzindo conhecimento. As técnicas são meios para a dinamicidade das ações, são o saber em movimento, possibilitam e realizam a dialeticidade entre os dois momentos do conhecimento...Os conhecimentos são passados e experimentados por meio das técnicas e, é ainda, através delas, por seu intermédio que captamos o nosso conhecimento. (SARMENTO, 1994, p. 245).

Com essas reflexões desenvolvidas acima, passamos neste momento para a compreensão a partir da autora Trindade (2012), sobre o que essa pensadora entende sobre que seja ação profissional e procedimentos, para em seguida situarmos a partir do autor Sarmiento (1994) o que seriam os instrumentos do Serviço Social, tratados na pesquisa de campo no capítulo 3 referente à categoria instrumentos, cujo conteúdo das análises demonstraram imprecisão e confusão por parte dos sujeitos da pesquisa sobre esse tema específico.

Em Trindade (2012) encontramos sua concepção a respeito do que são as práticas profissionais do assistente social, assim temos:

...consideramos como ações profissionais as atribuições que viabilizam as respostas dos profissionais às requisições colocadas pelas demandas institucionais, como parte de prestação de serviços sociais. Essas ações materializam o caráter interventivo do Serviço Social e dentre os mais comuns estão: executar, orientar, agrupar, providenciar, acompanhar socializar, coordenar, planejar, pesquisar, monitorar, supervisionar, organizar e administrar, estudar e analisar, emitir parecer, assessorar, consultoriar. (TRINDADE, 2012, p. 70).

Porém, a autora nos esclarece que essas práticas profissionais só se configuram como práticas dentro da profissão se estiverem inscritas dentro de matérias que envolvem o Serviço Social, ou seja, dentro das perspectivas individual e coletiva das necessidades dos sujeitos, nos vários programas, projetos, serviços e benefícios operados pela política social, ao qual tem como referência a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Trindade (2012, p. 70):

Entretanto, vale ressaltar que essas ações só poderão ser classificadas como profissionais na medida em que forem associadas aos conteúdos com os quais atuam os assistentes sociais, relacionados aos sujeitos sociais (individuais e coletivos), às políticas sociais, aos serviços e aos benefícios sociais, aos direitos sociais, aos movimentos sociais. Esses conteúdos estão permeados pelas concepções teóricas, pela perspectiva ético-política, as quais fundamentam e direcionam as escolhas profissionais.

Procedimentos, segundo Trindade (2012, p. 70):

No processo de escolha e utilização dos instrumentos e técnicas, os profissionais mobilizam um conjunto de atitudes e exercitam habilidades, aqui denominadas de procedimentos interventivos, constituindo-se elementos intermediários entre ações e os instrumentos.

Para essa autora, os procedimentos interventivos se localizam entre a ação profissional e a utilização de determinado instrumento do Serviço Social, pois são elementos que mediam a relação entre a técnica, vista como habilidade de usar um determinado instrumento, e o próprio instrumento acionado no momento da intervenção profissional.

A autora Trindade (2012), também nos esclarece que as ações operacionalizadas pelos assistentes sociais ocorrem num contexto de restrição dos gastos públicos dentro das políticas sociais, logo, nos espaços sócio-ocupacionais, cuja consequência é sentida no interior das instituições sociais, sendo desenvolvidas ações de focalização e seletividade, ações essas operadas também pelo corpo profissional, tendo como consequência ainda, o enquadramento da população as demandas institucionais em detrimento das ações de participação social.

A operacionalização das políticas está sendo atravessada por uma forte tendência à seletividade e a focalização, contribuindo para ações profissionais voltadas quase que exclusivamente para o enquadramento institucional das demandas, em detrimento daquelas voltadas ao incremento da participação popular. (TRINDADE, 2012, p. 72)

Durante a intervenção profissional, os assistentes sociais desenvolvem práticas, procedimentos e utilizam instrumentos para concretizarem o seu fazer profissional, nesse sentido ao utilizarem a instrumentação técnica, os assistentes sociais pautam-se pelo projeto ético-político da profissão, instrumentação técnica essa, configurada no interior da sociabilidade capitalista, produzida e reproduzida pelas instituições sociais e mediadas pela capacidade dos profissionais em dar respostas às demandas colocadas pelo próprio processo capitalista de produção, dessa forma, a utilização dos instrumentos do Serviço Social, necessitam ser problematizados dentro dessa dimensão contraditória em que se operam as políticas sociais, para que se possa avançar nessa análise para além do imediatismo, superando a forma utilitarista do uso desses instrumentais, articulando, o saber fazer com o como e para quê.

Essa reflexão também está contida nas reflexões de Trindade (2012, p. 72, 73):

Assim, as ações e os instrumentos profissionais são analisados nas condições concretas em que se realiza o trabalho do assistente social, o que envolve as demandas produzidas pela sociabilidade capitalista, as instituições que incorporam demandas e organizam ações sociais vinculadas às políticas sociais, atreladas à oferta de serviços sociais, compondo as diversas intervenções sobre as expressões da questão social. Nesse processo, consideramos que parte da produção das respostas profissionais fundamentadas pelo projeto profissional, com suas dimensões: teórica (do saber, do conhecimento), técnica (saber fazer), e ética (os objetivos que indicam as intencionalidades).

Com isso, há de compreender que o campo particular em que opera o corpo profissional, ou seja, a prática dos assistentes sociais que trabalham nos CRAS da RMB deve ser compreendida, como espaços contraditórios, no qual os assistentes sociais desenvolvem suas práticas com a perspectiva de garantir e viabilizar direitos. Porém, a materialização desses direitos depende, na maioria das vezes dos recursos financeiros, materiais, organizacionais e humanos, dependem dos espaços físicos e a boa articulação com a rede de serviços, situação estrutural e conjuntural que impacta no fazer desse assistente social e conseqüentemente no uso mais qualitativo dos instrumentos por essa categoria utilizada.

Tendo em visto, essas ponderações, há de se observar que ao tema instrumento técnico-operativo, necessita de mais estudos científicos, mais pesquisas, haja vista, que esse tema específico, ainda provoca na categoria muitas dúvidas e inquietações quanto aos reais instrumentos do Serviço Social num contexto da dimensão técnico-operativa, pois os resultados da pesquisa no terceiro capítulo indicam variações em termos desse entendimento, ou seja, variações a respeito de quais seriam esses instrumentos específicos do Serviço Social.

Para tanto, verificaremos que alguns autores divergem quanto ao tema instrumentos, ou seja, alguns autores reconhecem alguns instrumentos, enquanto outros não o reconhecem ou compreendem como práticas ou procedimentos interventivos, implicando uma imprecisão desse tema, ao qual apresenta a necessidade de um debate mais aprofundado.

Dessa forma, os instrumentos e técnicas vão se configurando/reconfigurando em decorrência do acompanhamento da mudança histórica da base sócio-organizacional do Serviço Social, ao qual, demanda do assistente social habilidades,

criatividade ao enfrentamento das expressões da questão social, onde o trabalho do assistente social assume diferentes perfis em diferentes conjunturas sociais e históricas.

Então os instrumentos e as técnicas do Serviço Social, apresentam-se como articulações históricas, tendo em vista, que potencializam o exercício profissional para o atendimento das demandas sociais e suas necessidades produzidas no interior das relações sociais capitalistas, indicando também o seu conteúdo ético-político, além da dimensão teórica e prática.

Essa compreensão encontra-se demarcadas nas conclusões da autora Trindade (2012, p.98):

Concluimos este esforço de sistematização sobre as ações profissionais, os procedimentos e os instrumentos utilizados pelos assistentes sociais ressaltando que sua configuração acompanha as alterações históricas da base sócio-organizacional do Serviço Social. As demandas e requisições colocadas ao Serviço Social estão permeadas pelas determinações históricas das políticas sociais – marcadas pelas relações sociais de produção -, e o trabalho profissional assume perfis diferenciados em diferentes conjunturas... Assim, o instrumental coloca-se como um conjunto articulado historicamente, pois faz parte do atendimento de demandas sociais relacionadas as necessidades reais, permeadas pelas relações sociais. Não se constituindo, portanto, num acervo neutro e meramente técnico, embora assim seja apresentado pelo pensamento dominante, racionalista-formal.

Como mencionado acima, há diferenças de compreensão quanto aos instrumentos e técnicas do Serviço Social, então se verifica o posicionamento de alguns autores:

Sousa (2006, p. 126,131): “Observação participante; Entrevista individual e entrevista de grupo; Dinâmica de Grupo; Reunião; Mobilização de comunidade; Visita domiciliar; Atas de reunião; Livros de registro; Diário de campo; Relatório social; Parecer social”.

Trindade (2012, p. 71,97):

Entrevista, entrevista aberta, entrevista fechada; Ficha social; Reunião; Instrumentos audiovisuais; Dinâmicas e grupo; Material educativo; Instrumentos de planejamento; Encaminhamento; Planos; Programas; Projetos; Planilhas; Relatórios, Mapas; Organogramas; Documentação oficial; Instrumento de caráter pedagógico; Acadêmico-científico, Didático-pedagógico.

A autora acima discorre sobre os diferentes espaços sócio-ocupacionais, necessitando a utilização de diferentes instrumentos.

Já em Santos, Souza Filho e Backx (2012, p. 24,27) temos: Observação; Relacionamento; Abordagem; Entrevista; Reunião; Informação; Visita domiciliar. Sarmiento (1994, p.251,296): Relacionamento; Observação; Informação; Abordagem, Entrevista; Reunião; Visita domiciliar.

Santos, Noronha (2011, p.51,57): Entrevista; Visita domiciliar; Grupo; Parecer social.

Nesse sentido, depois desses esclarecimentos quanto aos instrumentos técnicos do Serviço Social, há de se ressaltar a importância nesse estudo, da categoria mediação (PONTES, 2010) no uso da instrumentação técnica utilizadas pelos assistentes sociais, haja vista, que a instrumentação técnica, adquire maior qualidade no seu emprego quando articuladas a essa categoria, já que, caracteriza-se como elemento importante para responder as várias demandas impostas no cenário contemporâneo, cenário esse, marcado pela violação de direitos dos segmentos populacionais no contexto contemporâneo; tais demandas sociais se apresentam as organizações e instituições como os CRAS como demandas imediatistas despidas de mediações, as quais os assistentes sociais através das políticas sociais, tentam responder cotidianamente, conforme nós esclarece Pontes (2010, p.169):

A demanda institucional aparece ao intelecto do profissional despida de mediações, parametrada por objetivos técnico-operativos, metas e uma dada forma de inserção espacial (bairro, município, etc.) programática (divisão por projetos ou áreas de ação) ou populacional (crianças, idosos, migrantes etc.). Numa palavra, a demanda institucional aparece peiada à imediatividade, com um "fim em si mesmo". (PONTES, 2010, p.169).

Nesse sentido, destaca-se a categoria mediação, como forma de possibilitar ao profissional, a utilização dos instrumentos técnicos do Serviço Social com uma melhor compreensão a respeito dos processos sociais objetivos, já que a mediação se respalda na dialética de Marx, no sentido de ampliar a compreensão desse profissional sobre a totalidade, singularidade e particularidade que compõem os aspectos da realidade ao qual trabalha o próprio assistente social.

Dessa forma, voltando-se ao tema da instrumentação técnica, a partir das constatações com base nos autores trabalhados até aqui, é possível visualizar a dificuldade de se obter por parte da categoria profissional, um consenso, do que seja efetivamente os instrumentos do Serviço Social, já que, não se tem na literatura do Serviço Social, tantas pesquisas com o enfoque de discussão mais aprofundado nos instrumentos e nas técnicas articulados a própria mediação, produzindo reflexos também, no próprio corpo de profissionais no se refere a uma compreensão mais elaborada sobre esse tema, logo, produzindo e reproduzindo dúvidas e imprecisões por parte dos profissionais que intervêm junto as políticas sociais nos vários espaços sócio-ocupacionais.

Tendo em vista essa indefinição de entendimentos a respeito do tema, foi elaborado, um balanço (quadro demonstrativo, que está no apêndice), contendo os principais instrumentos utilizados pela categoria profissional, para ter como parâmetro, os resultados da pesquisa de campo realizada com os sujeitos e analisadas no capítulo terceiro, ao qual apontou dúvidas e questionamentos sobre quais são os instrumentos do Serviço Social, podendo ser conferido nos anexos.

4 ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DOS SUJEITOS

4.1 Aspectos metodológicos

A pesquisa se processou, tendo por referência, autores renomados na área do Serviço Social, adeptos à teoria social de Marx, portanto, à proposta de estudo sobre a intervenção profissional dos assistentes sociais no âmbito dos CRAS da RMB, se desenvolveu a partir do método crítico-Dialético; desses autores temos: Yolanda Guerra (1999) que estuda a instrumentalidade do Serviço Social, entendido como a capacidade que uma profissão possui de intervir na realidade num contexto marcado pelas condições objetivas e subjetivas, com intencionalidades que concretizam os objetivos da prática profissional; temos também Helder Sarmento (1994), que analisou os instrumentos técnicos utilizados pelos assistentes sociais, à luz da teoria crítica; a autora Cláudia Mônica (2005), que dedicou sua pesquisa tendo como foco os instrumentos do Serviço Social; Trindade (2001), que concentrou esforços nos estudos voltados a desmistificação das determinações

sócio-históricas que envolvem o instrumental técnico-operativo, dentre outros.

Dessa forma, para a realização da pesquisa de campo, foram desenvolvidas entrevistas com os sujeitos, aqui os assistentes sociais, bem como, o levantamento bibliográfico, pesquisa de artigos científicos, revistas da área do Serviço Social.

O estudo em destaque, por sua vez, além de ter a proposição de analisar como os assistentes sociais compreendem a concepção da relação teórica- prática, que por sua vez, está organicamente vinculada a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, ao qual formam a concepção da instrumentalidade, dá ênfase maior a compreensão sobre a prática profissional a partir do uso dos principais instrumentos mais mencionados durante a intervenção desses sujeitos no momento da concretização de sua práxis. A pesquisa também visa compreender sobre a categoria instrumentos.

O processo da pesquisa de campo se deteve na análise da prática dos assistentes sociais que trabalham na política de Assistência Social, na Região Metropolitana de Belém-Pa - RMB, com isso, apresenta particularidades desse campo profissional, já que nessa política específica, há reconfigurações de espaços profissionais, como a institucionalização dos CRAS que necessitam ser problematizada à luz de referenciais teórico-metodológicos que possibilitem o desvendamento das tensões operadas dentro dessa política pública, tendo em vista, uma das requisições do Serviço Social na atualidade, ou seja, há a necessidade de se voltar para dentro do próprio Serviço Social, enquanto campo de pesquisa, qual seja, a sua prática profissional, para que se possam produzir contribuições no sentido de iluminar a intervenção profissional, como lembra Battini (2009, p. 142):

Intenta, com esta reflexão, reforçar a necessidade de aprofundar urgentes questões sobre a prática particular da profissão, para o que procura trazer contribuições consideradas essenciais. Traz o entendimento de que uma das requisições do Serviço Social na atualidade, se situa na retomada de um componente central da estrutura significativa da profissão, que é a sua prática.

A pesquisa optou pelos seguintes procedimentos: foram realizadas cinco entrevistas, utilizando formulário, com assistentes sociais que trabalham na Região Metropolitana de Belém-Pa, em quatro CRAS, de quatro municípios dessa região, ou seja, CRAS Belém (02 assistentes sociais), CRAS Marituba (01 assistente social), CRAS Ananindeua (01 assistente social), CRAS Benevides (01 assistente social),

nesse sentido, os espaços sócio-ocupacionais dos CRAS, localizados geograficamente nessa região, foram selecionados, em virtude da singularidade em que a política de Assistência Social se apresenta em cada município deste, ou seja, em cada município foi observada, apesar das diretrizes da PNAS/2004 apregoarem como deve ser organizada a política de Assistência Social, variações da base organizacional dessa mesma política, ao qual foi verificada também, que em alguns desses municípios, a política de Assistência Social, está mais organizada, de que em outros, repercutindo conseqüentemente na organização administrativa dos CRAS, esse foi um dos critérios adotados, para efeito de comparação sobre os impactos que a estrutura (física, humana e etc.), pode provocar nas ações práticas desses assistentes sociais no interior dessas instituições.

As participantes deste estudo concordaram em conceder entrevistas, referentes aos questionamentos elaborados pela pesquisa. Assim, as falas foram relacionadas às principais categorias de análise, a seguir: Relação Teoria e Prática, Instrumental técnico, dimensão Técnico-Operativa, Assistência Social, esta última se apresentou como tema transversal que perpassava a análise de todas as categorias.

As categorias analisadas durante a pesquisa, estão relacionadas a própria necessidade de se obter maiores informações da realidade sobre a intervenção dos assistentes sociais nesses espaços, portanto, são categorias ontológicas que foram amadurecidas e emergiram da observação ao longo de toda minha experiência nessa área específica e que foram aprofundadas durante o processo de pesquisa e que se configuraram, como objeto de investigação científica, já que contemplam os objetivos da presente pesquisa em foco.

Tendo em vista questões referentes à ética, foram atribuídos cinco códigos, ao qual, cada uma das assistentes sociais entrevistadas, recebeu um, assim temos: Assistente Social – CRAS - Jaderlândia - Ananindeua-Pa, atribuído o código “A”; Assistente Social – CRAS – Marituba-Pa, atribuída o código “B”; Assistente Social – CRAS – Tapanã – Belém-Pa, atribuída o código “C”; Assistente Social – CRAS – Icoaraci – Belém-Pa, atribuído o código “D”; Assistente Social – CRAS – Murinim – Benevides-Pa, atribuído o código “E”.

Para análise das falas, levaram-se em consideração, as verbalizações mais significantes, ressaltando-se a originalidade e a autenticidade das transcrições das entrevistas, ou seja, a pesquisa se deu a partir da aplicação da técnica de Análise de Conteúdo, técnica essa, elaborada pela autora Francesa, Laurence Bardin (1997),

que propõe uma técnica, que leva em consideração o contexto sociocultural das falas do sujeito, as significâncias, ao qual porta componente da historicidade materializada na linguagem, que expressa, por sua vez, a própria experiência, através do qual nasce o próprio conteúdo.

Outros autores nos subsidiaram, tendo como base, a técnica de Análise de Conteúdo, levando em consideração, os contextos sócio-históricos e políticos, ao qual produziram falas com significância sócio-política, conforme o entendimento de Silva (2004, p. 19):

Nesta opção está implícita a sua concepção de linguagem ao considerá-la a estrutura portadora de história humana. A linguagem não é só o veículo do conteúdo, mas a forma da própria experiência, através da qual nasce o conteúdo. Isso implica o como interpretar os textos originais nos quais os autores se revelam.

Assim, a pesquisa foi conduzida a partir dos seguintes passos:

- **TRABALHO DE CAMPO:** Compõe a amostragem, 04 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, localizados geograficamente na região metropolitana de Belém-Pa, ou seja, Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, ao qual, em cada município foi selecionado um ou dois CRAS para realizar as entrevistas, CRAS esse, que desenvolve serviços, programas, projetos e benefícios dentro da Proteção Social Básica no contexto da Política Nacional de Assistência Social – PNA/2004 (Brasil).

- **COLETA DE DADOS:** Em cada um desses CRAS, o grupo escolhido para representar a amostragem é o grupo profissional de assistentes sociais, considerados nesse estudo, sujeito significativo.

O critério utilizado para a escolha dos CRAS e dos assistentes sociais da RMB, justifica-se pela necessidade de se entrevistar esses profissionais em profundidade, ou seja, pelo caráter da pesquisa qualitativa, de acordo com a técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), ao qual, demanda tempo e habilidade no manejo das entrevistas, bem como, a disponibilidade desses profissionais para esse momento em que os mesmos vão expressar seus juízos de valores, suas concepções da prática, seus argumentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, portanto, de caráter mais subjetivo.

A escolha desses espaços, ou seja, dos CRAS, também se justifica, por ser caracterizados como espaços sócio-ocupacionais em que os assistentes sociais vêm

ocupando continuamente no contexto do avanço da política de assistência social no Brasil, bem como, por serem espaços em que as contradições do sistema capitalista tornam-se evidentes, ou seja, a história não é outra coisa senão a interminável demonstração das contradições sociais (BORON, 2006), as quais, requisitam desses profissionais novas competências.

Para a articulação junto aos CRAS da região metropolitana de Belém-Pa, foram enviados às Secretarias de Assistência Social, bem como aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, ofícios, com devolutiva, que informaram sobre a necessidade da entrevista com, pelo menos um assistente social, ofício esse, enviado em nome do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Social, Formação Profissional e Serviço Social – GEPSS vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UFPA, ao qual, tive a oportunidade de participar.

Para o desenvolvimento da coleta de dados, com ênfase no aspecto qualitativo, foram criados, os seguintes instrumentos: Roteiro de entrevistas, bem como, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

O TCE foi lido junto com as participantes, consideradas sujeitos da pesquisa e assinado pelas mesmas, ao qual, foi deixada uma cópia para cada uma das assistentes sociais, com isso, resguardando o sigilo profissional em termos de concepções éticas. A presente pesquisa foi registrada na Plataforma Brasil. Para a realização da entrevista, foram utilizados como recurso, dois gravadores.

- **SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS:** obedeceram as seguintes etapas: - Transcrição das entrevistas das cinco assistentes sociais, ao qual, foram destacados, trechos e fragmentos das falas dos sujeitos, de forma que, na sistematização das informações, foi possível contemplar os temas e categorias ao qual a pesquisa objetivava saber: Relação Teoria-prática, dimensão Técnico-operativa, Instrumentos e Assistência Social.

Assim, o conteúdo das falas, expressaram outras categorias como, a causalidade posta na realidade (GUERRA, 1999), do qual não foi possível aprofundar nesse estudo, mas que proporcionou a compreensão sobre em que condições as falas dos sujeitos foram produzidas, constituídas por condições sócio-históricas, que, limitam o fazer profissional a ações fragmentadas e descontinuadas, tendo rebatimento no uso da instrumentação técnica, este, componente da dimensão técnico-operativa, ao qual será vista mais adiante.

Nesse sentido, para se compreender o universo teórico-prático em que os sujeitos significantes estão envolvidos, ou seja, o cotidiano das entrevistadas há a necessidade de caracterizar esses sujeitos que compuseram a pesquisa, antes de se partir para a análise das categorias que compõem a análise temática, tendo em vista que, as falas, as expressões dos sujeitos da pesquisa são portadores de historicidade, logo, de uma realidade sócio-política e cultural que determinam as práticas sociais e profissionais.

Dentro dessa perspectiva, vale ressaltar que há diferenças na base organizacional da PNAS/2004 em cada município no âmbito da política de Assistência Social, ou seja, nos CRAS da Região Metropolitana de Belém-Pa, os quais apresentam diferenças em sua estrutura e composição.

Há municípios como o município de Marituba-Pa, em que essa política pública está bem mais organizada em termos de oferta de condições estruturais e de recursos humanos aos CRAS, haja vista, a estrutura de espaço mais adequado, e de equipamentos como carro e recursos de tecnologia, com isso, impactando nas ações operacionais em que os assistentes sociais estão imersos, realidade essa, não encontrada quando se entrevistou duas assistentes sociais (C e D) que trabalham no município de Belém-Pa, em que as condições estruturais físicas e tecnológicas encontravam-se bem precarizadas, impactando negativamente nas suas práticas, logo, impactando também, no uso qualitativo dos instrumentos e técnicas utilizadas pelas mesmas.

Vale ressaltar também, com base em Marx (1974), que demonstra serem, as condições materiais as determinantes a vida social e espiritual e que as práticas sociais, também sofrem influxos desses determinantes econômicos, políticos e culturais, impactando nas práticas profissionais em que o assistente social se insere no momento da sua atuação, e que, em consequência interfere diretamente no uso mais qualificado dos instrumentos e técnicas do Serviço Social no enfrentamento das expressões da questão social, fazendo-se necessário caracterizar socioeconomicamente, mesmo que brevemente as entrevistadas, já que, nas entrevistas as mesmas apresentaram bastante dificuldade de compreensão no entendimento das categorias analisadas.

A faixa etária dos sujeitos da pesquisa está compreendida entre 30 a 40 anos, e que, segundo as informações das mesmas, apresentam experiência dentro da política de Assistência Social, já que a maioria tem entre 01 a 03 anos de atuação; A

renda varia entre R\$ 900,00 a R\$ 4.700,00 reais, sendo que das cinco assistentes sociais, três apresentam dois vínculos empregatícios.

Em relação à continuidade nos estudos, vale ressaltar que, uma assistente social – A, deu continuidade a seus estudos de pós-graduação e realizou seu mestrado na área da Psicologia; já a assistente social – C – está em processo de conclusão de um curso de pós-graduação com mestrado na área do Serviço Social; as assistentes sociais B, D e E, não possuem pós-graduação; tal caracterização não apontada no quadro abaixo, mas mencionadas aqui, traz evidências, do grau de importância da qualificação profissional como requisito profissional para o assistente social e para outras profissões, de formar profissionais que respondam as demandas postas a profissão, com embasamento teórico-metológico e técnico-operativo, além da dimensão ético-política no enfrentamento as expressões da questão social.

Tal reflexão acima vem explicitar as dificuldades que os assistentes sociais tiveram em entender e compreender as perguntas do roteiro de perguntas, ao qual traziam as categorias analisadas, ou seja, as assistentes sociais – A e C, apresentaram, menos dificuldades de se compreender o que se estava perguntando, enquanto que, as assistentes sociais B, D e E, apresentaram bastante dificuldade de entendimento sobre algumas perguntas, apontando a necessidade do profissional do Serviço Social cotidianamente avançar no seu processo de investigação Guerra (2012), para que se possam oferecer mais condições de desmistificação de fenômenos postos na realidade; tais dados são tratados quando se analisa as falas dos sujeitos na entrevista mais adiante.

O breve cenário apresentado, referente as condições objetivas em que os assistentes sociais desenvolvem sua prática profissional, pode apontar evidências a cerca da precarização laboral em que o assistente social está submetido, os levando a constituir dois vínculos, tema esse que não é o foco deste estudo, porém, vale lembrar que, o contexto das condições de trabalho em que os profissionais se encontram, vem repercutindo conseqüentemente no interior do seu processo de trabalho, ao acionarem a instrumentação técnica, há comprometimentos do seu uso, comprometendo assim, o entendimento dos profissionais numa perspectiva mais totalitária.

Assim Guerra (1999) refletindo sobre as condições objetivas em que a categoria profissional desenvolve suas práticas, nos informa:

Porém, há mais: sabe-se que as condições nas quais a intervenção profissional se processa são as mais adversas possíveis: falta de recursos de toda ordem para atendimento das demandas; exigências pelo desempenho de funções que muito se afastam do que o assistente social, ou qualquer outro profissional, se propõe a realizar; baixos salários; alto nível de burocratização das organizações; fluidez e descontinuidade da política econômica; e ainda que o tratamento atribuído à questão social é fragmentado, casuístico, paliativo. Deste modo, as condições objetivas colocadas à intervenção profissional não dependem apenas da postura teleológica individual dos seus agentes e dos seus instrumentos de intervenção. (GUERRA, 1999, p. 28).

O quadro abaixo faz alusão à citação acima:

Quadro 1 - Informações socioeconômicas/trabalho/formação.

Informante / Assistente Social / LOCAL: CRAS	Idade	Instituição que se formou/Ano	Anos de atuação	Salário	Vínculos de Trabalho
Assistente Social – A – Ananindeua-Pa	31 Anos	Universidade Federal do Pará - UFPA no ano de 2007	3 Anos de atuação	R\$ 900,00 Reais	1 Vínculo
Assistente Social – B – Marituba-Pa	35 Anos	Universidade Federal do Pará - UFPA no ano de 2007	3 Anos de atuação	R\$ 1.545,00	1 Vínculo
Assistente Social – C – Belém-Pa	31 Anos	Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE no ano de 2005	1 Ano e meio	R\$ 2.200,00 + R\$ 2.500,00 = R\$ 4.700,00 Reais.	2 Vínculos (CRAS) (IPAMB)
Assistente Social – D – Belém-Pa	31 Anos	Universidade Federal do Pará – UFPA no ano de 2006	3 Anos de atuação	R\$ 2.200,00 + R\$ 2.500,00 = R\$ 4.700,00 Reais	2 Vínculos (CRAS) (SESMA)
Assistente Social – E – Benevides	38 Anos	Universidade Federal do Pará – UFPA no ano de 2000	10 Anos de atuação	R\$ 2.200,00 + R\$ 2.500,00 = R\$ 4.700,00 Reais	2 Vínculos (CRAS) (SESMA)

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Daqui em diante, seguem as análises dos dados do trabalho de campo, lembrando que, se dará mais ênfase às análises da categoria instrumentos, já que a presente pesquisa tem como proposição o estudo da intervenção dos assistentes sociais a partir do uso desses instrumentos e técnicas, acionados pela categoria profissional no interior dos CRAS da RMB, numa relação teórico-prática, ao qual compõem/formam a dimensão técnico-operativa da profissão.

Para a compreensão das concepções que os sujeitos têm das suas próprias ações e práticas profissionais no interior dos CRAS da RMB, de forma que contemple os objetivos da presente pesquisa, segue as análises dos dados sobre os conteúdos das falas pelos eixos temáticos, tema este, que contemplam as categoriais analisadas, expostas de uma forma mais didática, para a melhor compreensão, a saber:

- 1- A relação teoria e prática no processo interventivo;
- 2- Instrumental técnico-operativo: concepção e utilização;
- 3- A dimensão técnico-operativa e a compreensão das entrevistadas.
- 4- Assistência Social na ótica dos sujeitos.

Com isso, há de se considerar os consensos e dissensos da categoria profissional sobre o tema instrumentos e técnicas no Serviço Social, componentes da dimensão técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica, dimensões essas que se constitui em totalidade no exercício profissional, ao qual, tem repercussões no interior da categoria profissional, haja vista, que nas falas das entrevistadas, que são analisadas posteriormente, há evidências claras de uma significativa confusão/equívocos na interpretação do que sejam conceitualmente os instrumentos, do que seja as práticas, bem como os procedimentos na intervenção profissional, discutidas teoricamente no segundo capítulo desta pesquisa.

Sabe-se que a discussão em torno dos instrumentos e técnicas do Serviço Social, é marcada por consensos e dissensos, e deve ser esclarecida à luz de um referencial teórico- metodológico crítico-Dialético, articulado como já afirmado no capítulo anterior, à dimensão ético-política e técnico-operativa, ao qual deve nortear as mediações necessárias para se movimentar o arsenal de instrumentos dentro das práticas profissionais, para que o profissional tenha a possibilidade de entendimento ampliado do por que, para que, e em que momento utilizar qualitativamente esse arsenal, tendo como base, a clareza de uma ação sustentada na concepção da instrumentalidade (GUERRA, 1999), instrumentalidade forjada no cotidiano

profissional nos espaços dos CRAS num determinado contexto sócio-histórico.

4.2 A compreensão da relação teoria e prática no processo interventivo

Na história do Serviço Social, é conhecida a polêmica que envolve a relação teoria e prática, ao qual ainda se reproduz junto à categoria, bastantes controvérsias, onde, uma ala da categoria defende que uma boa apreensão teórica, garantiria a qualidade da intervenção prática, enquanto que, a outra ala, defende que a prática fundamentaria a teoria, porém, para a autora Guerra (1999), a teoria e a prática se apresentam como unidade na diversidade, ou seja, como apreensão do movimento do objeto pelo pensamento, materializando-se assim a racionalidade dialética.

Concepção da Teoria para Guerra (2005, p.05) é a seguinte:

A noção de teoria com qual estamos trabalhando é a que considera como uma forma de organização do conhecimento (mas não a única) na qual este se dispõe como um conjunto de pressuposições sistemáticas, explicações, tendências, sobre um determinado domínio da totalidade social. Na tradição que vem de Marx, a teoria é o conjunto das representações no nível do pensamento que expressa o modo de ser do objeto no seu movimento de constituição, ou seja, o objeto é apreendido como processo, e como tal, nas suas determinações e categorias constitutivas, legalidade imanente, conexões, articulações que constituem sua particularidade. Aqui o processo de elaboração teórica 'é o de elevar a conceito o movimento concreto'. (LÚKACS apud GUERRA, 1995, p. 182).

Esta apreensão da concepção de teoria para Guerra (1995), que repousa na concepção desenvolvida por Marx, fornece elementos para se compreender, como vem sendo entendida pelos sujeitos da pesquisa a relação teórico-prática, a partir de sua própria intervenção profissional, no interior dos CRAS da RMB, já que, a autora, traz à reflexão, que a teoria, é o próprio movimento do pensamento em relação ao objeto, objeto esse, que é resultado de múltiplas determinações, ao qual, é captado e processado pelo pensamento, através de várias mediações, chegando-se ao concreto pensado, dentro de um entendimento dialético.

Nesse sentido, ao se falar do cotidiano onde se opera a prática profissional, há a necessidade de se esclarecer que, o exercício profissional se constitui em uma totalidade formada, pela interseção das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, dentro de uma concepção de unidade, mas com particularidades, e que, ao se falar da dimensão técnico-operativa, se fala também

dos campos de trabalho em que o assistente social desenvolve sua intervenção, portanto, há de se discutir também a relação teórico-prática desse universo do mundo da objetividade imposta pelas determinações que condicionam as políticas sociais e nestas, os espaços sócio-ocupacionais em que os assistentes sociais estão inseridos.

A teoria, dentro dessa perspectiva, possibilita ao profissional, realizar mediações que podem imprimir uma direção à ação prática, determinando o modo de apreender a totalidade dos processos sociais, com base no método do abstrato ao concreto (MONTAÑO, 2011, p. 164), bem como, apontar caminhos para a utilização da instrumentação técnica (GUERRA, 1999), e com isso dando finalidade aos objetivos profissionais, essas reflexões estão demarcadas também nos estudos de Backx, Souza Filho, Santos (2012, p. 19):

Pensar no exercício profissional a partir dessas três dimensões coloca a possibilidade de entender o significado social da ação profissional – formativa, interventiva e investigativa. Pensá-las de modo articulado e orgânico, mas reconhecendo a particularidade de cada uma permite entender o papel da teoria como possibilidade, uma vez que leva ao conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias, bem como o instrumental técnico-operativo que deve ser utilizado e como deve ser manuseado. Implica, portanto, em pensar a relação que se estabelece entre teoria e prática, como mediações necessárias para que a finalidade ideal, através da intervenção, possa se constituir em finalidade real, objetiva.

Assim, dentro da compreensão desses autores supracitados, a pesquisa de campo aponta que os profissionais que trabalham nos CRAS da RMB, têm a compreensão de que a relação teoria-prática deve caminhar em forma de unidade, conteúdo expresso na fala das assistentes sociais, A, B, C, D, porém, compreendida com surpresa pela assistente social D, que demonstrou não ter a prática reflexiva como uma atividade constante na sua intervenção profissional.

A seguir apresentamos sinteticamente os dados obtidos nas entrevistas realizadas, tendo como referência as perguntas formuladas.

PERGUNTA 1 – Como você entende a relação teórica na aplicação dos instrumentos (observação, entrevista, visita domiciliar, reunião, relacionamento, informação) utilizados por você no momento de sua intervenção com os usuários da política de assistência social?

...eu entendo que a utilização desses instrumentais só é possível se tiver uma leitura crítica, um respaldo crítico para isso e esse respaldo só é possível a partir do acúmulo teórico. Eu não desvinculo essas duas coisas. Pra eu observar, pra eu entrevistar, para eu conversar com o usuário e dar uma devolutiva para ele, eu preciso conhecer o processo histórico dessa política que eu trabalho, eu preciso conhecer como isso se fundamenta, eu preciso conhecer os recursos que o município que eu trabalho estão utilizando, e eu preciso conhecer também a política em si, para quando o usuário me perguntar: “mas e isso? por quê? Eu não posso isso? Por que isso está funcionando em determinada lei? Essa lei agora está vigente, outra não está mais? (...) A teoria para a utilização desses instrumentais, eu acho que eu preciso ter leitura acumulada para observar de uma forma crítica, para entrevistar de uma forma crítica, para fazer uma visita domiciliar não no sentido somente de averiguação, mas que eu esclareça para que esse usuário, que essa entrevista, que essa visita, ela é uma metodologia também de acompanhamento, de aproximação, e de levar o serviço até ele, e para isso eu preciso saber o que é isso, eu preciso saber o que é esse serviço; eu preciso saber, como na atual conjuntura a gente chegou a isso Eu só posso fazer isso, se eu tiver a leitura histórica, política, desses processos, e como esses processos se constituíram no nosso país, eu penso dessa forma! (AS “A” /ANANINDEUA).

Fica explicitado na fala do sujeito A, a sua compreensão a respeito da necessidade da teoria vista como possibilidades de apontar caminhos para a sua ação prática, teoria essa, que está permeada pela leitura crítica da realidade. A demanda dos usuários (que solicitam serviços para atendimento de necessidades), cujo atendimento participa o assistente social. Demonstra sua percepção, a possibilidade e necessidade de materializar dialeticamente a passagem entre concepção teórica do contexto da realidade política e entendimento do instrumental técnico operativo e o resultado da ação empreendida.

Eu nunca entendi essa questão é, que ‘a teoria é uma e a prática é outra’, por isso que a gente tem todo esse embasamento teórico na universidade, quando a gente vem para a prática, a gente precisa ter essa visão. (...) Do que nós aprendemos para gente poder aplicar, é uma prática de fato (...) precisamos sim é, tá muito atento à saber ouvir, observar.(...) No ato desse atendimento sempre recorrendo lá aos teóricos às correntes teóricas. Sempre temos que ter a nossa práxis, unindo a teoria e a prática nesse atendimento, as dificuldades elas existem... (AS “B”/MARITUBA).

Na fala da assistente social B, embora tenha informado que teoria e prática devem caminhar juntas, apresentou certa insegurança ao expressar essa categoria (teoria/prática), enquanto um conjunto de conhecimentos que devem ser aplicados no cotidiano, ou seja, denotando uma visão dos instrumentos como meios acionados para efetivar a prática, mas tendendo para uma compreensão utilitarista dos instrumentos e técnicas, parecendo atender as requisições da instituição, constituindo-se dessa forma em uma ação de cunho mais pragmática, pragmatismo

esse questionado por Guerra (2013), e criticado como praticismo em Montaño (2011), quando esses autores apontam na produção intelectual da categoria a razão instrumental e praticista, fortemente influenciando os assistentes sociais nas décadas de 1960 e 1970 durante o Movimento de Reconceituação, mas que até hoje ainda influencia a nossa categoria profissional.

Assim Montaño (2011, p. 162) nos informa:

Esta é uma bandeira levantada pela esmagadora maioria dos profissionais reconceituadores, nas décadas de 1960 e 1970, porém com enorme repercussão e vigência até nossos dias. Até por aqueles que pretendem, com base nesse argumento, nessas conceituações de teoria e de prática, bater e rebater a referida concepção positivista de separar ciência e técnica, teoria e prática. Longe estão eles de seu objetivo; e o que não percebem é que este postulado, diante de ferir de morte o conceito positivista, o revitaliza e o recria.

Lembra-se que, no caso da assistente social B, possui alguns anos de experiência na política de Assistência Social e que, não continuou seus estudos, apontando nessa situação que a continuação da qualificação deve ser uma constante para a categoria profissional no sentido de o profissional ter condições de decifrar a realidade e seus condicionantes.

Eu entendo que os instrumentais, eles devem servir para que a gente possa analisar a realidade do nosso usuário, lembrando que a gente tem que trabalhar a questão da realidade na perspectiva de totalidade. Então os instrumentais são um meio para que a gente possa se aproximar da realidade do nosso usuário, onde nós vamos conhecer melhor o cotidiano dele e quais as questões que ele tá enfrentando, para que eu possa constituir formas de intervenção na realidade social desse sujeito. (AS "C" /TAPANÃ/BELÉM).

A assistente social C, também apresentou maior clareza com relação à função da teoria, enquanto um processo de conhecimento que aponta estratégias para o conhecimento dos aspectos da realidade, numa perspectiva de totalidade, bem como, no uso adequado dos instrumentos eleitos para desmistificar os processos sociais que permeiam a vida dos usuários da política de Assistência Social no interior dos CRAS; vale ressaltar que esse sujeito C, informou a sua continuidade nos seus estudos com sua inserção no curso de mestrado na área do Serviço Social.

Com a teoria? Primeiramente, eu sigo uma corrente, eu me identifiquei, mais, que eu tento aplicar, né?! Me aproximo mais da teoria Marxista, é a parte mais da teoria Marxista, pegando mais a abordagem ligada a Gramsci, que eu me identifiquei bastante, com o pensamento dele. (...) Não, eu acho que não tem como desassociar, porque a teoria, ela influencia diretamente na tua prática, né?! (...) Por exemplo, eu passei cinco anos estudando, e tu vês várias visões e na hora que você vai atuar, queira ou não, você recorre a uma teoria, para você trabalhar com determinadas situações que são colocadas para você; você tem que dar a resposta-chave senão, se você não tiver afinado, lendo bastante, até porque, você sabe, você passa atestado de incompetente; então tem que tá bem, bem afinado na tua prática profissional, na tua corrente teórica, para tu poder dar uma resposta principalmente para o teu usuário. (AS "D"/ICOARACI/BELÉM).

Na fala do sujeito D é possível identificar o entendimento que a mesma tem sobre a teoria, ligada na tradição Marxista, em que, ao recorrer a teoria, tem a dificuldade de aplicar no momento da concreção da sua prática, para que se tenha um resultado de caráter mais imediatista, demonstrando aparentemente que a prática compreendida pela mesma, está subordinada a uma ação teórica, ou seja, se a teoria não corresponde diretamente a prática, há se recorrer a outras, com finalidades de caráter mais utilitarista, já que a teoria, nessa concepção, deveria dar respostas as necessidades do usuário numa perspectiva imediatista, tendo como consequência, segundo a fala desse sujeito D, a falta de competência durante as intervenções.

Nesse entendimento, percebe-se que, se a teoria não oferecer instrumentação profissional adequada para garantir a passagem da teoria à prática, há de ser subvalorizada; há a demonstração nessa fala que, o papel da teoria é fornecer direta e imediatamente uma resposta prática, ou seja, nessa concepção há a presença de elementos não compreendidos da relação teórico-prática em forma de unidade numa perspectiva crítica-Dialética.

Assim, a autora Guerra (1999) em suas reflexões faz a seguinte crítica ao se referir sobre as tendências postas na profissão:

No que tange ao reconhecimento da teoria para o Serviço Social, há basicamente três tendências no interior da profissão, que se manifestam de maneira híbrida. Para os profissionais que tem a prática como o fundamento de determinação das suas ações, as teorias não passam de construções abstratas, já que se situam secundariamente diante da prática, cabendo a esta, em última instância, fornecer indicativos sobre os instrumentos operativos capazes de possibilitar uma ação efetiva nas situações concretas. Aqui, a repetibilidade da prática autoriza a formulação de procedimentos, válidos para situações análogas, que são transformados em modelos de intervenção. (GUERRA, 1999, p. 25).

Durante as reflexões dessa autora, é possível perceber que a fala do sujeito D, encontra-se dentro dessa tendência apresentada, já que Guerra (1999) traz a reflexão que nessa tendência, o assistente social, vale-se dos processos sociais práticos para fundamentar e validar as teorias sociais, ficando esta, em segundo plano, já que a prática é que se apresenta como elemento capaz de produzir instrumentos.

O meu objetivo em utilizar aquele instrumento, então é necessário eu fazer essa conexão [relação t-p]. Não tem como desvincular... não tem como desassociar, estão juntas mesmo! Pois é, eu vejo assim: no nosso fazer, no nosso dia-a-dia, na prática, a gente acaba, tipo assim, agora eu vou fazer isso, com base em tal autor, eu acho assim, tu acaba não fazendo esse pensamento, diga assim, agora eu vou fazer isso, daquilo que eu aprendi em tal local. Tu fazes isso automaticamente, digamos assim, a minha prática ela tá vinculada ao que eu conheço. Não tem como desvincular. Então mesmo que eu, conscientemente, digo assim, agora eu vou fazer isso, porque naquele dia da aula, do que eu aprendi, mesmo que eu não faça esse, esse pensamento, naquele momento, mas assim, o resultado do meu trabalho, ele é isso, ele é o que eu estou fazendo com tudo que eu estou fazendo é com base no que eu aprendi. (AS "E"/MURINIM/BENEVIDES).

A informante "E", sinaliza que há uma unidade da relação teoria e prática, contemplando em parte a pergunta, porém identifica-se, também, uma insegurança com relação, ao seu entendimento pleno, sobre a categoria perguntada, já que na sua fala, é possível identificar certa confusão a cerca da prática social na perspectiva Marxista, com a prática profissional que a mesma desenvolve, ou seja, para essa entrevistada, a sua prática é realizada também, com outros elementos presentes no senso comum do cotidiano, e não apenas no que aprendeu na academia.

Para essa reflexão acima, nos reportamos a Carlos Montaña (2011), para compreender essa fala do sujeito E, ao qual, para esse autor, analisando a produção teórica dos assistentes sociais da década de 1960 e 1970, aponta que, nas produções teóricas dessas décadas, os profissionais nas suas pesquisas, confundiam práxis social, com práxis profissional, ou seja, na concepção de práxis no pensamento de Marx, ao qual uma das compreensões desse autor é que a sociedade desenvolve sua prática na relação homem natureza, ao qual o homem se apropria da mesma, a transforma e se transforma concomitantemente, e que, a prática social está travejada de senso comum, de alienação e da cultura dominante, com isso, a racionalidade que impera é a racionalidade instrumental da sociedade

burguesa, enquanto que na práxis profissional, o profissional precisa estar antenado com os referenciais teóricos e práticos, em forma de unidade.

Montaño (2011, p. 172):

A prática social, a vida cotidiana, as relações socioeconômicas, a participação social (no sentido mais amplo) estão impregnadas de senso comum, de alienação, de cultura dominante. Portanto, a confusão, a identificação de uma com a outra, sempre leva a reduzir os aspectos teóricos, cognitivos da prática profissional, a subordinar (como ocorre na prática social) a teoria à prática.

No fragmento da fala do sujeito E, abaixo, fica claro também, que durante sua intervenção profissional, não realiza com frequência a reflexão sobre a sua própria prática profissional cotidiana, numa perspectiva teórico-metodológica, ético-política, ao qual compõe a dimensão técnico-operativa, como se evidencia nesse fragmento:

Que vai se desdobrar num resultado, mas que sinceramente, no momento que eu estou concluindo, fazendo, atendendo, realizando, eu não estou é eu não tenho muito essa prática de estar fazendo, essa referência, entendeu?! Inclusive é uma questão, que tu me trazes que é importante a gente fazer isso. (AS "E" /MURINIM/BENEVIDES).

PERGUNTA 2 - Que referencial teórico você lança mão no momento da sua intervenção quando você utiliza os instrumentos (observação, entrevista, visita domiciliar, reunião, relacionamento, informação)?

Eu acabei me afastando desses fundamentos que são mais do Serviço Social, eu tento me desvincular um pouco da análise marxista, marxiana como se fala, porque é predominante no meio do S. Social. Eu tive uma formação continuada, fiz meu mestrado e meu foco de pesquisa foi Michel Foucault. Então eu observo as relações, não como umas relações estagnadas e os protagonistas estão parados, mas eu vejo que as relações de forças, a correlação de forças, as relações de poder - saber elas estão entrelaçadas e elas atravessam aquele usuário. Então ele chega aqui comigo com uma demanda, ele tem uma historicidade de vida, eu não olho aquele usuário como coitado, eu vejo aquele usuário como quem tá necessitando naquele momento, mas que essas relações, elas não estão estagnadas. (...) Eu vejo que aquele usuário tá inserido em relações de poder e que horas ele pode se prevalecer em determinados momentos ele vai fazer uso dessas relações; em determinados ele é um sujeito ativo. Então para Foucault as relações de poder elas se atravessam se entrecruzam a todo o momento, assim como as relações de poder - saber. (AS "A"/ANANINDEUA).

No fragmento da fala do sujeito “A”, percebe-se a sua identificação com as teorias elaboradas por Michel Foucault, no que se refere à estratégia pregada por este pensador a respeito, das relações de poder saber, e que, embasa a intervenção dessa assistente social, ficando clara então, a demonstração de que há a presença de diálogo, com a tradição Marxista, que permeia a intervenção da prática desse sujeito, demonstrando também a pluralidade existente junto a categoria profissional, conforme preconiza o Código de Ética Profissional – CEP, dos Direitos Fundamentais – VII – Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.

Dentro desse cenário de pluralidade, há de se destacar, que existe uma polêmica no seio da profissão, a respeito da teoria crítica Marxista, de uma apreensão inadequada dessa teoria social, como bem lembra Santos (2011), quando se debruça em sua tese de doutorado, no dilema vivido pela categoria de assistentes sociais no que se refere à teoria não informar a prática, ou seja, a teoria social Marxista não instrumentalizar para a prática profissional.

Dessa forma, a autora ressalta:

Meu interesse pelo tema advém de duas afirmativas recorrentes no Serviço Social, a saber, a teoria social marxista não instrumentaliza para a prática e na prática a teoria é outra. Um resgate da produção bibliográfica do Serviço Social desde a década de 1970 parece indicar que a segunda afirmativa é destinada, principalmente, à primeira, ou seja, que a incorporação no Serviço Social do referencial teórico marxista – característica do movimento de renovação dessa área em sua direção de intensão de ruptura – não se viu acompanhada de um arsenal de instrumentos e técnicas próprios que objetivasse uma prática coerente com essa teoria. Assim, reforçam a ideia de que na prática, a teoria é outra. (SANTOS, 2011, p. 01).

A mesma autora ao discutir a fundamentação da falácia produzida no seio da profissão, assim deixa clara as suas conclusões preliminares quanto à visão utilitarista dos instrumentos e técnicas:

Nessa direção, o que se deve considerar é que de um referencial teórico não deriva de imediato, instrumentos e técnicas para a intervenção, mas ele contribui e é condição necessária para a escolha dos instrumentos mais adequados à ação. Ainda é ele que empresta o conteúdo a ser comunicado por meio desses instrumentos e oferece subsídios à sua utilização ao desvelar as mediações necessárias à passagem da teoria à prática. (SANTOS, 2011, p. 05).

As reflexões dessa autora nos possibilitam avaliar o panorama das várias intervenções desenvolvidas pelo corpo de profissionais, nos diversos espaços sócio-ocupacionais, já que, ainda há a presença de muitas dúvidas a respeito da compreensão de categorias vinculadas ao pensamento Marxista.

Bom... Sempre é, a corrente Marxista, porque ela vê o ser como alguém que é construtora de sua história, um ser de mudanças né?! E isso na nossa sociedade é assim; a gente vive esse momento, então, precisamos acreditar que ele é capaz. Então nós que temos esse trabalho eu acredito muito que, esse pensar que tu vê esse ser humano, essa sociedade, algo que tá em movimento, ele vai nos dar subsídio sim, para nossa prática, porque nós precisamos acreditar nesse indivíduo, que a gente tá atendendo, e, eu vejo dessa forma. (AS "B"/MARITUBA).

A assistente social B informa que é adepta da corrente da tradição marxista, que vê o ser humano e a sociedade em movimento, e que a corrente marxista contribui para a fundamentação de sua prática dentro do CRAS, porém, a mesma não informou como compreende essa materialização nos processos sociais de sua própria prática.

Na verdade eu não concordo muito né?! Que a prática é feita na aplicação da teoria, então, na verdade, para mim, a prática e a teoria são dois processos né?! Que, que interdependem um do outro né?! Um é continuidade do outro por se inter-relacionarem, então num primeiro momento dependendo muito do instrumental que eu vou utilizar, eu não consigo realmente é, num primeiro momento atender toda a necessidade daquele sujeito, dependendo muito da escuta. (AS "C"/TAPANÃ/BELÉM).

Essa informante apresenta com certa clareza que a teoria e a prática são dois momentos diferentes, e que a teoria, dentro da concepção Marxista, não informa de imediato a prática, numa correção meramente instrumental, já que segundo a fala da mesma, há certa sistematização do conhecimento, quando, em escuta no atendimento a um usuário, realiza essa sistematização das informações colhidas, categoriza-as e as ordena, no sentido de fornecimento de dados para acionar outras mediações a fim de articulá-las ao uso dos instrumentos, materializando assim, a prática profissional, de acordo com Montaño (2011, p. 178): "Ela resulta do processo de seleção, ordenamento e caracterização dos dados extraídos de uma prática localizada e singular".

Apesar da sistematização das informações colhidas durante a escuta de um usuário, entendidas como um primeiro momento da apreensão e processamento do

conhecimento, a informante C mencionou que a teoria e prática são continuidades uma da outra, recaindo assim numa compreensão também um pouco equivocada da teoria, já que a teoria, não é continuidade da prática, ao contrário, a teoria pode negar, contradizer a prática, ou mesmo negativá-la, pois na prática operada pelo profissional, há a presença constante da complexidade da realidade, que é sempre muito mais rica de determinações, tendo determinados resultados num universo diverso, logo, a teoria, como apreensão do movimento do real, se caracteriza como o concreto pensado.

Assim, Guerra (1999), em suas reflexões, nos esclarece quanto às racionalidades que permeiam a profissão de Serviço Social e que dão inteligibilidade a ação prática:

Na medida em que os agentes profissionais recolhem as mediações postas nas objetividades sociais que produzem no plano interventivo, recriando, ao nível do pensamento, a dinâmica dos fenômenos e processos sobre os quais intervêm, estão ineligiendo sobre suas ações. Quando este procedimento reflexivo se traduz em mediações, para a intervenção, estão materializando uma racionalidade ou forma de conceber a realidade. (GUERRA, 1999, p. 35).

Dessa forma, a assistente social C, nos informa também que:

Acho que uma é extensão da outra, uma é continuidade da outra, e elas devem ser pensadas em complementaridade (...) inclusive, até já na faculdade eu lembro que havia um debate, muito grande, em relação a dicotomia entre teoria e prática, que não deveria existir, no entanto, existe. Hoje eu consegui amadurecer essa minha compreensão de que não são processos diferenciados, mas continuidade de um mesmo processo, eu consegui amadurecer isso, depois de alguns anos de experiências e depois da minha inserção no mestrado, mas no meu primeiro momento de prática, para mim, uma não tinha nada haver com a outra. A minha primeira experiência profissional às vezes eu me sentia, como se eu estivesse assim estudado para fazer outra coisa completamente diversa do que estava fazendo, como se eu tivesse estudado num curso e tivesse exercendo outra profissão. (AS "C"/TAPANÃ/BELÉM/PA).

A informante apresenta um conteúdo interessante para este debate, apesar de não ser o foco desse estudo, mas evidencia uma possível problemática quanto à formação profissional, pois, informa que, na academia, não conseguiu apreender de forma qualitativa os fundamentos do Serviço Social, enquanto formação para a sua vivência e intervenção no campo profissional. O processo de entendimento sobre a relação teoria-prática no conteúdo das disciplinas, não foram compreendidas de forma satisfatória segundo ela, demonstrando, a importância do tema para a

formação acadêmica profissional, e que necessita ser aprofundado, principalmente com foco em disciplina que discutam a instrumentação técnica, numa perspectiva articulada a outras dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Eu sempre entendendo que a gente trabalha no mundo de transformação, e vendo a questão do sujeito, como construtor da sua história, é esse referencial que eu utilizo no meu fazer profissional, entendendo que ele é sujeito daquela situação e que ele vai me dar instrumentos também, ele vai me dar caminhos para que a gente possa construir e fazer juntos; é a prática, é o referencial teórico que eu utilizo no trabalho como construtor, entendo o sujeito como construtor da sua história. (AS "E"/MURINIM/BENEVIDES).

O sujeito E, informou que acredita na transformação da sociedade pela via do trabalho com o usuário articulado ao trabalho da mesma, evidenciando assim, sua perspectiva teórico-metodológica, ou seja, sua referencia a tradição Marxista.

PERGUNTA 3 - Você acha possível a articulação do referencial teórico por você utilizado com os instrumentos técnicos que o Serviço Social dispõe (observação, entrevista, visita domiciliar, reunião, relacionamento e informação)?

Aqui a pergunta, intenta facilitar mais a compreensão dos sujeitos sobre as dimensões da intervenção profissional, ou seja, dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Sim, eu acho, só acho que a gente precisa avançar muito, porque acho que o Serviço Social tem muito esse problema, eu acho que as pessoas ficam às vezes pesquisando mais do mesmo, ficam paradas, mas no mesmo, por isso que eu busquei fazer meu mestrado em outra área de conhecimento, justamente para que eu pudesse romper um pouco com esse olhar, e pensar outras possibilidades, eu acho sim que, o S. Social contribuiu com esses instrumentais, que também tem uma história. E que essa história não pode ser jogada fora, mas que a gente precisa também avançar em alguns sentidos, não jogar fora esse conhecimento, mas aprimorar todo ele a partir também da utilização de outras leituras, outros conceitos, se apropriar de outros referenciais teóricos que possam dar mais consistência... (AS "A"/ANANINDEUA-PA).

Essa fala do sujeito A, traz evidências de que há uma necessidade de se aprofundar cientificamente a produção intelectual voltada para a dimensão técnico-operativa, e dentro deste último, um debate aprofundado dos instrumentos e técnicas no/do Serviço Social, tendo em vista que, na literatura profissional, há estudos reduzidos sobre o tema, indicando que há uma lacuna no trato deste tema, ao qual tem repercussões na categoria profissional, que anseiam por estudos nessa

área, que possibilitem fundamentar a prática profissional; a fala da assistente social A, também indica, a existência de tensões advindas tanto do campo profissional, como do campo acadêmico no que se refere à instrumentação técnica, como lembra a autora Cláudia Mônica Santos (2005), quando sinaliza as dificuldades do campo da formação profissional:

A academia chama a atenção para o perigo de o ensino da prática ser reduzido ao “como fazer”, podendo reforçar a concepção tecnicista e instrumentalista de nossa herança intelectual e cultural. Para os profissionais da intervenção, há uma grande lacuna entre o que aprendem na universidade e a realidade de seus espaços sócio-ocupacionais. Frequentemente queixam-se das dificuldades que sentem no momento de materializar, em ações, os conteúdos obtidos na academia, isto é, de uma suposta distância entre teoria, denunciando um “academicismo” na formação profissional. Mostram grande preocupação com os “procedimentos corretos” de aplicação do instrumental técnico-operativo, que não consideram explicitados o suficiente. (SANTOS, 2005, p. 01).

Dessa forma, percebe-se que, ainda há a presença de dúvidas, inquietudes, questionamentos junto à categoria profissional, no que se refere à discussão do tema instrumentação técnica, conforme sinaliza os estudos de Santos (2005), repercutindo assim, nos vários campos particulares das políticas sociais, em que atuam o profissional de Serviço Social.

Quando tu observas, e tu escutas, dá essa abertura para ele, e a partir que tu vais à visita, ele se sente alguém importante: “poxa! o assistente social veio até aqui”, e tu observa, até por ele, o recebimento dele, poxa! Ela veio lá do CRAS né?! Ele te dá abertura, para ter um bom relacionamento, no caso um relacionamento profissional, onde tu verificas esse usuário, a perspectiva da mudança dele para melhor né?! É isso que nós queremos do usuário da política da assistência social que ele possa alcançar esses objetivos, melhorar, sair daquela condição, de vulnerabilidade. (AS “B”/MARITUBA).

No entendimento do sujeito B, a mesma ratificou que é possível a articulação teórica com a sua prática, por meio da mediação dos instrumentos, já que, as teorias possibilitam a aproximação para se compreender melhor as condições dos cidadãos atendidos por ela, só não mencionou como, e de que forma esse cidadão atendido pode sair da condição de subalternidade.

Os fragmentos da fala do sujeito C trazem outros elementos a ser analisados:

Pauto-me principalmente no nosso projeto ético político profissional né?! A lei de regulamentação, nas diretrizes curriculares também, que constituem o nosso projeto ético político e de forma geral é pautada através da teoria social: o materialismo histórico e dialético. Porque a gente tem um acompanhamento dessas famílias que a gente atende, tem o acompanhamento regular dessa família diferenciada, de que eu consiga apreender através do serviço de vínculos, é uma família que eu conheça que a gente tá acompanhando, eu consigo. Mas hoje, do jeito que tá a realidade no CRAS, é difícil, porque eu fico muito ali na imediaticidade, na necessidade imediata daquela família, na necessidade que ele tem de tá incluído nesse programa né? Olha, eu tento, mas assim, até nas reuniões, como nos grupos de trabalho, a gente até se reúne muito pouco, então consegui, eu consigo mas pela própria realidade do trabalho em si, se torna mais difícil né?! Mas como é o referencial teórico que eu adoto então tudo que vou fazer no exercício da minha prática tem que tá pautado na teoria social. Então tudo que eu vou fazer, eu tenho que pensar nessa perspectiva de totalidade. Na perspectiva da totalidade, singularidade e particularidade. É, mas, a realidade que a gente tá atuando hoje, se torna mais inviável, quando eu tenho oportunidade sim, eu consigo. (AS "C"/TAPANÃ/BELÉM).

O que se destaca na fala do sujeito C, é uma preocupação atual, talvez não compreendida de forma plena pela mesma, no que se referem à dificuldade de se analisar metodologicamente as demandas postas aos CRAS, num contexto de avanço das políticas de orientação neoliberal, ao qual fragmenta e desarticula cotidianamente as políticas sociais, onde o Estado capitalista conduz o processo de construção de políticas pautadas por essa orientação de cunho capitalista, no sentido de transformar os serviços públicos em mercadorias para o consumo; essas políticas de orientação neoliberal afetam diretamente as economias e as políticas locais, economias e políticas essas a nível também, municipais, e com isso, desestruturam outras políticas públicas, como é o caso da política de Assistência Social, e nesta, as políticas operadas dentro dos CRAS.

O que o relato do sujeito C evidencia, realizando um paralelo com a reflexão acima supracitada, é que, a intervenção do assistente social nesses espaços de trabalho, sofrem influxos também desta orientação política internacional, já que, interferem na ação prática dos assistentes sociais, por conta da precarização das relações e das condições de trabalho impostas por esse Estado neoliberal ao Serviço Social.

Essa reflexão acima apresentada, também vem proporcionar alguns elementos para a presente pesquisa, ou seja, a política de Assistência Social, operadas pelos CRAS, também sofrem diretamente a ofensiva neoliberal, na medida

em que, os CRAS como espaços para materializar essas políticas, são sucateados, a exemplo do CRAS do município de Belém-Pa, ao qual apresenta deficiência de estrutura, de recursos humanos, de material e etc., impactando por sua vez, na ação operada pela categoria profissional no seu interior, e, conseqüentemente, impactando também na operacionalização da própria prática profissional, e impedindo aos profissionais de compreender a totalidade macroscópica em que essas instituições estão imersas.

Dentro dessa perspectiva, os CRAS são transformados em instituições que ofertam proteção social, e não parte integrante da política de proteção social (MOTA, 2011), e com isso, a política de Assistência Social “ganha” centralidade atribuída pela ordem burguesa, ao qual, os CRAS passam a ofertar serviços, programas, projetos e benefícios que necessitam ser operados de forma qualitativa, porém, não é isso que vem acontecendo nesses espaços, como evidencia a fala do sujeito C.

Essa pequeno apanhado, intenta demonstrar que, o processo de dificuldade de compreensão pelos assistentes sociais no que se refere a compreender essa realidade através da teoria, também tem como fundamento, as condições precárias que estes trabalhadores enfrentam no dia-a-dia dos CRAS, que por sua vez, os impossibilitam de compreender os processos sociais materializados nas demandas que chegam em parcelas cada vez maiores a essas instituições, bem como, apresentando dificuldade de construir propostas de intervenção que possam oferecer elementos ao enfrentamento das expressões da questão social, ao qual, pela própria dinâmica institucional, os assistentes sociais são conduzidos a elaborar propostas imediatistas e utilitaristas, não transcendendo muitas vezes as análises fenomênicas e pragmáticas.

Essas reflexões acima colocadas se tornam importantes na medida em que vamos analisar a próxima categoria, ou seja, a instrumentação técnicas utilizadas pela categoria profissional no interior dos CRAS, bem como, a compreensão que os mesmos têm sobre os elementos que constituem também a dimensão técnico-operativa, quais sejam, os instrumentos e técnicas.

Em um primeiro momento, analisando a categoria teoria e prática na ação dos assistentes sociais que atuam nos espaços dos CRAS da RMB, observou-se clareza dos sujeitos quanto à relação teórica com a relação prática, passamos então a análise da próxima categoria.

4.3 Instrumental técnico-operativo: concepção e utilização

Os instrumentos e técnicas se caracterizam como componentes constitutivos também da dimensão técnico-operativa, e neste estudo, foi dada ênfase à análise dos instrumentos mais citados e utilizados pelos assistentes sociais que trabalham nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS da RMB, a partir das suas falas a respeito da concepção que os mesmos tem sobre o quais são esses instrumentos, como utilizá-los e para que finalidade, acionados no momento de sua intervenção.

Sabe-se que a utilização dos instrumentos, são mediações que potencializam o fazer profissional, nem sempre compreendidos em forma de unidade pela categoria que os utiliza, bem como, na maioria das vezes se observa que o corpo profissional, não compreende também, a racionalidade que subjaz a essa utilização, predominando em vários momentos, a visão utilitarista e pragmática.

Há um consenso na categoria profissional de que os instrumentos utilizados no Serviço Social, não foram por eles criados, e que se constituem em meios para a concretização de projetos, ações, atividades, bem como finalidades necessárias a materialização da passagem da teoria a prática.

Nesse sentido é imputada aos trabalhadores das políticas sociais, a responsabilidade pela resolutividade requeridas pelas expressões da questão social, no qual o assistente social é chamado a intervir, haja vista, o caráter teleológico no desenvolvimento das práticas desse assistente social, de acordo com o entendimento Santo (2012, p. 32): “Instrumentos são concebidos como conjunto de meios que permitem a operacionalização da ação; a técnica aparece como habilidade no uso destes instrumentos como uma qualidade atribuída aos instrumentos”.

O exercício profissional do assistente social está inserido numa totalidade, ao qual está permeada pelas determinações de ordem histórica, articuladas as dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo, que se entrecruzam, se implicam e se auto implicam, mas que possibilitam avançar na interpretação dos fenômenos apreendidos pela razão dialética, possibilitando também a reelaboração de caminhos, meios para a concretização da operacionalidade de suas ações nas organizações ao qual estão vinculados,

conforme o entendimento de Guerra (2012, p. 39):

Parte-se do pressuposto de que o exercício profissional do assistente social, recebendo as determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociedade burguesa e respondendo a elas, consiste em uma totalidade de diversas dimensões que se auto implicam, se auto explicam e se determinam entre si. (GUERRA, 2012, p.39).

Dessa forma, a análise das falas dos sujeitos, foi realizada a partir da articulação das seguintes *perguntas*:

4 – Quais os instrumentos técnicos que você conhece?

5 – Que instrumento técnico-operativo você mais utiliza na sua intervenção profissional?

6 – Você poderia falar mais, dentro do seu entendimento, a cerca de cada instrumento por você utilizado, conceituar e informar a finalidade?

Durante o processo da pesquisa, foram apontados pelos sujeitos A, B,C,D e E, alguns instrumentos mais utilizados, ou seja, a pesquisa revelou que os instrumentos que mais apareceram foram: A entrevista, a observação, a visita domiciliar e a reunião, não foram citados a abordagem o relacionamento e nem a informação como instrumentos.

Assim, vejamos o que os sujeitos da pesquisa informaram sobre essa categoria.

A entrevista é uma coisa que já vem mais ou menos pronta, mas eu acho que todo profissional ele pode se sobrepor a isso, sair. É um instrumental, a gente tem vários autores que discutem a questão de entrevista de uma forma qualitativa ou uma forma quantitativa, eu penso, pelo menos para os meus atendimentos, que essa entrevista, ela tem que ser qualitativa, porque eu tenho que pegar e compreender aqueles dados, não só como dado, aquele usuário não é só um dado para eu estar computando. Então, o tempo que eu tiver que dispensar para aquele atendimento na entrevista (...) e eu já tive problemas com a coordenação por conta dessa questão, por conta dessa questão de tempo, estou realizando uma, uma avaliação social. Porque eu demorei uma hora para fazer a avaliação social de uma pessoa? (AS "A"/ANANINDEUA).

A fala do sujeito A traz evidências de que a entrevista é considerada como um instrumental, e que já vem "mais ou menos pronta". É que esse instrumental se apresenta nas instituições, como uma forma já constituída e planejada, ou seja, uma forma padronizada, o que pode ser ultrapassado pelo assistente social no momento de sua utilização, superando essa forma, e qualificando-a na medida em que, durante essa operação, buscar agregar através de outras perguntas, elementos que

desvele a realidade da condição que o usuário da política de Assistência Social apresenta; a entrevista nesse sentido é vista como um instrumento que viabiliza a relação do usuário com o assistente social, numa perspectiva dialogada, visando desvelar a realidade vivida daquele usuário no seu cotidiano, ampliando a consciência crítica do usuário e do assistente social, expressando as contradições vivenciadas pelo usuário, ao qual, o assistente social redimensiona as necessidades destes cidadãos em relação a instituição, viabilizando assim os vários serviços, diminuindo a alienação que atravessam a consciência do usuário e dos assistentes sociais em relação a ele.

Ainda na fala do sujeito A, destaca-se, o controle institucional sobre a ação dos assistentes sociais, já que, nas entrevistas que a assistente social realiza com os usuários, dependendo da problemática apresentada pelo usuário, a mesma, dispensa maior ou menor tempo, com isso, o uso desse instrumental com a população, fica prejudicado, tendo em vista o aumento da demanda de famílias em vulnerabilidade social, como decorrente do aumento dos índices de pobreza e exclusão social, ao qual a própria instituição passa a enquadrá-los via ação prática do assistente social, como forma de minimização dos conflitos sociais, imprimindo uma direção ao trabalho desse assistente social no que refere principalmente ao limite do tempo nos atendimentos, predominando dessa forma uma ação prática, com características mais pragmáticas e utilitaristas, às vezes, não assimilada pelo próprio assistente social que opera a política no imediatismo.

Entrevista, tu vai fazer as perguntas, para que tu possas entender aquela dinâmica, então tu precisa conhecer um pouco a realidade dele, porque ele veio até o CRAS e aí a gente vai verificar se alguém orientou. Eu vou buscar alguns dados dele, para ele me dar subsídio para eu entender aquela dinâmica daquela família né?! Se eu precisar ir fazer alguma visita, verificar a demanda que ele me trouxe, ouvir né?! (AS "B"/MARITUBA).

Na fala da assistente social B, é possível identificar sua compreensão sobre a entrevista como um instrumental técnico, já que informou que utiliza, para compreender o modo de vida do usuário, bem como, ao utilizar esse instrumento específico, a possibilidade de ter uma visão da necessidade de acionar outros instrumentos para ampliar o seu conhecimento sobre a realidade de vida dos usuários atendidos pelo CRAS.

A entrevista, o instrumental mais utilizado, e lá no CRAS Tapanã nós temos um planejamento que ele chama de PAIF. É uma ficha social onde você vai cadastrar e colocar aquela família, fazer uma composição do grupo familiar. A questão de renda, quantas pessoas compõem o grupo familiar, colocar dados cadastrais como o endereço, telefone, então todas as famílias que passam pelo atendimento com os assistentes sociais, com técnico do PAIF, ele tem que fazer essa ficha. Todas as famílias também que são inscritas no cadastramento único, elas tem que, que ter o cadastro preenchido na fichinha do PAIF, então é a ficha do PAIF, a gente preenche na entrevista. (AS "C"/TAPANÃ/BELÉM).

O sujeito C apresenta sua compreensão de entrevista articulado a uma ficha denominada de PAIF, que se caracteriza como uma espécie de formulário obrigatório, que contém uma série de informações solicitadas pelo CRAS, para que os indivíduos e famílias possam acessar os serviços ofertados nesse CRAS, e, no preenchimento deste formulário a assistente social C utiliza o instrumental da entrevista. A análise do fragmento da fala do sujeito C informa que a entrevista, aparece como uma atividade subordinada ao formulário, parecendo não poder transcender para além das perguntas contidas neste formulário, entrevista essa, utilizada de forma aprisionada, revelado nas entrelinhas dessa fala, certa racionalidade instrumental (GUERRA, 1999).

Então nessa entrevista eu já consigo perceber a questão da renda, que o programa solicita, a gente vê a renda na questão da renda per capita, dessa família, eu consigo perceber como as famílias estão morando naquele domicílio através do relato dela, mas eu só vou provar isso quando eu visitar, em fim. (AS "D"/ICOARACI/BELÉM).

Evidencia-se nessa fala, que a informante ao utilizar o instrumental da entrevista para ampliar o seu conhecimento do universo da realidade do usuário, o faz, com a perspectiva de "checar" se o que o usuário informa, tem fundamento, já que, logo depois, a mesma informa que utilizaria outro instrumento (visita domiciliar) para ter certeza do que o usuário atendido por ela está falando a verdade.

Essa fala do sujeito D aponta o caráter pragmático (MONTAÑO, 2011) que esse instrumento apresenta na concepção desse sujeito, bem como, o que aparece nas entrelinhas dessa fala, é o caráter de inquérito dado na operacionalidade dessa entrevista, ferindo assim, os ideais de liberdade e democracia preconizadas no Código de Ética Profissional - CEP, título III, cap. I, das relações com os/as usuários/as, art. 5º - São deveres do/a assistente social nas suas relações com

os/as usuários/as: b – garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardando os princípios deste código.

A entrevista que nós temos aqui é um instrumental fechado na verdade que a gente tem uns dados qualitativos porque ele tem muitas informações que a gente pode colocar observações, então, ele não é um formulário na verdade fechado. Ele nos dá essa possibilidade, e a questão de estarem aguçadas para as percepções, as concepções no momento do atendimento. (AS “E”/MURINIM/BENEVIDES).

A percepção da assistente social E traz evidências que a entrevista, também está associada, a uma espécie de formulário que contém informações padronizadas, ao qual é utilizado com o indivíduo ou a família, porém, apesar deste formulário se encontrar de forma padronizada, o sujeito E utiliza o instrumental da entrevista a ele articulado, numa perspectiva que transcende as informações solicitadas no interior deste formulário, ampliando o campo de conhecimento da vida do usuário, ou seja, a informante declara nas entrelinhas que, ao articular esse formulário ao instrumental da entrevista, o faz de forma a ultrapassar as perguntas ali contidas, no sentido de agregar outras perguntas para contemplar a necessidade do emprego deste instrumental, demonstrando assim, a intencionalidade no seu fazer profissional.

Com isso, fica claro que, as assistentes sociais A, B, C, D e E, compreendem a entrevista como instrumental técnico, ao qual, possibilita o conhecimento da condição de vida e de trabalho dos usuários da política de Assistência Social, utilizadas como forma de aprofundamento da realidade expressa pelos demandatários dessa política, e que, ao utilizarem esse instrumental, põem em prática a sua intencionalidade, como bem lembra Sarmiento (2012, p. 115) quando trata do instrumento entrevista:

A entrevista se constitui como um instrumento utilizado intencionalmente e que sendo estabelecido entre indivíduos diferenciados em seus papéis, vai expressar contradições nesta relação... É o estabelecimento de um diálogo que vai se realizando à medida que vamos desvelando o real, o concreto e ampliando a consciência crítica ou reduzindo a alienação dos entrevistados ou do próprio assistente social.

Outro instrumental citado pelos sujeitos dessa pesquisa foi a Observação.

Para podermos continuar com a reflexão sobre os instrumentos, nos reportamos a esse instrumento específico, lembrando-se dos estudos do professor Helder Sarmiento (2012) sobre a observação, ao qual, no seu entendimento, a observação, se apresenta em uma perspectiva de historicidade e de totalidade, quando, é utilizado para o levantamento de informações qualitativas, em que o assistente social intencionalmente, favorece a aproximação do usuário para a participação conjunta, os envolvendo concomitantemente, dentro de um contexto de desvelamento das condições objetivas e subjetivas presente nas relações sociais.

Mas a observação é muito mais do que isso, a gente vai utilizar isso para estabelecer uma relação de confiança com o usuário Então eu penso esse instrumental dessa forma. (AS "A"/ANANINDEUA).

Bom, conceituar é sempre bem difícil, observar. Quando ele chega nesse atendimento, tem que verificar a forma que ele te olha no olho, então observar, verificar aquele comportamento que ele apresenta no ato do atendimento, a forma como ele está (dúvida) eu não estou conseguindo conceituar, mas é mais ou menos por aí né?!(AS "B" /MARITUBA).

Na fala dos sujeitos A e B, percebe-se que há certa dificuldade ao se falar da observação como um instrumento, ao qual, apesar das mesmas entenderem como instrumento técnico, por possibilitar ao assistente social levantar informações qualitativas sobre a vida do usuário, porém os sujeitos não conseguem vislumbrar a possibilidade para que juntos, ou seja, o assistente social e o usuário possam refletir criticamente sobre os mecanismos de produção e reprodução capitalista (SARMENTO, 2012), numa perspectiva de reconstruir mediações que ofereça elementos para superar historicamente as relações de subordinação e subalternidade em que vive a classe trabalhadora e as populações de forma geral.

E a observação, eu acho importante né, porque se percebe de como aquela família chega contigo, entendeu?! Até o modo como ela te olha, tu já consegues perceber, o modo como ela fala, como ela está no grupo, como ela te aborda então tudo isso tu pode perceber, o corpo fala e se expressa também né?! (AS "D"/ICOARACI/BELÉM).

Observar mais, de percepção, porque assim, eu achava um olhar né?! Então a gente é muito é, acaba sendo muito sagaz nesse aspecto de percepção, então assim, é uma fala, é uma olhada. A gente tem é, essa questão de perceber, né?! Porque nem tudo que diz falando, né?! Então com gestos corporais, a gente precisa tá atento toda a ação do usuário né?! No que ele não traz nas falas, então essa é a importância da gente estar atentos a questão da observação mesmo, né?! A importância da observação, é importante aonde a gente vai utilizar, que na verdade também

a observação, na minha opinião, ela, ela está entre em todos os instrumentos que tu está utilizando, tu tens que ter essa perspicácia da observação...(AS"E"/MURINIM/BENEVIDES).

Já nos fragmentos da fala do sujeito D e E é possível perceber o entendimento quanto ao instrumento observação, ao qual se aproxima mais da concepção da autora Maria de Fátima Matos Cardoso (2008), mesmo que as entrevistadas não tenham conhecimento dos estudos dessa autora, pois, quando as mesmas (sujeitos D e E) destacam que, durante o processo de intervenção, ao utilizar o instrumental da observação, o que prevalece são aspectos mais sensíveis no relacionamento com o usuário, as memórias, as histórias de vida, as sensações e etc.

Já a visita domiciliar, foi um dos instrumentos mais citados por todos os sujeitos da pesquisa, a seguir verificam-se suas posições.

A visita domiciliar... Quando eu comecei a trabalhar, eu acho que eu fazia mais nesse sentido de fiscalização. Depois eu fiz uma leitura de um texto muito bom de uma pesquisadora do Serviço Social, que ela também, tem a leitura de Foucault, e ela escreveu um artigo sobre visita domiciliar como um instrumental para a problematização e eu fui repensar minha prática na visita domiciliar, não é só para coletar dados. Eu comecei a problematizar esse instrumental. (AS "A" /ANANINDEUA).

Na verbalização do sujeito A há indicativo de que seu entendimento sobre visita domiciliar se aproximava de "instrumento de fiscalização", com isso demonstrando evidências de uma possível formação deficitária ao se estudar na academia sobre os fundamentos teórico-metodológicos que dão base a compreensão da dimensão técnico-operativa com enfoque nos instrumentos, tensão essa mencionada nos estudos da autora Claudia Mônica Santos (2005) quando critica a herança conservadora sobre o uso dos instrumentos numa perspectiva de controle dos usuários, assim ela afirma:

Esse grupo minoritário, no que se refere ao número de produções sobre a temática ora em estudo, se caracteriza por resgatar – mesmo que travejada de "roupagens" diferentes – a herança cultural e intelectual conservadora, de cariz positivista, que sustentou hegemonicamente o referencial teórico-metodológico e político da profissão desde suas origens até, aproximadamente, a década de 1970. Os instrumentos são entendidos como um caminho para se alcançar determinado fim, de forma linear e evolutiva. São tratados como elementos que tem fins em si mesmos, portanto, neutros, abstratos, a-históricos e não como produto dos homens na satisfação das suas necessidades. (SANTOS, 2005, p. 06)

Nos estudos de autores como Santos e Noronha (2011), apontam uma tensão advinda da polêmica ao se tratar do instrumento denominado de visita domiciliar, já que, é considerado por alguns autores como uma intromissão na vida do usuário, enquanto para outros, o uso desse instrumento, possibilita o conhecimento dos condicionantes sócio-históricos da vida das populações, assim temos:

Historicamente, a visita domiciliar vem sendo utilizada como instrumento de controle e inquérito social, com o objetivo de fiscalizar, comprovar relatos feitos pela população e ensinar os cuidados domésticos. Em vista dessa abordagem é hoje o instrumento considerado mais polêmico, tendo em vista que o projeto ético-político da profissão estabelece princípios como: defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; defesa do aprofundamento da democracia, entendida como socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; posicionamento em favor da equidade e da justiça social; e empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade... Nesse tópico, as fontes analisadas não convergem quanto à utilização da visita domiciliar. De um lado, seu uso será sempre, em qualquer situação ou com qualquer finalidade, uma invasão à privacidade da população, portanto, uma postura antidemocrática de fiscalização da vida do usuário, devendo ser usada com extrema cautela e, até mesmo, abolida. Por outro lado, considera-se que, tendo como objetivo ‘conhecer as condições em que vivem os sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das relações desses sujeitos, que geralmente escapam ao profissional (MIOTO, 2001, p. 148), o uso de a visita domiciliar não necessariamente manifesta uma postura ‘policialesca’ do profissional, dependendo para isso da finalidade do uso da mesma e das habilidades em seu trato. (SANTOS; NORONHA, 2011, p. 53-54).

Assim o sujeito A, após leituras com enfoque nos estudos dos instrumentos, ampliou seu raio de conhecimento quanto ao uso desse instrumento; O sujeito B, analisada na manifestação abaixo, partilha do mesmo entendimento a respeito de que a visita domiciliar é um instrumento, que objetiva o desvelamento de aspectos da realidade cotidiana dos usuários por ela atendidos “(...) a visita domiciliar é o instrumento que tu utiliza, enquanto profissional assistente social, para verificar a realidade daquele usuário, para buscar a dinâmica dele familiar, as condições de moradia. Se ele pertence mesmo a nossa área de abrangência (...)” (AS “B” MARITUBA/PA). A assistente social “C” afirma sobre a visita domiciliar que seria: “um dos instrumentos que poderia fazer o acompanhamento dessa família, fazer o acompanhamento sistemático(...) uma forma de aprofundar o conhecimento da realidade (AS “C” /TAPANÃ/BELÉM).

O informante “C”, apesar de entender a visita domiciliar como um instrumento para o aprofundamento de aspectos da realidade dos usuários lamentou não poder

utilizar a visita com frequência durante a sua prática, já que, a estrutura de seu CRAS (equipamentos e carro), não são suficientes para que a mesma utilize esse instrumento como potencializador de sua ação, como mostra o fragmento de sua fala: “Visita domiciliar a gente faz pouco. Eu estou um ano no CRAS e só fiz uma visita domiciliar, porque não tem carro. Eu fiz eu só fiz, porque eu consegui fazer junto com o Conselho Tutelar” (AS “C” /TAPANÃ/BELÉM-PA).

Considera-se, por mais que não sejam objeto central deste estudo, os condicionantes estruturais e conjunturais dos espaços sócio-ocupacionais em que os assistentes sociais estão submetidos, interferindo na ação profissional do assistente social no interior dos CRAS. Lembremos que são as condições objetivas que determinam a vida material da sociedade e conseqüentemente, também, as condições de trabalho desses assistentes sociais, como bem lembra Marx (1974), quando deixa claro no prefácio da *Contribuição a Crítica da Economia Política*: “O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (MARX, 1974, p. 29).

Essa reflexão desenvolvida em Marx possibilita compreender os aspectos da realidade do cotidiano em que se localizam as instituições como os CRAS, permeado pela falta de estrutura, de infraestrutura, de condições precarizadas de trabalho, ao qual tem impacto na prática profissional dos assistentes sociais.

Os assistentes sociais estão submetidos a condições precarizadas de trabalho, os impedindo muitas das vezes, de perceber do ponto de vista da totalidade, que esses determinantes os condicionam a realizar uma prática com marcas pragmáticas e com uma visão utilitarista sobre o uso dos instrumentos.

Sobre a concepção da categoria cotidiano, Carvalho (2005, p. 26) nos informa:

A esfera do cotidiano é uma esfera precisa: é a esfera do homem concreto. A objetivação que se passa no cotidiano é aquela em que o homem faz do mundo o seu ambiente imediato. A vida cotidiana é o conjunto das atividades que caracteriza a reprodução dos homens singulares que, por seu turno, criam possibilidades da reprodução social. Isso significa que, na vida cotidiana, o indivíduo se reproduz diretamente enquanto indivíduo e reproduz indiretamente a totalidade social.

Retomando a análise sobre a visita domiciliar, a informante “E” verbaliza o seguinte:

Visita domiciliar é o carro chefe, trabalhamos muito com a visita domiciliar, é um instrumento assim que, em todos os âmbitos profissionais, a gente percebe que é importantíssimo, mas, na minha prática que eu vejo quanto é importante dentro desse trabalho que a gente, é o local aonde a gente vai, é o lócus do sujeito, eu acho que eu vou ver como são as coisas, como é que se dá. A função da visita, no caso eu não sei, eu acho que eu não saberia conceituar por motivo de eu acho que eu não saberia conceituar agora, eu sei te dizer o que se deve fazer, de que forma que deve ser feita a visita, e quais as perspectivas que eu posso ter que, de que forma eu posso fazer, mas assim, conceituar enquanto instrumento não, entendeu?! (AS “E”/MURINIM/BENEVIDES).

Os sujeitos D e E, apesar de entenderem a visita como instrumento, entendem que é uma forma de trabalho que busca adentrar ao espaço de moradia dos usuários, com fim de aprofundar o conhecimento dos aspectos da condição de vida desses usuários.

Assim, todos os entrevistados não souberam conceituar esse instrumento, porém, fica claro que os mesmos, compreendem que são instrumentos do Serviço Social, além do que, fica evidente também, que possuem a compreensão da finalidade do mesmo.

O instrumento reunião apareceu também, como uns dos instrumentos mais citados pelos assistentes sociais entrevistados nesse caso têm: “Reunião é um instrumental importantíssimo, mas reunir no sentido de levar conhecimento ao usuário, informações sobre os serviços, sobre as políticas.” (AS “A” /ANANINDEUA).

O sujeito A, entende a reunião como um instrumental, capaz de levar conhecimentos ao usuário, informações sobre serviços e etc., nesse sentido percebe-se que, utiliza esse instrumento articulado a outro que é a informação, muito embora, não tenha citado a informação como instrumento técnico; a mesma atribui uma importância grande ao instrumento da reunião, ao qual, o que se compreende dessa fala, é que, durante a sua intervenção utilizando a reunião, pode socializar informações sobre vários aspectos junto ao usuário, atendendo os anseios desses mesmos usuários, indicando que nesse processo, há a presença de forças contraditórias, ou seja, quando informa sobre levar conhecimento, o que parece é que, identifica que os usuários que procuram seus serviços, necessitam de maiores esclarecimentos quanto os seus direitos constitucionais, os caminhos que os usuários devem percorrer para concretizá-los, dando a entender sobre a finalidade

desses referido instrumento.

Esse entendimento está contido no pensamento de Sarmiento (2012, p. 116):

Nessa perspectiva, a reunião é o estabelecimento de uma dinâmica na qual emergem as forças vivas dos indivíduos em grupo. A correlação de forças vai emergindo à medida em que a realidade concreta vai se revelando e aí se percebem os elementos contraditórios da relação entre as classes sociais e a organização da sociedade. (SARMENTO, 2012, p. 116).

A assistente social “B” assevera que

(...) por meio de uma palestra, tu informa, tu traz o que está dentro da política aqui no município, e também todos os serviços ofertados (...). Reunião, palestra, entrevista, é, se ele veio por questão da reunião, que fez com que ele viesse para o CRAS. (AS “B”/MARITUBA).

Esse sujeito entende a reunião como instrumento, mas associado também, ao instrumental denominado de informação, mesmo que essa informante não tenha ciência que a informação seja um instrumento; percebe-se que, o sujeito B, a utiliza, com a finalidade de socializar informações referentes aos direitos dos usuários, apresentando também certa confusão, com relação ao uso da palestra, entendida como instrumento, porém a palestra é compreendida pela autora Trindade (2012), como uma ação profissional.

A assistente social “C” explica sobre a reunião que: são importantes para você compartilhar com a equipe multiprofissional as experiências vivenciadas no cotidiano da sua prática e que elas são comuns também nessa realidade interdisciplinar. Há reuniões com a coordenação para montar estratégias de atuação. (AS/ “C”/ TAPANÑA/BELÉM).

O interessante na fala do sujeito C, é que entende a reunião como instrumental, mas a utiliza em maior número para tratar de assuntos pertinentes aos problemas que possam surgir do campo técnico, ou seja, as reuniões são utilizadas com maior frequência para tratar de assuntos ligados a atividades administrativas institucionais, ou seja, para planejamento.

Assim a entrevistada parece não ter possibilidade de realizar mais reuniões que digam respeito ao trabalho coletivo com famílias dentro de uma instituição como o CRAS; há indicativo que as reuniões de cunho administrativo são realizadas com maior frequência em detrimento das reuniões de caráter coletivo.

Na visão da Assistente social “D”

Esse instrumento é útil quando fazemos, planejamento. Agora que nós estamos atentando também para fazer o planejamento junto com as famílias. Para elas estarem participando, para elas saberem o que elas querem (...) fazendo essa articulação para que essa família, ela tenha acesso a essas informações, aí a partir do momento que foi feita a reunião, a gente trabalha os próprios temas que eles querem que seja abordado. (AS “D”/ICOARACI/BELÉM).

Assistente social E, afirma sobre o instrumento em análise que:

Como a gente trabalha muito a questão da interação junto a família, a questão do fortalecimento do vínculo familiar a gente usa muito a questão da reunião, palestra, dos grupos. Então a gente trabalha muito também da participação educativa. (AS “E”/MURINIM/BENEVIDES).

Um instrumento que apareceu também, na concepção do sujeito A, foi o relatório, mas não foi mencionado pelos sujeitos B, C, D e E:

O relatório que eu faço de atendimento, porque eu gosto dele, porque é um registro, do que está acontecendo com a família né?! O relatório é um instrumental de base para que a gente possa pegar essas informações, ter um registro dessas famílias e também deixar isso para outros profissionais quando venham atuar no espaço, possam ter acesso a isso. (AS “A”/ANANINDEUA).

A assistente social A entende o relatório como um instrumento técnico, com finalidade de sistematizar informações das condições de vida dos usuários atendidos, ao qual se expressa como um componente do estudo social, bem como, de deixar essas informações sistematizadas para o outro colega de trabalho, talvez, essa fala, evidencie, a consciência que esse sujeito tem de que, num espaço dos CRAS, há uma grande rotatividade de profissionais, advindo das condições precarizadas das relações de trabalho, por isso a preocupação da mesma, em deixar relatórios de indivíduos e famílias para que possa ser acompanhada por outros profissionais.

Fica claro para o sujeito A é um instrumento, porém, segundo Trindade (2012), o relatório não se configura como um instrumental, mas sim uma ação profissional; a fala do sujeito A, indica que, há a presença de dissenso sobre ser ou não o relatório um instrumento, explicitando por sua vez que ainda há no seio da categoria profissional muitas dúvidas a respeito, ou seja, há bastante dissenso.

Já para alguns autores o relatório social é: “O relatório social, se traduz na apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social, enquanto objeto da intervenção desse profissional no seu cotidiano laborativo”. (CEFESS, 2007, p. 44,45).

O que se destaca nos fragmentos das falas do sujeito D e E, é que esses sujeitos entendem a reunião como um instrumento técnico-operativo, e que, ao utilizarem, acionam outro instrumento que é o instrumento da informação, apesar também, de não o citarem como instrumento, porém, o mais importante dessas falas, é que, a reunião são realizadas, principalmente com os usuários da política de Assistência Social, numa perspectiva socioeducativas, que possibilitem construir/reconstruir formas e meios junto com os usuários de superação dos condicionantes sócio-históricos, fazendo com que esse usuário se conscientize ainda mais sobre os aspectos de sua realidade.

O instrumento reunião se constitui em um tema polêmico dentro da concepção da categoria no conjunto de seu próprio exercício, já que ao se falar da reunião, se fala também de grupos, ao qual, há a tendência, de entenderem a reunião como instrumento, e o grupo como uma prática.

Esses sentidos e dissensos que ocorrem na categoria profissional sobre o tema reunião, grupo e etc., sinalizam a necessidade de maiores estudos científicos, para se poder construir um entendimento mais adequado sobre esse instrumento específico, numa perspectiva de apontar caminhos para uma análise que supere o caráter pragmático (GUERRA, 2013) que é utilizado, muitas das vezes pelos profissionais de Serviço Social.

Dentro desse contexto polêmico, os assistentes sociais entrevistados nesta pesquisa, apresentaram também muitas dúvidas a respeito desse instrumento técnico, essas polêmicas, foi objeto de questionamento pelos autores Santos (2012), Souza Filho (2012), Backx (2012), em um simpósio:

Há a tendência de se tratar a reunião como um instrumento e o grupo como “prática” – no sentido de corresponder à ideia de procedimentos coletivos. Advogou-se que o grupo implica em um conjunto de atividades, sendo a reunião um instrumento do grupo. Considera-o como instrumento porque socializa interesses que estão em jogo, as relações entre seus membros, sendo empregado para dar visibilidade e para trabalhar com as relações de poder, bem como com a socialização de determinadas informações. Alertou-se, ainda, para o fato de que na bibliografia o grupo é referenciado como instrumento, como prática, como abordagem e até mesmo, de modo restrito, como dinâmica de grupo. (SANTOS, SOUZA FILHO, BACKX, 2012, p. 25).

De uma forma geral, as entrevistadas compreenderam bem a utilização de alguns instrumentos técnicos, ficando claros para quê os sujeitos usam, ou seja, a finalidade, porém, há bastantes dúvidas e confusão quanto ao entendimento do que é a ação, e o que são procedimentos, elementos esses que constituem também a dimensão técnico-operativa.

Assim temos, logo abaixo, alguns fragmentos extraídos das falas dos sujeitos A, B, C, D e E, demonstrando tais dissensos de entendimento, vejamos:

O sujeito A, mencionou que o planejamento e a palestra são instrumentos do Serviço Social:

O planejamento é um instrumental técnico operativo, sim, mas eu vou fazer um planejamento, por exemplo, de oficinas com as famílias, de oficinas de adolescentes que são atendidos aqui, vou operacionalizar como é que vai ser essa oficina através do planejamento, com metodologia, com objetivos, com público-alvo, com número de pessoas, palestras são importantíssimas também. Mas palestras também nesse sentido, vamos levar conhecimento dos direitos que aquele usuário tem acesso. (AS "A"/ANANINDEUA).

Para a assistente social A, o planejamento e a palestra são instrumentos, porém, a autora Trindade (2012), nos informa que o planejamento é considerado como ação profissional, já na sua essência o planejamento é uma atribuição profissional.

Já a assistente social B informou que a escuta também é um instrumento, porém, não esclareceu sobre; o sujeito mencionou também um cadastro para a família, como explicita na fala abaixo:

Precisamos ter um instrumental do cadastro, que é para incluir ele no PAIF (Programa de atendimento integral à família), aí eu vou preencher todos os dados dele, que é um cadastro, onde têm as informações da composição familiar, das condições de moradia, esse é um instrumental! (AS "B"/MARITUBA).

Na fala do sujeito B, ficam claro as dúvidas a respeito dos instrumentais considerados organizacionais e os instrumentos do Serviço Social, fato esse, que a confunde, porém, nos espaços institucionais há a presença de vários instrumentos padronizados da instituição, ao qual se diferenciam dos Instrumentos que o assistente social utiliza, para maiores esclarecimentos, temos a autora Trindade

(2012) que trata dessa diferença da instrumentação técnica, ou seja, para essa, existem instrumentos da instituição e instrumentos do Serviço Social.

A fala do sujeito D informa que, o plano de atendimento da família, o livro de registro e ocorrências, os cartões da família, o encaminhamento, o instrumental de tabulação de dados, os projetos sociais e os projetos de intervenção, são considerados por ela como instrumentos.

Plano de atendimento a família... Tá! Então logo que eu cheguei... Agora tem que ter o PAIF dessa família, na verdade é a entrevista dela, mas eu não posso dizer que o PAIF é um papel, eu tenho que atender, eu tenho que fazer o plano dessa família. Esse último do PAIF que tem a entrevista da família, ele serve para eu identificar, essa família, se ela tem documentação, como é a condição de moradia dela (AS "D"/ICOARACI/BELÉM).

O livro de registro e ocorrências, nós referenciamos essa família, aí essas famílias, todas as vezes que elas vão para uma atividade no CRAS elas assinam. O nome, para comprovar que essa família compareceu lá no CRAS que ela participou de determinada atividade, sempre a gente coloca no cabecário que atividade ela participou, (AS "D"/ICOARACI/BELÉM).

É, têm também os cartões da família, a gente utiliza porque a gente consegue marcar os retornos e aquela pessoa fala o nome do técnico, isso é importante, para saber quem é o técnico que está atendendo, quem é o técnico que está acompanhando, se uma família chegar e perguntar, é aquela moça de cabelo enroladinho! Ou aquela loira de cabelo liso né?! Aí, a gente utiliza dessa forma, aí a gente sabe quem é que está acompanhando essa pessoa. (AS "D"/ICOARACI/BELÉM).

O encaminhamento, por exemplo, numa situação de descumprimento de condicionalidade, eu já vou ter que encaminhar essa família. Para o setor competente, eu não sei aonde ela descumpriu então eu já levo que a gente tem que encaminhar ela primeiro para o Bolsa Família, e pede retorno. Então quando ela não consegue me dá essa informação, eu tenho que encaminhar ela para o setor da Bolsa Família, através do retorno, aí a gente encaminha, aonde é que ela tá descumprindo e coloca em acompanhamento do CRAS, então eu já levo (AS "D"/ICOARACI/BELÉM).

Um instrumental de tabulação de dados, né?! Porque não tinha, aí ela pergunta quantos tu atendeu? Fulana quantos tu atendeu? Porque ficava tudo de boca, se eu estava fiscalizando, como é que eu vou provar que eu atendi aquela pessoa, né? (AS "D"/ICOARACI/BELÉM).

As falas alongadas acima foram extraídas de forma intencional nesta pesquisa, com intuito de demonstrar um pouco, alguns aspectos da realidade dos profissionais nas instituições sociais, em especial, os CRAS, no sentido de, se observar, o quanto os profissionais, ainda confundem instrumentos da instituição (organizacional) com os instrumentos do Serviço Social (TRINDADE, 2012), trazendo bastantes dúvidas quanto, ao instrumental técnico profissional, apresentando-se a necessidade do aprofundamento desse debate a nível

acadêmico e institucional.

A assistente social “E” informou que, o formulário elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS, e as palestras são instrumentos: “Tem um formulário elaborado do próprio MDS, a partir desse formulário que é, o próprio instrumento que a gente utiliza no atendimento em si.” (A.S “E” MURINIM/BENEVIDES).

A confusão e as dúvidas das entrevistadas A, B, C, D e E, no que se referem aos instrumentos que são específicos do Serviço Social, bem como, dificuldade de se entender quais sejam esses instrumentos, de entender também, quais são as ações profissionais e o que são esses procedimentos (TRINDADE, 2012), que atravessam o exercício profissional no cotidiano da prática profissional, tem relação com a ausência de debates, de estudos e de análises que tenham como foco a intervenção do assistente social em seus diversos campos de intervenção particular, que focalizam especificamente, a dimensão técnico-operativa, e em especial os instrumentos e técnicas que o conformam.

Nesse sentido, recorre-se aos estudos de Trindade (2012), para organizar/reorganizar as concepções que os sujeitos A, B, C, D e E, apresentaram de forma nebulosa, nos diversos fragmentos extraídos da fala dessas entrevistadas.

Assim temos, segundo Trindade (2012, p.70):

Consideramos como ações profissionais as atribuições que viabilizam as respostas dos profissionais às requisições colocadas pelas demandas institucionais, como parte da prestação de serviços sociais. Essas ações materializam o caráter interventivo do Serviço Social e dentre as mais comuns estão: executar, orientar, agrupar, providenciar, acompanhar, socializar, coordenar, planejar, pesquisar, monitorar, supervisionar, organizar e administrar, estudar e analisar, emitir parecer, assessorar, consultorar.

Logo, para a concretização da prática profissional, o assistente social aciona vários instrumentos e procedimentos, desde que, articulados as necessidades dos cidadãos, articulados também aos projetos e serviços na área do Serviço Social, nesse sentido, na fala dos sujeitos da presente pesquisa (A, B, C, D, e E), a confusão advém da ausência dessa clareza sobre os aspectos do trabalho do próprio exercício profissional em termos de conhecimentos de âmbito teórico-prático, se colocando como uma realidade que precisa ser debatida, aprofundada, sob o risco resvalar-se para práticas pragmatistas (GUERRA, 2013) e utilitaristas.

Para elucidar outros consensos e dissensos, se faz referência a autora Maria

Luiza de Souza (2000, p.166-201), que também aponta alguns desses instrumentos, a seguir: “Aglutinação documental de informação; Documentação; Abordagem; Observação; Diálogo e entrevista; Reunião; Palestra; Notícia; Carta circular; Recursos audiovisuais, pesquisa-ação”.

Já os procedimentos para Trindade (2012, p. 70) são: “Os profissionais mobilizam um conjunto de atitudes e exercita habilidades, aqui denominadas de procedimentos interventivos, constituindo-se de elementos intermediários entre as ações e os instrumentos”.

Na fala do sujeito C, o planejamento, o acolhimento individual e acolhimento coletivo, são interpretados pela mesma como instrumento, demonstrando também, possíveis desconhecimentos relacionados ao campo da dimensão técnico-operativa, tendo em vista, que o que se referiu, está relacionado ao campo de ações procedimentais.

O sujeito D foi o sujeito que mais mencionou instrumentos sem ter a clareza suficiente dos conhecimentos advindos do campo da instrumentação técnica, assim a mesma referenciou como instrumento: o plano de atendimento a família, o livro de registro e ocorrências, os cartões da família, o encaminhamento, o instrumental de tabulação de dados, os projetos sociais e os projetos de intervenção, dessa forma, apresenta dúvidas a respeito das ações procedimentais específicas do Serviço Social com instrumentos da própria instituição (TRINDADE, 2012), por ela utilizado.

Na fala do sujeito E, também se pode perceber certa dificuldade ao se falar sobre o seu entendimento da palestra e sobre o formulário do MDS, enquanto serem considerados como instrumentos, indicando, mais uma vez, a falta de clareza sobre conhecimentos advindos do campo da instrumentação técnica.

O desafio para se exercer uma prática profissional, que contemple as necessidades da classe trabalhadora e das populações atendidas principalmente pela política de Assistência Social no campo da concretização dos direitos, passa necessariamente pela qualificação/requalificação do corpo profissional, numa perspectiva de superar análises fragmentadas, descoladas das análises macro e microscópicas dos aspectos da realidade do cotidiano das populações.

E para que se possa transcender de compreensões imediatistas, fenomênicas e estagnadas, no sentido de redimensionar as análises dessas expressões da questão social, há a necessidade de se ter como fundamento a razão dialética, que possibilitaria a criação/recriação de elementos forjados no interior da

instrumentalidade, esta, construída pela compreensão da articulação orgânica das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Sobre a questão da qualificação/requalificação da categoria profissional, Maria Carmelita Yazbek (2009, p. 125) nos traz a seguinte reflexão:

Outra questão desafiadora refere-se à formação e ao permanente processo de qualificação dos assistentes sociais brasileiros, chave e alavanca da construção de nosso projeto, que vem se realizando em múltiplos planos – a partir da formação profissional na graduação, que implementa hoje as diretrizes curriculares nas IES, acompanhada muito de perto pela Abepss, em processo construído de forma democrática e coletiva -, passando pela capacitação continuada (CFESS, ABEPSS, ENESSO), consistentes e necessária e que deve ampliar-se, alcançando novas temáticas, até a pós-graduação, que se encontra em processo de expansão e qualificação e que, inegavelmente, vem contribuindo para o protagonismo do serviço social brasileiro no âmbito do debate das ciências sociais.

As reflexões realizadas até aqui no seu conjunto, contemplam o que se vai discutir no próximo ponto em linhas gerais, processos reflexivos esses, que conformam a próxima categoria analisada sob o ponto de vista dos sujeitos, ou seja, a dimensão técnico-operativa.

4.4 A dimensão técnico-operativa e a compreensão das entrevistadas

Antes de se partir para as análises das concepções das entrevistadas sobre essa categoria, há de se refletir antes, sobre as posições antagônicas no Serviço Social, identificadas nos estudos de (SANTOS, 2011), quando das suas análises sobre as dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa da prática profissional, tendo em vista que essa autora, em um primeiro momento esclarece a relação teoria e prática no materialismo histórico e dialético, ao qual, nos informa que, na passagem da teoria à prática, há de se compreender uma série de processos operados pelo intelecto, já que o campo da prática é o campo das relações sociais, das objetivações humanas, é o campo do cotidiano (CARVALHO, 2005), onde se dá o processo de construção e reconstrução do modo de vida das populações, logo, é o campo da relação homem e natureza, e que, para se compreender os aspectos dessa realidade, há de se acionar uma série de procedimentos racionais, através do pensamento.

A autora chama de processo teórico ou movimento do pensamento, segundo Marx, onde, só a partir daí, é que se pode conceber uma teoria, portanto com

tendência a produzir finalidades ideais e causalidades postas.

Com isso a autora, conclui em linhas gerais, que, a teoria com base na concepção marxista, não produz de imediato um arsenal de instrumentos e técnicas para a operacionalização da prática profissional, logo, as concepções “tecnicistas” e “teoricistas” que estão presentes nas concepções do Serviço Social, são, de certa forma, responsáveis em reforçar concepções equivocadas junto à categoria profissional, expressas pela insatisfação dessa categoria, em reclamar que a teoria com base na corrente Marxista, não seria suficiente para a intervenção na realidade via instrumentação técnica.

Segundo Santos (2011, p. 53) um dos antagonismos identificados advém:

A primeira, que faz parte da herança cultural e intelectual do Serviço Social no Brasil, consiste na presença de uma concepção tecnicista que se caracteriza pela associação direta entre competência técnica e competência profissional, privilegiando-se na formação, o aspecto técnico, e sendo esse tratado como um fim em si mesmo e de forma unilateral. A segunda posição se origina da preocupação da formação em não reduzir o ensino da prática ao “como fazer”. Isso tem gerado um limitado trato dos instrumentos e das habilidades necessárias ao seu manuseio, fortalecendo uma valorização unilateral da dimensão teórico-política da intervenção profissional, sob a alegação de que um bom ensino teórico é suficiente para apreender e habilitar os estudantes a utilizarem os instrumentos e técnicas necessários à intervenção profissional. Como já observado, essa concepção reforça a acusação da categoria profissional de que a direção teórica marxista não se viu acompanhar de um arsenal de instrumentos e técnicas próprias.

Nesse sentido, a passagem da teoria para a prática, necessita da definição dos fins e a busca incessante dos meios (SANTOS, 2011), bem como, requisita uma série de mediações (PONTES, 2010), e nessa passagem há de se considerar outras dimensões a ela articuladas, ou seja, as dimensões teórico-metodológica, ético-política, além da dimensão técnico-operativa, formando um complexo que expressa a racionalidade dialética.

Na busca dos meios, há de se reportar ao campo teórico-metodológico e ético-político para conformar também, o campo técnico-operativo; a partir desse contexto de articulação, é que se constroem as possibilidades para a intervenção profissional, logo a intervenção profissional do assistente social.

Essa dimensão técnico-operativa é composta também pela constituição dos instrumentos e técnicas que concretizam a passagem da teoria à prática, e o ao se falar da dimensão técnico-operativa, há de se reportar aos valores presentes na dimensão ético-política, também presentes na sociedade, e, aqui, há de se reportar

a sociedade brasileira e a políticas sociais, e dentro dessa, a política de Assistência Social, considerada como uma conquista da categoria profissional e de toda sociedade, tendo em vista a luta pelos diversos movimentos sociais pelo reconhecimento de seus direitos, direitos esses, à saúde, à educação, ao trabalho, à previdência e etc.

Esses direitos sociais prescritos na Constituição Federal de 1988 são alvo de intensas lutas sociais, protagonizadas pelos movimentos sociais, pelas classes trabalhadoras no sentido de sua concretização junto ao povo brasileiro, e que, motivaram e motivam os assistentes sociais a se engajarem nessa luta, a fim de implementarem nessa sociedade capitalista, mais serviços, mais projetos, mais programas e mais benefícios que contemplem as diversas necessidades sociais.

Tal reflexão acima vem possibilitar, nesse estudo, a melhor compreensão da dimensão ético-política, no sentido de se reportar ao Projeto Ético-político – PEP, construído e ainda em construção pela categoria de assistentes sociais, na medida em que, tem como horizonte a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, expressos no atual Código de Ética Profissional, Lei. 8.662/93, dos Princípios Fundamentais, aqui temos alguns:

- I – Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II – Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III – Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; (BRASIL. Lei. 8.662/93).

Esses leques de princípios acima se dão num campo político, marcado pela tensão entre as classes sociais, ao qual, no momento da intervenção profissional do assistente social, o mesmo tem como dever, se reportar a eles, já que se constituem em finalidades ideais, pois se apresentam como valores construídos pela sociedade, a fim de serem objetivados junto a essa sociedade, onde, os segmentos sociais em vulnerabilidade social eleito pela PNAS/2004, tem prioridade como destinatários num contexto de desigualdade social e injustiça social.

Esses valores sociais expressos também no Código de Ética e no Projeto Ético-político, também são compreendidos como necessidades a se implementar

junto as classes trabalhadoras, ao qual, num nível mais localizado, essas classes, essas populações também são atendidas pelos CRAS da RMB, em que os assistentes sociais lidam constantemente, e para que o assistente social desenvolva um trabalho com mais eficiência e eficácia, do ponto de vista do Serviço Social, são necessários que tenham em mente a relação teoria-fins-meios (SANTOS, 2011), ou seja, tenha um referencial teórico-metodológico, que lhes permita a análise dos processos sociais, os meios, que se constituem da instrumentação técnica (GUERRA, 1999) e tenha também no seu processo intelectual os valores (liberdade, igualdade, justiça) defendidos pela categoria, ao qual fazem parte da dimensão ético-política.

Sobre a teoria-fins-meios Santos (2012, p. 56) assim compreende:

A teleologia necessita de definição dos fins – que implica, também, uma dimensão ético-política – e da escolha dos meios – o que implica, também, uma dimensão técnico-operativa -, sendo que a dimensão teórica influencia tanto as opções finalísticas quanto a escolha dos instrumentos operativos nesse processo de objetivação humana. Dessa forma, é na relação de unidade entre teoria-fim-meio que ocorre a efetivação da prática.

Dessa forma, para analisar essa categoria, a partir da fala dos sujeitos, foram selecionadas, por esta pesquisa, apenas duas perguntas, consideradas adequadas no sentido de se obter maior qualidade de entendimento por parte desses sujeitos entrevistados, já que, esse tema - dimensão técnico-operativa -, não se constituiu para a maioria dessas entrevistadas, um tema muito familiar, do ponto de vista do conhecimento teórico; logo depois, foi solicitado às entrevistadas, que expressassem seus conhecimentos a respeito do Projeto Ético-Político – PEP, com isso, temos a seguir:

PERGUNTAS:

9 – Você consegue visualizar a articulação orgânica entre o referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo?

12 – Comente como você entende o processo de implementação do Projeto Ético-político do Serviço Social articulado ao uso dos principais instrumentos por você utilizado.

Eu consigo visualizar isso, mas eu acho que a gente precisa caminhar muito nesse sentido, porque, por exemplo, a tua pesquisa é muito legal nesse sentido de problematizar essas práticas que essas pessoas tentam desvincular do acadêmico, do teórico, gente não existe uma separação entre isso porque se não agente rasga o projeto ético político do Serviço Social, se a gente não tem uma fundamentação teórica, como é que a gente vai fazer? Tudo isso, é essa fundamentação teórica que vai levar a gente para problematizar e ser ético no nosso dia a dia e no nosso fazer profissional, eu não consigo enxergar minha prática sem isso, é o projeto ético político. É o nosso código de ética que rege o meu fazer profissional, eu sei que eu tenho uma relação com uma instituição que eu sou vinculada, mas eu sei que o projeto ético político, meu dever é maior com o meu usuário que eu atendo, mesmo que a instituição tenha regras, que eu tenha que cumprir meu dever ético político é maior. Então, se eu não tenho essa leitura, se eu me esqueço disso, eu não estou formada, eu estou fazendo um assistencialismo, como a gente houve muitas pessoas falarem, já escutei. Serviço Social é uma coisa, é um profissional que compõe a divisão técnica do trabalho, tem uma especificidade no seu fazer profissional. A gente está aqui para atuar no campo da garantia de direitos. O meu papel aqui não é esse, meu papel é trabalhar na garantia de direitos, certo?! Se é assim? O que é que me respalda? É isso, é essa legislação, eu estou na política de Assistência Social, mas eu tenho que conhecer todos os atravessamentos dela e se eu não tiver foco, que eu tenho que se ética nesse processo, tudo acabado! (AS "A"/ANANINDEUA).

O fragmento extraído dessa fala foi providencial, haja vista, a relevância que tem para essa pesquisa, pois, apresenta algumas evidências num primeiro momento, da necessidade da academia se voltar mais para esse tema da dimensão técnico-operativa; o sujeito A, se reportou a fundamentação teórica, no sentido de apontar caminhos para o desvelamento dos fenômenos que se apresentam nos espaços dos CRAS.

A entrevistada se reportou ao projeto Ético-Político e ao Código de Ética, como regentes da sua prática profissional, ou seja, informa que, o compromisso com o usuário é maior em relação à funcionalidade da instituição ao qual trabalha, só não ficou claro, nessa fala, como é que esse sujeito realiza essa materialização do que a lei preconiza e a sua prática (meios). Por fim, o sujeito A faz referência a historicidade da profissão para deixar claro que a política de Assistência Social na qual atua, obteve avanços.

O sujeito A, expôs vários elementos da dimensão teórico-metodológica, ético-político, porém não informou sobre o seu entendimento da dimensão técnico-operativa, indicando, uma possível necessidade da academia e das instituições

fomentarem mais esses estudos.

Eu acredito que sim. A meu ver, quando tu falas assim referencial, nosso referencial teórico, tudo é um complemento, um complementa outro, por que olha, tu precisa ter embasamento teórico para tu atua na tua prática e juntamente com isso, nesse atendimento com o usuário, tu precisa seguir as normas éticas, porque quando ele tá contigo ele vai te falar várias situações das quais tu precisas compreender que tem que haver esse sigilo né?! Que tu não pode sair dali, e discutir nos corredores a situação ali te apresentada. Então eu vejo que é um conjunto, e nós enquanto profissionais temos que ter essa ciência, que no ato que você está agindo, exercendo sua prática profissional, você precisa sim estar com respaldo teórico né?! Quando você vai recorrer... Segundo fulano de tal é isso, eu entendo que tu também precisa concordar que seja e saber que tu tens que ser ético no teu trabalho... quando tu me fazes essa pergunta, eu acredito que vai automático, entendeu?! No momento que eu vou fazer essa visita, eu sei que eu tenho que seguir uma teoria, que eu preciso ter ética naquele sentido, eu tenho que me despir dos meus preconceitos sempre pensando dessa forma, porque se tu chegar lá com essa demanda, eu acredito que vai automático, eu nunca pensei, para mim isso nunca está separado, é um conjunto, pra mim agora tu me fazendo essa pergunta, eu penso que, eu deveria fazer né?! Essa questão deveria ter, vamos dizer assim, uma resposta para ti, que eu acabo fazendo mesmo sem pensar, nessa conexão que tem, mas que deve haver sem dúvida. (AS "B"/MARITUBA).

Já o sujeito B, ao falar da importância da teoria, informar que tudo é complemento que se reflete na prática, porém, não nos informou que referencial teórico-metodológico pauta para a sua atuação, bem como, na fala há indicativo de alguns equívocos quanto se refere a complemento, pois a teoria pode negar a prática ou até mesmo em determinado momento, confirma-la dentro de uma lógica histórica, ou até mesmo negá-la.

Quando esse sujeito se refere à dimensão ética, o faz, se reportando, apenas ao sigilo profissional, e não ao conjunto de valores que expressam as necessidades sociais, para que a mesma na sua intervenção possa acionar elementos da instrumentação técnica mais adequada para o manuseio; o sujeito na sua fala apresentou um aspecto da prática preocupante, quando diz que, no momento da sua intervenção, informa que vai no "automático", ou seja, deixa claro, que na sua prática profissional, há a tendência de fazer a prática de modo repetitivo, padronizado, ou seja, mecanicamente, sem refletir ou articular as dimensões.

Fica evidente que, o sujeito B, apresenta confusão sobre o entendimento da categoria técnico-operativa, já que não consegue visualizar a unidade com as demais.

Eu sempre procuro como eu sou adepta da teoria social, eu sempre procuro articular as dimensões, universalidade, particularidade e singularidade, então quando eu aplico um instrumental, eu sempre tenho em mente, essas dimensões, assim como as dimensões da nossa, da nossa profissão ético político, técnico-operativa e teórico - metodológico, então a gente sabe, que hegemonicamente na profissão, a teoria social embasou nosso projeto ético-político profissional que se consolidou a partir de 1990, a partir do nosso código de ética, da lei de regulamentação e das diretrizes curriculares, então é um, é um exercício reflexivo é, bem senso. E você não faz, não consegue fazer automaticamente, e nem concebe automaticamente, mas tem sempre que pensar numa perspectiva de totalidade, que você está, por exemplo, está pensando o instrumental, ele vai ser só, o primeiro momento, é o primeiro contato que você tem, ele pode ter uma dimensão, mas imediata da realidade, mas ele é um dos caminhos pra que você atinja a essência daquele objeto que você está pesquisando que você está tentando intervir na realidade dele, então você pode articular dessa forma. (AS "C"/TAPANÃ-BELÉM).

A entrevistada C apresentou uma compreensão bem mais esclarecida sobre a categoria pesquisada, já que, definiu sua opção teórico-metodológica, se referindo à singularidade, particularidade e totalidade (categorias da dialética), sua concepção de sociedade, através da sua fala ao se reportar ao Código de Ética Profissional do Projeto Ético-Político e das diretrizes curriculares, consideradas expressões das práticas ligadas à ontologia do ser social, e também se reportou sobre a impossibilidade de ter em um primeiro momento, a análise de um determinado aspecto da realidade, já que, pressupõe que para se chegar à essência de um fenômeno, há de se utilizar da razão dialética, não concebendo com isso que a prática, se realize de forma automática, como referiu o sujeito B.

A reflexão da entrevistada acima está contemplada no pensamento de Santos (2011, p. 57):

Buscar os meios para transformar a causalidade dada requer um conhecimento, mesmo que mínimo, das determinações que envolvem essa matéria (natural ou social), um conhecimento dos nexos causais dos objetos, um conhecimento do real, sem o qual não é possível transformar esse objeto sob risco de permanecer a finalidade no âmbito do ideal. Isso significa que, para uma finalidade se efetivar, para que uma finalidade transforme uma causalidade em causalidade posta, devem-se conhecer as determinações dessa causalidade para que se possa interferir sobre ela e, assim, modificá-la.

A autora Santos (2011) traz sua reflexão a respeito das contradições postas pela sociedade capitalista, requisitando do profissional, a necessidade de estar atento aos objetos (relações sociais) que permeiam o cotidiano do profissional,

numa perspectiva de se descortinar esses aspectos dos processos sociais que aparecem nessas mesmas relações sociais.

E te amparar principalmente no teu Código de Ética, dependendo da postura da questão, então tem muitos momentos que eu vejo, que determinada situação, eu tenho que um pouquinho que recuar, para você não bater de frente, com determinadas situações, mas muitas coisas tu acabas questionando, principalmente, enquanto legislação, principalmente quando a gente vê uma coisa que não está correta... Tem a questão muito que Marx coloca. E alguns autores tiveram que ir para determinados pensamentos, tiveram que ir para o embate... Mas também tem aquela questão da ética, de uma determinada situação que te pedem, eu falo não faço, por isso, por isso, por isso, e eu falo também para os meus colegas, e muita questão também, do trabalho com as famílias, porque quando a gente chegou logo no início, eu me deparei com, com pessoas que estavam comentando determinadas situações dos usuários, tivemos que nos sentar com todo mundo e no momento do atendimento iria ficar só os técnicos, porque aí se sáísse depois seria falta de profissionalismo dos outros colegas, então acabava que estava sendo violado o sigilo profissional que é muito grave, então através dessas atitudes, da reunião, nós conseguimos amenizar essas situações. A gente se respalda na legislação, você consegue obter muito mais são, resultados, do que você indo para o embate diretamente, que era o que eu fazia muito. (AS "D"/ICOARACI/BELÉM).

No fragmento da fala do sujeito D, embora, se refira aos escritos de Marx, não informou, como esses escritos se materializam na sua prática profissional, ficando claro que, com relação à dimensão ético-política, a fala evidencia, somente a questão do sigilo profissional, se reportando ao Código de Ética, apresentando assim, uma visão um pouco restrita com relação à dimensão ética, ética essa, que está embasados por valores societários, como a democracia, a liberdade e a justiça dentre outros, não expressando assim, uma reflexão mais elaborada ou ampliada sobre os impactos do Projeto ético Político junto as necessidades sociais dos usuários num contexto coletivo.

Esse aí, a gente, é como eu te falei, acho que a gente consegue pensar o que a gente está fazendo, por mais que não seja o, digamos assim, o conceito, o mesmo conceito, mas é preciso ter o mínimo de conceito e de saber o que eu vou fazer, entendeu?! E tem que fazer isso, acho assim, tem que, eu acredito que tem que fazer, tem que pensar, mas é que eu vou fazer alguma coisa, eu tenho que pensar o que eu vou fazer, né?! E de que forma que eu vou fazer que, o problema é não vincular né?! Digo assim, se eu aprendi ou não, eu vou utilizar da forma como eu aprendi. Até por conta que, é o meu trato com o usuário né?! Ele vai, ele tá denunciando isso, né?! Aonde é que eu estou indo, e de que forma que eu estou a forma como eu utilizo meus instrumentos, é justamente como eu vou utilizar, vai denunciar, de que respeito, de que forma que eu estou tratando esse usuário, que perspectiva que eu estou tendo desse usuário, de que forma eu atendo esse usuário, então não tem como desvincular isso, é ser o que eu sou profissionalmente, vai denunciar. (AS "E"/MURINIM/BENEVIDES).

De todos os sujeitos entrevistados, o sujeito E, apresentou maior dificuldade para compreender o que se perguntava, portanto, apresenta indicativo de que, há necessidade de se desenvolver mais estudos que contemplem a necessidade de formação (SANTOS, 2005) dos profissionais, que trabalham nos espaços dos CRAS.

Sobre os comentários a respeito do Projeto Ético-Político:

Eu acho assim que a gente tem um avanço bem grande nessa questão da produção acadêmica na discussão com o projeto ético político, mas eu acho que falta mais, o próprio profissional, e isso ninguém pode fazer por ele, cabe ao próprio profissional fazer, vivenciar o projeto ético político, saber que ele tem uma vida, ele não é só uma coisa que está lá escrita e isso infelizmente, é de profissional para profissional e cada profissional vai saber de que maneira utilizar isso no meu fazer profissional. Então eu vejo dessa forma, e infelizmente, muitos profissionais que estão sendo formados nessas instituições que são de, à distância, semi-distância, distância total, é, isso compromete muito, e, se o profissional não tiver contato com professores que, sabem desde a formação acadêmica, pautar isso, a necessidade de vivenciar o projeto ético político, vai ser uma formação capenga, mas uma formação capenga, não só por conta da universidade, mas também por conta do profissional, ninguém pode obrigar uma pessoa, um profissional, a fazer pelo outro, infelizmente é preciso que as pessoas conheçam mais esse projeto, mas que elas vivenciem isso no dia a dia! (AS "A"/ANANINDEUA).

O sujeito A, destacou um ponto interessante, quando se refere à construção do projeto ético-político no dia a dia, de forma dialética, e na sua fala, identifica-se nas entrelinhas, a sua preocupação com a categoria, em não implementar o conteúdo deste projeto profissional, em decorrência do avanço da formação mercantilizada voltada aos novos espaços de formação acadêmica do Serviço Social.

Bom, como eu te falei né?! A discussão do nosso projeto ético-político profissional de maneira hegemônica né?! Ele tá pautado na teoria social, então a teoria social de uma forma geral a gente pode conceber, a realidade como totalidade, Como ele se materializa? Bom na verdade, ele tem que se materializar através dos instrumentais, os instrumentais eles seriam nossa forma de materializar, nosso projeto ético político na prática, mas quando a gente, assim, dá impressão que teoria é uma coisa e prática é outra, então, buscando fugir desse discurso, mais de forma como eu entendo, a gente, até conversou agora, a prática ela não deve ser diferente da teoria, no entanto a realidade do mercado de trabalho hoje, principalmente nos CRAS e eu falo, na FUNPAPA hoje em Belém é outra história, ela é precária, então é muito difícil você materializar nosso projeto ético político profissional, na realidade, o que a gente está vivendo hoje, que para mim, é uma realidade de crise, uma realidade de crise porque, se um do carros chefe do CRAS é a proteção social básica né, e que, um dos principais programas é o cadastramento único. O Bolsa Família, a gente não está atendendo nem, porque que não tem nem cadastrador para atender as famílias, então é uma realidade caótica, então se torna realmente muito complicado você efetivar o nosso projeto ético-político. E seria até insano eu dizer que eu consigo. Você ter instrumento para fazer a gente tem, mas a

realidade do mercado de trabalho hoje, não te possibilita fazer essa interlocução para a materialização. (AS "C"/TAPANÃ-BELÉM).

O sujeito C ao reportar ao Projeto Ético-político, ao Código de Ética, se concentrou na dificuldade de materialização desse projeto junto à sociedade, tendo em vista, a precariedade em que se encontra o seu local de trabalho, portanto, na sua fala, fica evidente, que as condições em que esse sujeito trabalha, não o permite avançar muito em termos de implementar esse projeto, já que, o contexto dessa instituição, expressa uma realidade vivenciada em muitos dos CRAS a nível de Brasil,.

Essa realidade se refere a centralidade da Assistência Social, entendida como oferta de proteção social, e não como parte integrante da proteção social (MOTA, 2008), tema que será tratado mais adiante, quando da análise da categoria Assistência Social.

Eu procuro estar é, utilizando o projeto ético político na minha prática, os instrumentos é principalmente na questão do, do sigilo. Do sigilo profissional. A questão de você se manter no que você acredita. Do que é certo, do que é certo você fazer. Não tá fazendo, o que não é do Serviço Social... (AS "D"/ICOARACI/BELÉM).

Eu entendo, é que o meu fazer profissional, ele vai estar embasado em tudo isso. Então é assim, a materialidade do meu trabalho, ele vai estar o resultado do meu trabalho, os instrumentais que eu vou utilizar no meu trabalho, ele vai tá, vai estar, diretamente ligado a todo o conceito, que seria é, todos os conceitos, todas as metodologias que, embasam o meu trabalho, então assim, não tem como ser, é, vai impactar enquanto, na forma. Os meus, o meu método de trabalho vai ser conforme a dimensão de mundo que eu tenho. Então assim, é o meu conceito ético. A minha ética profissional, é, tudo vai, é impactar no meu fazer profissional. Eu não tenho como fazer sem ter o embasamento ético-político, de ter a compreensão ético política do que eu estou fazendo. A questão da ética profissional também, então assim, o meu trabalho, ele vai estar baseado, ele vai ter um resultado do que eu assim entendo do conceito que eu aprendo. Não tem como ser desvinculado, o meu trabalho vai ser o resultado daquilo que eu entendo de mundo e dos conceitos que eu aprendi, seja na universidade, seja, eu entendo que, os nossos conceitos, não são, na verdade a gente é, tem conceitos, é a gente aprende na universidade, os conceitos é que embasam o nosso trabalho, mas a gente também tem os nossos conceitos enquanto pessoa, que é, que não tem como desvincular, a gente não é neutro, então a gente também traz uma carga conceitos, que tanto conceitos profissionais quantos conceitos pessoas que interferem o nosso pensar, então não tem como desvincular, o resultado do meu trabalho é assim, o resultado do meu trabalho é assim. (AS "E"/MURINIM/BENEVIDES).

O que se destaca das falas entrevistadas D e E, são os fragmentos referentes ao Código de Ética Profissional - CEP, no aspecto do sigilo profissional, em que o sujeito D, menciona em linhas gerais o Projeto Ético-Político, mas não desenvolve

esse tema, e o sujeito D, continuou apresentando indicativo de confusão a respeito da dimensão técnico-operativa.

Diante das evidências acima, fica notório que a dimensão técnico-operativa, não deve ser reduzida ao trato da instrumentação técnica, mas deve ser refletida em conjunto com as outras dimensões teórico-metodológica e ético-política.

Debates esses que devem ser realizados, levando em consideração o universo ao qual o Serviço Social apresenta, ou seja, a história do Serviço Social demonstra a sua vinculação com outros padrões de racionalidade (GUERRA, 1999), convivendo concomitantemente, e que, tem reflexos até hoje junto à categoria profissional, portanto, devendo ser superado, para que se possa avançar no processo de conquistas científicas, a fim de contemplar as necessidades de novos conhecimentos para a categoria.

4.5 A assistência social na visão das entrevistadas

Ao analisar essa categoria na ótica das entrevistadas, há de se reportar a todas as outras categorias estudadas até aqui, já que, esse tema, de certa forma, foi tratado ao longo de todo o terceiro capítulo, portanto, o que este estudo destaca nessa categoria, tem como foco, as condições em que essa política se encontra organizada em termos de CRAS.

Para esse estudo, se faz necessário, nos reportamos, dentre vários autores, a autora Ana Elizabete Mota (2008), para fins de se compreender os aspectos relatados, pelos sujeitos da pesquisa nos seus espaços de trabalho.

O contexto retratado acima traz a reflexão de que, a política de Assistência Social que integram a política de Seguridade Social, como a Saúde e a Previdência, ao invés de formarem uma ampla política de proteção social, vem se transformando em políticas perversas que se constroem numa perspectiva contraditória, tendo em vista a mercantilização dos serviços da saúde e da própria previdência social, colocando a política de Assistência Social, como uma política estruturadora e não mediadora de outras políticas, na medida em que vem sendo desenvolvida como uma política de combate a desigualdade social, de acordo com os apontamentos de Mota (2011, p. 134):

O argumento central é o de que as políticas que integram a seguridade social brasileira longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios, a assistência social se amplia na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil. (MOTA, 2011, p.134).

Tal contexto, na atualidade, ainda se faz presente, apesar do avanço da política de Assistência Social, com a instituição da PNAS/2004, da Norma Operacional Básica – NOB, da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB - RH, além de outros instrumentos normativos, que trouxeram novas diretrizes, princípios, matrizes, bem como institucionalizou o CRAS, como serviço prestado as populações nos seus territórios.

Nesse sentido, o que tem se observado, é que nos CRAS, apesar de ofertar serviços, programas, projetos e benefícios variados, encontram-se marcados predominantemente, pelas diretrizes emanadas principalmente pelos programas como o programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada - BPC, cujo volume de recursos é bem maior, no sentido de repasses de recursos Fundo a Fundo, em detrimento do trabalho com grupalizações de famílias numa perspectiva socioeducativas, imprimindo assim, outra direção ao trabalho técnico desenvolvidos no seu interior, já que vai requisitar maior atenção no aspecto do cadastramento de famílias, ao qual o Serviço Social participa diretamente de sua gestão.

Nesse sentido, as equipes de trabalho nos CRAS encontram-se reduzidas para dar conta de um volume maior de trabalho, imposta por esse novo modelo de Assistência Social.

Nesse sentido, Mota (2011, p. 134) nos lembra que:

Essa nova Engenharia da Seguridade Social, ao focalizar os segmentos mais pobres da sociedade, imprime outro desenho à política de Assistência Social, principalmente porque na expansão, tiveram centralidade os programas de transferência de renda... Tais dados revelam as principais orientações dos programas e ações planejadas no PPA do atual governo: fortalecimento de benefícios de transferência de renda como BPC e Bolsa Família; apenas manutenção de ações protetivas e socioeducativas, com crescimento pífio de recursos que não alcançam mais de 5% dos recursos

do FNAS(...) Este quadro indica, assim, aumento dos recursos repassados pelo governo federal em forma de transferência de renda diretamente aos beneficiários e manutenção ou pífio crescimento dos recursos destinados a ações que devem ser coletivamente executadas pelos CRAS na modalidade de proteção básica/e ou especial conforme a PNAS e a NOB. (MOTA, 2008 apud BOSCHETTI; SALVADOR, 2006, p. 50).

Mota (2011) traz a reflexão de como, ao longo da história do Brasil, a elite brasileira capitalista em articulação com o Estado, se utilizaram das estratégias ideológicas e de mecanismos de proteção social, via instituições como previdência e a política de Assistência Social nela contida, no sentido de manobra política, para influenciar as massas populares a aderirem ao projeto capitalista e as relações sociais de produção:

O processo histórico de desenvolvimento da Seguridade brasileira ampara a assertiva ao indicar como a burguesia brasileira, subordinando o Estado aos seus interesses, utilizou medidas relacionadas à proteção social para legitimar-se. São indicativas as da era Vargas, a expansão das políticas na ditadura militar, e mais recentemente, os governos FHC e Lula. (MOTA, 2011, p. 135).

Esse breve panorama, vem convergir para que se possa compreender melhor, as condições objetivas em que os sujeitos A, B, C, D e E, desenvolvem sua prática profissional, já que apontaram nas suas falas, algumas questões referentes ao processo de trabalho no interior desses espaços, assim temos algumas falas mais significativas, do ponto de vista desse pequeno debate.

Dessa forma foi realizada a seguinte *pergunta*:

12 – Você acha que a estrutura e a infraestrutura de um CRAS implicam de alguma forma na utilização mais qualificada dos instrumentos?

A pergunta foi intencional, no sentido de provocar a reflexão desses sujeitos, sobre as condições de trabalho, ao qual se encontravam inseridas.

Daí é ver a cotidianidade nem sempre é possível porque dificilmente você estabelece uma continuidade, por exemplo, agora a gente está em fase lá no CRAS na fase de cadastramento e inclusão no CAD-ÚNICO, então os usuários que vão lá é que nunca foram no CRAS, aí eles estão indo pela primeira vez, aquelas pessoas estão interessadas no cadastramento único delas, então a partir daquele momento. Poucas famílias elas vão retornar para ter um acompanhamento, uma continuidade do programa, que sejam acompanhadas pelo serviço de fortalecimento de vínculos, no entanto no CRAS que eu trabalho o serviço não está funcionando ainda, então na verdade, a gente não está tendo uma continuidade, está fazendo cadastramento e o acompanhamento que seria através do serviço de fortalecimento de vínculos não está acontecendo... E a continuidade, a gente vê que não tá acontecendo... Claro que sim, o CRAS Tapaña é um exemplo, então em tese, que a gente utiliza é um instrumental...importante é

a visita domiciliar. A falta de estrutura... lá no CRASS, nos tivemos o serviço, paralisaram em 2013 por conta que não havia técnico suficiente para fazer fluir...E com isso só tinha eu de técnica, só tinha eu de assistente social, não tinha nem psicólogo e eu ficava restrita aos atendimentos do PAIF... Então, acabou que a própria infraestrutura, a falta de infraestrutura de serviço acabou prejudicando o andamento de todo o trabalho. (AS "C"/TAPANÃ/BELÉM).

Por exemplo: teve é, eu pelo menos, eu no começo eu fui trabalhar eu consegui por muita insistência minha é articular para garantir uma visita, um carro pelo conselho, só para ti ter uma ideia! Entendeu?! Porque era de extrema importância fazer aquela visita para aquela usuária... Eu queria ir lá perceber a situação que a pessoa estava passando, eu tive que articular com o Conselho Tutelar... Então tudo carro novo, então a gente ia ficar com os carros do Conselho, então às vezes é ruim de fato, agora, pela questão da estrutura, os CRAS não tem estrutura nem para executar o PAIF, por exemplo: quando eu faço o acolhimento das famílias, eu me sentia... Mal, porque tinha gente que ficava em pé! Eu falava para a minha coordenadora, como é que eu vou falar de direitos, de assistência, que é uma política né?! Que é amparada por lei, que existe um sistema por traz que garantem direitos, se aquela pessoa está em pé ali me olhando? Porque que aquele ambiente que ela está, está sujo! Entendeu?! Não tinha serviços gerais naquele dia, então a pessoa precisa saber, porque se não vão dizer que eu estou compactuando com aquilo, entendeu?! Agora, ainda sobre a estrutura, eu percebo, que pelo menos no CRAS que eu estou, é a questão da acessibilidade não tem! Mas só que quando tem um cadeirante, não tem uma rampa certa, há uma dificuldade... Aí você atende em baixo, porque a sala de atendimento é em cima, o prédio é de dois andares, aí o que nós fizemos como estratégia, é atender numa sala debaixo que é utilizada... Mas para trabalhar com os grupos de convivência a gente não consegue ainda, então a gente tem que articular com os parceiros né?! (AS "D"/ICOARACI/BELÉM).

O fragmento dessas falas, embora seja alongado, apresenta indicativos de como a estrutura física, material e humana, são necessárias para que o assistente social que trabalha no CRAS possa desenvolver as suas ações práticas, seus procedimentos e utilize do manuseio dos instrumentos e técnicas de forma qualitativa, para que não comprometa assim, a eficácia e a eficiência do seu trabalho, em decorrência do quadro sócio-histórico explicitado pela autora Mota (2008) no que se refere a política de Assistência Social.

Segundo um novo estudioso da política de Assistência Social (SITCOVSK, 2011) as ações operadas no interior das políticas sociais como a Assistência Social, vem sendo, paulatinamente atacadas de forma nefasta, pela política de orientação neoliberal, ao qual, implicam nos cortes drásticos nos orçamentos públicos, com a gradativa retração dos direitos trabalhistas das classes que vivem do trabalho (ANTUNES, 2000), com o sucateamento dos serviços sociais públicos, e o avanço das relações de consumo e etc., contexto esse, que se caracteriza como um tipo de investida da classe capitalista dominante, que tenta rearticular mecanismos de

controle junto às populações, com claros objetivos de manter a condição da acumulação capitalista, tentando transformar a política de Assistência Social, em uma política de enfrentamento às expressões da questão social, dotando a política de Assistência Social de uma centralidade no trato das contradições sociais, contradições sociais essa, advindas do processo histórico de conflito entre capital e trabalho.

Essa compreensão está demarcada, nos seus estudos:

A investida da classe dominante contra a seguridade social brasileira tratou de inflexionar o padrão de enfrentamento à "questão social", dotando a política de Assistência Social de uma centralidade no trato das contradições sociais. Esta transformação, do ponto de vista, deu-se de maneira que a assistência social deixa de ser uma política de acesso às demais políticas setoriais, assumindo uma centralidade na política social. (SITCOVSKY, 2011, p. 153).

A partir desse cenário, é possível perceber que os CRAS, enquanto instituição que opera a política de Assistência Social, não está imune às determinações do movimento da economia e da política na atual conjuntura, na medida em que, vem sendo sucateada gradativamente, a exemplo dos CRAS do município de Belém-Pa, onde, no lugar de viabilizar o acesso para outras políticas na sua integralidade conforme aponta a PNAS/2004, vem se transformando em verdadeiros espaços refratários das contradições do sistema, ao qual, nas relações sociais operadas no seu interior, o que vem sendo observado, são as ações operacionais, voltadas a atenuar os conflitos sociais, por meio da oferta do programa Bolsa Família, BPC, dentre outros, cuja prioridade, é dada na operacionalização dos mesmos, em detrimento de outras funções como, o trabalho com grupos, o trabalho com a rede, a promoção e a emancipação humana e outros serviços, expressos na fala da assistente social C.

Nota-se que, há a constante necessidade de pesquisa de campo junto a essas instituições, para que tenham subsídios técnico, no sentido de direcionar o trabalho no seu interior de forma mais qualitativa, que tenha como horizonte a implementação de fato do projeto ético-político do Serviço Social, de luta pela igualdade, pela democracia, pela justiça social, e para isso, os profissionais, devem estar atentos ao movimento determinante da sociedade, com objetivo de desmistificar essas relações sociais que tendem a se cristalizar, os impedindo de analisar tais contradições de forma totalitária, transpondo os obstáculos da

imediatividade, da subordinação da subserviência imposta pelo programa de orientação neoliberal.

As categorias (Relação Teoria e prática, Instrumentos, Dimensão Técnico-operativa, Assistência Social) analisadas, representam e expressam aspectos conflitivos e tensos, contidos no cotidiano da intervenção profissional, haja vista, que num primeiro momento se intentou saber sobre em que bases estão localizadas a discussão sobre a relação teoria e prática, ao qual, aponta que, ainda há no campo das práticas profissionais, a polêmica no que se refere ao “teoricismo” e ao “tecnicismo”, desvelados pela pesquisa.

Quando a pesquisa intentou saber sobre as concepções desses sujeitos a respeito da instrumentação técnica, percebe-se que, ainda, há a presença de uma lacuna, sobre as discussões referentes aos instrumentos, no qual, em linhas gerais, a pesquisa também aponta bastantes dúvidas, confusões, controvérsias e polêmicas a respeito desse tema específico.

A pesquisa, quando se focou na categoria dimensão técnico-operativa, os resultados apontam, a presença de um distanciamento do conhecimento do ponto de vista teórico crítico sobre essa categoria de análise, apresentando também um entendimento fragmentado sobre esse elemento constitutivo e constituinte da razão dialética, e esta entendida como necessária para construção/reconstrução da instrumentalidade no cotidiano dessa prática profissional particular.

Por fim, ao analisar a categoria Assistência Social, percebeu-se que essa categoria esteve vinculada a todas as categorias mencionadas acima, percebe-se ainda que, há muito a avançar em termos de organização, gestão, controle, para que se tenha possibilidade de assegurar e viabilizar direitos sociais as populações, apesar dos significativos avanços e ganhos sociais, com a institucionalização e implementação gradativa da LOAS/93, PNAS/2004, NOB-SUAS/2004, NOB RH.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para caminhar no sentido de finalizar uma discussão, que se caracteriza como emergente e necessária, há de se realizar, mesmo que breve, uma retrospectiva sobre o tema ora apresentado, ao qual foi construído ao longo anos de observações e reflexões empíricas nos vários espaços sócio-ocupacionais vivenciados, materializando-se preliminarmente assim nos resultados desta pesquisa.

Falar da intervenção profissional, num ambiente organizacional, como os CRAS, se torna um desafio constante, no sentido da apreensão das categorias que fundamentaram esse estudo, já que esses espaços são espaços de trabalho muito recentes, reconfigurados pelo novo modelo de política de Assistência Social, esta, também, apresenta-se como recente do ponto de vista do reconhecimento de direitos sociais.

Ao se discutir sobre a prática profissional nesse espaço de trabalho particular, necessariamente, há de se falar das contradições do capital, das relações de trabalho precarizadas vivenciadas pelos assistentes sociais, das condições da base organizacional dessa política, que ainda encontra-se em fase de estruturação do ponto de vista da municipalização e há de se discutir também no meio de tantos temas, a própria intervenção operada pelo corpo de profissionais no interior desses espaços, diga-se de passagem, atravessados por esse conjunto de temas citados, ao qual não se configuram como objeto de estudo, mas estão vinculados e influenciam diretamente o exercício profissional desses profissionais.

Nesse sentido, esse estudo, se reportou em um primeiro momento, a uma breve reflexão sobre a emergência (gênese) histórica do Serviço Social como profissão instituída no seio da crise capitalista, ou seja, a história do Serviço Social, enquanto campos de trabalhos nas políticas sociais demonstra que, a profissão surgiu da necessidade do próprio capital e se manter como sistema social, requisitando assim, profissionais especializados para intervirem nos aspectos da realidade social cotidiana das classes subalternas, com isso, criando-se e ampliando-se vários espaços de trabalho para os assistentes sociais, num contexto social de crise capitalista.

Fato esse que permitiu ao profissional desenvolver experiências profissionais diversificadas, fundamentadas por teorias sociais, ora evidenciando polêmicas de

caráter “teoricista”, ora evidenciando polêmicas de caráter “tecnicista”, mas que sem dúvida, provocou o amadurecimento intelectual da categoria, no sentido de avançar para outro patamar intelectual, pautado principalmente na teoria de orientação Marxista, considerada fundamental para o crescimento e desenvolvimento de projetos societários, no que se refere a mobilização da categoria pela luta de direitos e ampliação da democracia.

O panorama citado acima vem demonstrar, o quanto se avançou na ampliação dos direitos sociais para sociedade, tendo como protagonistas também, os assistentes sociais, que lutaram e lutam constantemente pela ampliação dos espaços de trabalho dentro das políticas públicas.

Com isso, verifico que, a pesquisa proposta, foi contemplada no sentido dos objetivos estabelecidos, já que, realizou-se um breve resgate histórico dos espaços de trabalho dentro do Serviço Social, e das competências desse trabalhador desenvolvidas historicamente nesses espaços, para se compreender, na atualidade que novos espaços são esses e que requisições necessárias são solicitadas aos profissionais, no enfrentamento das expressões da questão social.

Os CRAS como espaços recente e reconfigurado, precisam ser mais problematizados do ponto de vista da intervenção profissional, este, objeto da presente pesquisa, tendo em vista que se apresenta como um espaço profissional rico de experiências que precisam ser sistematizadas, para que se possa oferecer condições operativas durante a própria intervenção.

Dessa forma, a pesquisa identificou, ao longo da história do Serviço Social, vários espaços institucionalizados no decorrer do tempo, ao qual foram criados com um objetivo, objetivo esse desenvolvido no capítulo um, atendendo assim aos objetivos dessa pesquisa em saber como os espaços de trabalho foram surgindo e como se configurava a prática dos profissionais neles, bem como, nos espaços recentes dos CRAS.

Outro ponto da pesquisa, diz respeito, ao questionamento da operacionalidade dessa política pelos assistentes sociais, ou seja, a dimensão técnico-operativa, ao qual, revelou-se através de provocações junto aos sujeitos, que ainda há a necessidade de bastante debate da categoria, das instituições empregadoras e das instituições de ensino, já que, apontou que os profissionais que trabalham nesses espaços dos CRAS, apresentaram muitas dúvidas, questionamentos, confusão a respeito da teoria social de orientação crítica,

mencionados pela maioria desses sujeitos, no aspecto de subsidiar suas intervenções em meio a imediaticidade, as condições objetivas e subjetivas.

Sobre a categoria dimensão técnico-operativa, mas com enfoque na instrumentação técnica, os resultados apontam uma situação bem mais preocupante do ponto de vista da maioria das entrevistadas, percebendo-se uma lacuna teórica sobre essa temática, indicando também, possíveis problemáticas na formação profissional desses alunos nas academias universitárias, pois é na operacionalização da prática, que o assistente social tem a possibilidade de viabilizar direitos, serviços, programas e benefícios sociais, através da apreensão qualificada dos instrumentos, estes, considerados como meios para se objetivar a concretização dos fins profissionais.

Os debates na academia precisam ser aprofundados e articulados juntamente as outras dimensões da profissão, ou seja, a referência teórica-metodológica, no sentido de direção e operacionalização dos instrumentos, bem como, associado aos estudos da dimensão ético-política, com sua particularidade no campo de luta pela garantia de direitos sociais coletivos, esses, embasados por valores sociais presentes nessa sociedade e que necessitam ganhar materialidade.

Toda a discussão travada na pesquisa tem relação com a polêmica ainda presente no interior da categoria profissional, ou seja, a relação teoria e prática, apontada por alguns autores como Guerra (1999), Santos (2011), no que se referem, as críticas sobre o “teoricismo” e “tecnicismo”, no que se refere também, a apreensão enviesada das teorias sociais de orientação Marxistas, não apreendidas de forma adequada pela categoria, teorias essas, que fundamentou e fundamenta muitos desses debates, fomentando discussões de outras categorias de análise, como a instrumentalidade, que precisa ser tratada na academia com mais intensidade, a questão social, a discussão da ética no Serviço Social, as políticas sociais e outros temas.

Nesse sentido, os resultados da pesquisa realizada com os assistentes sociais no campo particular dos CRAS, localizados dentro da política de Assistência Social, apontaram dificuldades de compreensão teórica da teoria social crítica de Marx, advindas desse espaço de trabalho, constatados a partir das análises das falas desses sujeitos quando se referiu as seguintes categorias: Relação Teoria-prática, Instrumentos, Dimensão Técnico-operativa e Assistência Social.

Essas dificuldades de compreensão da teoria social Marxista passam pela

discussão sobre a polêmica histórica na categoria profissional relacionadas à relação teoria e prática, entendidas nessa pesquisa como latente, ao qual, há a necessidade de se resgatar e debater sobre esse tema, sob o risco de se reproduzir compreensões equivocadas, reforçando na categoria os dilemas do “teoricismo” e do “tecnicismo”.

As dificuldades de compreensão dessa teoria, se mostraram mais evidentes, quando se discutiu com as entrevistadas, a instrumentação técnica utilizadas por elas, apontando um contundente dissenso no que se refere a dimensão técnico-operativa, mas especificamente relacionada a instrumentação técnica.

Esse dissenso a respeito de temas como instrumentos e técnicas vem repercutindo no exercício profissional e no uso desses; ressalta-se que, há a necessidades de aprofundamento dessa temática, cujos protagonistas (corpo profissional, instituições de ensino, entidades) devem fomentar constantemente discussões e debates, que possam informar mais sobre esses elementos na perspectiva de formação continuada, contribuindo assim para direcionar ações de forma mais qualitativa no interior dos espaços sócio-ocupacionais dos CRAS e de outros.

Quando a pesquisa se focou na dimensão técnico-operativa, há uma preocupação maior, em termos de dificuldades de compreensão por parte dos sujeitos pesquisados, já que, esse tema não se constitui como familiar para a maioria das entrevistadas, ao qual não souberam explicitar sobre.

Essa categoria, foi compreendida pelos sujeitos, como tema apenas concentrado no aspecto do trabalho imediatista, e em outros momentos, expressando desconhecimento da relação orgânica com as outras dimensões da profissão, ou seja, com a dimensão teórico-metodológica, que possibilita a direção dos meios (instrumentos), e a dimensão ético-política, que proporciona agregar ao trabalho prático outros elementos como os valores presentes na sociedade (liberdade, igualdade, justiça), aos quais fornecem um caráter político para a intervenção do profissional no sentido de implementar o Projeto Ético-Político – PEP.

A pesquisa, ao saber sobre a política de Assistência Social na concepção das entrevistadas, o que se observou foi, que esses espaços em que se opera essa política, encontram-se, segundo os sujeitos, em situação precarizada, no aspecto de estrutura física, humano e material, já que nas falas, foi identificada também, angústias, descontentamentos, demonstrando assim, que o que se destaca, é a

repercussão da política de orientação neoliberal junto a essas entidades, ao qual influencia as práticas profissionais, e, diga-se de passagem, que a política de orientação neoliberal atravessa outras políticas como a política da saúde, da previdência e da educação.

Dessa forma, como foi mencionado acima, há a necessidade de se rediscutir e discutir as temáticas que surgiram durante a execução da pesquisa, por isso, torna-se urgente rever as bases da formação profissional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Coleção mundo do trabalho. 3. ed. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2000.

BATTINI, Odária. Atitude Investigativa e Prática Profissional. In: BAPTISTA, Myrian Veras. **A prática profissional do assistente social**: teoria, ação, construção do conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2009. V.1.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal. Edições 70. 1977.

BORON, Atílio A; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina. **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS / 2004**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 20 ago. 2014.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. **Reflexões sobre instrumentais em serviço social**: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCTE Editora. 2008.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CEFESS. **O estudo em perícias, laudos e pareceres técnicos**: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência. São Paulo: Cortez, 2007.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Atitude Investigativa no exercício profissional. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CEFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. V.1.

_____. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CEFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Módulo 4.

_____. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Katálysis**, Florianópolis, v. 16, p. 39-49, 2013.

_____. **No que consiste a falácia de que “na prática a teoria é outra?** 2005. Trabalho apresentado ao 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Outubro de 2005, UNIOESTE-CAMPOS, Cascavel, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2013.

MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Estampa, 1974.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e a reprodução**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CEFESS. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999. Módulo 1.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

NORONHA, Karine; SANTOS, Cláudia Mônica. O Estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social: uma perspectiva crítica. In: _____. **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro. Lumen Juris. 2011.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Cláudia Mônica. Instrumentos e técnicas: instituições e tensões na formação profissional do assistente social. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 4,5, n. especial, p 220, jan./dez. 2005.

_____. **A prática profissional no âmbito da formação profissional: um enfoque nos instrumentos e técnicas**. 2005. Trabalho apresentado ao 2º Seminário Nacional: Estado e Políticas Sociais no Brasil. 13 a 15 de Outubro de 2005, UNIOESTE – Campus de Cascavel.

_____. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Instrumentos e Técnicas em Serviço Social:** elementos para uma discussão. 1994. 150 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

_____. Instrumental Técnico e o Serviço Social. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, Elizabete (Org.). **O Mito da Assistência Social:** ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Ilda Lopes Rodrigues da. **Mary Richmond:** um olhar sobre os fundamentos do serviço social. Rio de Janeiro: CBCISS, 2004.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática profissional do assistente social:** conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Rio de Janeiro: UNIGRANRIO, 2006.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TRINDADE, Rosa Lúcia Predes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 4, jul./dez. 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social e a construção dos direitos sociais. In: BAPTISTA, Myrian; BATTINI, Odária. **A prática profissional do assistente social:** teoria, ação, construção do conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2009. V. 1.

APÊNDICE A - ENTREVISTA

O processo das entrevistas com os referidos sujeitos, foi norteado pelo Roteiro de Perguntas, as quais seguem abaixo:

1 – Como você entende a relação teórica, na aplicação dos instrumentos (observação, entrevista, visita domiciliar, reunião, relacionamento, informação) utilizados por você no momento de sua intervenção com os usuários da política de assistência social?

2 – Que referencial teórico você lança mão no momento da sua intervenção quando você utiliza os instrumentos (observação, entrevista, visita domiciliar, reunião, relacionamento, informação)?

3 – Você acha possível a articulação do referencial teórico por você utilizado com os instrumentos técnicos que o Serviço Social dispõe (observação, entrevista, visita domiciliar, reunião, relacionamento, informação)?

4 – Que instrumento técnico-operativo você mais utiliza na sua intervenção profissional?

5 – Você poderia falar mais, dentro do seu entendimento, a cerca de cada instrumento desses por você utilizado, talvez conceituar ou informar a finalidade?

6 – Na sua formação acadêmica, você apreendeu / compreendeu de forma satisfatória, como se utiliza cada instrumento desse?

7 – Quais os instrumentos técnicos que você conhece?

8 – Você consegue visualizar, a articulação orgânica entre o referencial teórico metodológico, ético-político e técnico-operativo?

10 – No seu entendimento você acha que teoria seria uma coisa e prática profissional outra?

11 – Você acha que os profissionais de Serviço Social, entendem da mesma forma os instrumentos técnicos operativos?

12 – Você acha que a estrutura e a infraestrutura de um CRAS implicam de alguma forma na utilização mais qualificada dos instrumentos?

13 – Comente como você entende o processo de implementação do Projeto Ético-político do Serviço Social articulado ao uso dos principais instrumentais por você utilizado.

APÊNDICE B - QUADRO DEMONSTRATIVO DE ALGUNS INSTRUMENTOS TÉCNICOS UTILIZADOS PELOS ASSISTENTES SOCIAIS, BEM COMO, A CONCEPÇÃO DE ALGUNS AUTORES E OS “CONCEITOS” POR ELES ATRIBUÍDOS/FORMULADOS NO CONTEXTO DO SERVIÇO SOCIAL.

N°	INSTRUMENTO	AUTOR	CONCEITO/COMPREENSÃO
01	Observação	Helder Boska	Instrumento importante no levantamento de dados qualitativos e que possibilita a participação conjunta dos usuários e do assistente social... um esforço conjunto entre assistente social e usuários, para refletir criticamente os mecanismos de produção e reprodução social das relações nas quais estão inseridos, reconstruindo as mediações, em uma perspectiva de totalidade e historicidade. (SARMENTO, 2012, p.115).
		Claudia Mônica dos Santos Rodrigo de Souza Filho Sheila Backx	(Consensos e dissensos) ...a observação como um instrumento que o profissional, efetivamente, emprega no exercício profissional, implicando em um conjunto de reflexões que permite compreender o mundo no qual está inserido; assim, permite uma compreensão diferenciada com a finalidade de superar a fragmentação, com vista a reconstruir a totalidade. (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2012, p. 24)
		Maria de Fátima Matos Cardoso	Essa vivência, busca por percepções, memórias e sentimentos, que quando apreendidas profissionalmente, denomino de observação sensível, o que se sentiu nestes instantes vividos, são histórias de vida, ainda que lembranças. (CARDOSO, 2008, p.24). Observação sensível tem a qualidade de nos alertar para o sensível no relacionamento com os usuários. (CARDOSO, 2008, p. 24). Observar não é simplesmente olhar, observar é destacar um conjunto, objetos, pessoas, animais ambientes, algo especificamente (então quando você olha, você vai destacar alguma coisa específica daquilo que você está olhando) e prestar atenção nas características, a gente vai olhar cor, tamanho, relações, cheiros. (TRIVINOS, 1987, p. 26).
		Maria Luiza de Souza	A observação consiste na ação de perceber, tomar conhecimento de um fato ou acontecimento que ajude a explicar a realidade objeto do trabalho e, como tal, encontrar os caminhos necessários aos objetivos a serem alcançados. É um processo mental e ao mesmo tempo técnico. (SOUZA, 2000, p. 184)

02	Entrevista	Helder Boska	A entrevista se constitui como um instrumento utilizado intencionalmente e que sendo estabelecido entre indivíduos diferenciados em seus papéis, vai expressar contradições nesta relação...é o estabelecimento de um diálogo que vai se realizando à medida que vamos desvelando o real, o concreto e ampliando a consciência crítica ou reduzindo a alienação dos entrevistados ou do próprio assistente social.(SARMENTO, 2012, p.115).
		Claudia Mônica dos Santos Rodrigo de Souza Filho Sheila Backx	(Consensos e dissensos) Já a entrevista consensualmente entendida como um instrumento, é empregada quando se faz necessário entender um pouco mais sobre o usuário, seus questionamentos, queixas, manifestações, objetivando o alcance de determinadas finalidades, com dada direção. (SANTOS, SOUZA FILHO, BACKX, 2012, p. 25).
		Maria de Fátima Matos Cardoso	Entrevista social... nos permite uma interação com a realidade social, sob a ótica da história de vida de alguém que deseja e necessita viver condições melhores, mais dignas, e que as informações e recursos, não estão disponíveis para um acesso autônomo. (CARDOSO, 2008, p.34). A palavra entrevista tem a ver com isso mesmo, que é entre as vistas, entre olhar, entre o meu olhar e o olhar do outro. (CARDOSO, 2008, p.39). A entrevista social desvela o ser político em ação, não tem como escapar desta verdade. (CARDOSO, 2008, p.40). A entrevista social é por excelência um meio para estabelecimento das relações com o usuário, com a pessoa que procurou o serviço, a fim de permitir o desenvolvimento da intervenção profissional... em meu entendimento é um espaço dialógico. (CARDOSO, 2008, p, 52).
		Maria Luiza de Souza	A entrevista destina-se a colher informações implementadoras e dinamizador do próprio processo de diálogo. A entrevista é uma conversa entre duas ou mais pessoas, com o objetivo de compreender, identificar ou constatar uma situação determinada. (SOUZA, 2000, p. 186 e 187).

03	Visita domiciliar	Helder Boska	A visita domiciliar como instrumento que potencializa as possibilidades de conhecimento da realidade (conhecendo com o usuário, as suas dificuldades, a sua realidade e não o uso policial e disciplinador de reafirmação do poder de controle institucional) e que tem como ponto de partida de referência a garantia de seus direitos (através dos serviços que lhe são levados) sendo construído um papel educativo, colocando um saber técnico à disposição da reflexão sobre a qualidade de vida.(SARMENTO, 2012, p.116).
		Claudia Mônica dos Santos Rodrigo de Souza Filho Sheila Backx	(Consensos e dissensos) A discussão sobre esse instrumento – consensualmente assim reconhecido – girou em torno de cuidados que devem ser adotados quando da sua utilização. Recomenda-se que seja utilizado como uma afirmação de direitos e com muito cuidado, pois significa adentrar no espaço provado das pessoas, das famílias. (SANTOS, SOUZA FILHO, BACKX, 2012, p. 27).
		Maria de Fátima Matos Cardoso	Em todo o caso, o território nos diz muito e é por este motivo que o instrumental da visita social, seja onde for, nos permite aprofundar nosso conhecimento da realidade para desenvolver análise dos impactos sociais que determinadas políticas sociais podem produzir. (CARDOSO, 2008, p. 63).
04	Abordagem	Helder Boska	É um contato intencional de aproximação através do qual é criado um espaço para o diálogo crítico, para a troca de informação e/ou experiência para a aquisição de conhecimentos e/ou estabelecimento de relações de interesse dos usuários. (SARMENTO, 2012, p. 115).
		Claudia Mônica dos Santos Rodrigo de Souza Filho Sheila Backx	(Consensos e dissensos) A abordagem...Ela é vista como um canal de comunicação com a população, como um primeiro contato, no sentido de criar uma possibilidade de ligação dentre os diferentes espaços. (SANTOS, SOUZA FILHO, BACKX, 2012, p. 24).
		Maria Luiza de Souza	Abordar, como o próprio termo já indica significa chegar-se, aproximar-se. A abordagem é o próprio ato de abordar. A sua importância está no chamar a atenção para o ato de chegar-se ou aproximar-se da população. Este ato pode revelar diferentes tendências e objetivos e, como tal, marca decisivamente o desenrolar do processo... A abordagem é um processo aparentemente simples. No entanto no desenrolar marca todo um conjunto de ações pelo que consegue expressar, sobretudo no seu início. (SOUZA, 2000, p. 182 e 183).

05	Relacionamento	Helder Boska	Portanto, é esta ação profissional intencional, isto é, o processo de reconstrução das relações no campo das mediações, no âmbito das relações sociais. (SARMENTO, 2012, p.114).
		Claudia Mônica dos Santos Rodrigo de Souza Filho Sheila Backx	(Consensos e dissensos) No debate, a justificativa em favor do mesmo instrumento, foi o argumento que o relacionamento tem uma intencionalidade e dele se vale sistematicamente o assistente social no exercício profissional. Além sempre presente em qualquer forma de atendimento à população usuária, a partir dele é possível se estabelecer (ou não) relações mais ou menos democráticas, mais ou menos autoritárias, de dependência ou autonomia, ou seja, é através do relacionamento que estabelece ou não essas relações. (SANTOS, SOUZA FILHO, BACKX, 2012, p. 24).
06	Informação	Helder Boska	A informação precisa ser concebida como potencializador valioso em nossas ações, precisa ser entendida como instrumento que organiza e veicula informações de interesse da população e do assistente social. (SARMENTO, 2012, p. 115).
		Claudia Mônica dos Santos Rodrigo de Souza Filho Sheila Backx	(Consensos e dissensos) Defende-se que a ideia de informação é mais abrangente que a de documentação, pois não se trata somente de documentar e registrar. A informação levaria em conta, tanto a parte da linguagem verbal, não verbal e escrita, necessitando garantir um fluxo de socialização de conhecimentos. (SANTOS, SOUZA FILHO, BACKX, 2012, p. 26).
		Maria de Fátima Matos Cardoso	A coleta de informações contribui para transformar a prática, transformar o espaço, o conhecimento e as formas de organização social e articulação político-social. Quando em atuação, profissionais que documentam suas práticas e as tornam fontes de pesquisa social e de compartilhamentos com outros profissionais, estão na verdade contribuindo com o futuro da profissão e da qualificação dos espaços de atenção e cuidados sociais. (CARDOSO, 2008, p. 56).

		Maria Luiza de Souza	A documentação é um recurso elucidativo de situações próprias ou relacionadas a área. Como tal, inclui os relatos dos trabalhos comunitários aí desenvolvidos, ajuda a conhecer, analisar e avaliar a realidade comunitária, assim como o processo pedagógico em desenvolvimento e não se reduz ao registro desse processo... A documentação em DC é um conjunto sistemático de registros sobre situações gerais ou contingências específicas da comunidade e sobre a dinâmica pedagógica dos trabalhos comunitários desenvolvidos. Tem como objetivo a reconstituição histórica das lutas da população em função dos interesses e preocupações presentes nas áreas de moradia. Objetiva, também, a constituição de informes que venham a subsidiar análises e avaliações necessárias à realimentação do processo pedagógico do DC. (SOUZA, 2000, p. 169).
07	Reunião	Helder Boska	Nessa perspectiva, a reunião é o estabelecimento de uma dinâmica na qual emergem as forças vivas dos indivíduos em grupo. A correlação de forças vai emergindo na medida em que a realidade concreta vai se revelando e aí se percebem os elementos contraditórios da relação entre as classes sociais e a organização da sociedade. (SARMENTO, 2012, p. 116).
		Claudia Mônica dos Santos Rodrigo de Souza Filho Sheila Backx	(Consensos e dissensos) Sendo a reunião um dos instrumentos do grupo. Considera-o como instrumento porque socializa interesses que estão em jogo, as relações entre os seus membros, sendo empregado para dar visibilidade e para trabalhar com essas relações de poder, bem como a socialização de determinadas informações. (SANTOS, SOUZA FILHO, BACKX, 2012, p. 25).
		Maria Luiza de Souza	A reunião é um instrumento coletivo de reflexão sobre as necessidades, preocupações e interesses comunitários, assim como de organização e ação. (SOUZA, 2000, p. 188).

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TÍTULO DA PESQUISA: INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: estudo da dimensão técnico-operativa na ação de Assistentes Sociais em CRAS na Região Metropolitana de Belém-(Pa)**

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estou fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para mim e para a academia, mas ressalta-se que se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Eu, _____, residente _____ sito _____ à,

bairro: _____ Município Estado: _____.

Abaixo assinado (a), concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário (a) do estudo “**INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: estudo da dimensão técnico-operativa na ação de Assistentes Sociais em CRAS na Região Metropolitana de Belém-(Pa)**”.

Estou ciente que:

- I) Esta pesquisa tem por objetivo construir conhecimento científico, analisar os benefícios que as informações prestadas produzirá no meio acadêmico e junto a categoria profissional, bem como os impactos para o aperfeiçoamento da política de Assistência Social;
- II) Os dados serão coletados nos espaços dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS localizados na Região Metropolitana de Belém-Pa – RMB por meio de questionários semiestruturados, entrevistas e gravações utilizando recursos de áudio;
- III) Não sou obrigado (a) a responder as perguntas realizadas no questionário de avaliação;

- IV) Tenho a liberdade de desistir ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação;
- V) Não receberei remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo minha participação voluntária;
- VI) Os resultados obtidos pela pesquisa serão mantidos em sigilo;
- VII) Concordo que os resultados sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados;
- VIII) Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados parciais e finais desta pesquisa;
- () Desejo conhecer os resultados desta pesquisa.
- () Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Responsável pelo projeto: Anderson Cleyton Borges Cordovil – Assistente Social, Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Federal do Pará – U.F.P.A.

Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social, Política Social e Formação Profissional – GEPSS/UFGA. Orientador: Dr. Reinaldo Nobre Pontes.

Pesquisador responsável: Anderson Cleyton Borges Cordovil.

E-mail: andersonsocial2007@yahoo.com.br

Telefone: (91) 9906 0764/8084 1403.

Entrevistado

Data: ____/____/2013.